

UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA “JÚLIO DE MESQUITA FILHO”
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM RELAÇÕES INTERNACIONAIS
“SAN TIAGO DANTAS” (UNESP, UNICAMP E PUC-SP)

PAOLA GONÇALVES RANGEL DO PRADO JULIANO

DE BUSH A JACK BAUER: A SEGURANÇA COMO OBSESSÃO NOS ESTADOS UNIDOS APÓS
O 11 DE SETEMBRO

SÃO PAULO
2012

PAOLA GONÇALVES RANGEL DO PRADO JULIANO

DE BUSH A JACK BAUER: A SEGURANÇA COMO OBSESSÃO NOS ESTADOS UNIDOS APÓS
O 11 DE SETEMBRO

Dissertação apresentada à Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais “San Tiago Dantas” (UNESP, UNICAMP e PUC-SP) para a obtenção do grau de Mestre em Relações Internacionais, sob orientação do Prof. Dr. Marco Aurélio Nogueira.

SÃO PAULO
2012

Ao meu esposo Luís, que me apoiou durante todo o processo, de forma incondicional, carinhosa e compreensiva. Seu apoio tornou tudo mais fácil.

Aos meus pais , Márcia e Alemão, e minhas irmãs, Natália e Luana, minha família querida que sempre está ao meu lado.

AGRADECIMENTOS

Depois de completar mais essa jornada, são muitas as pessoas que merecem ser lembradas e que foram muito importantes para que esse sonho fosse realizado.

Em primeiro lugar, agradeço de coração meu orientador Marco Aurélio Nogueira, que esteve sempre muito presente ao longo da minha pesquisa, me apoiando e iluminando minhas ideias. Suas poucas palavras simplesmente resolviam minhas dúvidas. Um orientador que me permitiu aprender e amadurecer como pesquisadora. Uma pessoa maravilhosa de se conhecer.

A Capes, que pelo apoio concedido a mim, incentivou ainda mais minha pesquisa.

A todos os professores do Dantas, que proporcionaram ótimas aulas e contribuíram para minha formação intelectual e pessoal. É um prazer ter aulas com professores que eram antes “referências bibliográficas”, nomes a serem citados. Marco Aurélio, Luis Fernando Ayerbe, Shiguenoli Myamoto, Flávia de Campos, Clodoaldo Bueno, Reginaldo Mattar Nasser, Sebastião Velasco e Cruz, Tullo Vigevani, Reginaldo Moraes, entre tantos outros que passaram por mim nesse processo. Ao Antonio Pedro Tota, que sem saber, vem inspirando meus estudos em Estados Unidos desde a graduação.

As secretárias Giovanna Vieira e Isabela Silvestre, sempre muito eficientes e prontas para ajudar.

A Graziela, bibliotecária do Dantas, sempre atenciosa e disposta a resolver qualquer pedido. Não sei quantas vezes mandei e-mails para ela renovando livros e solicitando sugestões, e ela, educada e eficiente como sempre, respondia em menos de cinco minutos.

As Faculdades Integradas Rio Branco (FRB) e à Fundação Armando Álvares Penteado (FAAP) instituições onde amo trabalhar. São meu refúgio intelectual e também berço de muitas amizades. Nas FRB, onde me formei, tenho hoje o prazer de trabalhar ao lado de meus antigos professores, que embora sejam colegas agora, nunca deixarão de serem mestres para mim. Samuel Feldberg, Henrique Altemani, Alexandre Uehara, Norma Brasil, Sérgio Gil, Denilde Holzacker, Demétrius Pereira, Gunther Rudzit, Angela Tsatlogiannis, Guilherme Casarões, Flávio Saraiva,

Marcelo Passini Mariano, entre outros ex-professores que são hoje considero amigos. Na FAAP, onde comecei minha carreira docente, tenho muitas pessoas que estimo: Luiz Alberto Machado, o embaixador Rubens Ricupero, Marcus Freitas, Antônio Sérgio Bichir, Crislaine, Paulo Dutra, Mario Sacchi, Raquel Rocha. Agradeço em particular duas pessoas que foram fundamentais no início e construção da minha carreira docente: Henrique Altemani de Oliveira, que além de meu professor nas FRB, me abriu as portas desta instituição, transformando-me de ex-aluna em professora. Gunther Rudzit, que quando me convidou para a FAAP não sabia o quanto estava contribuindo para a definição da minha carreira. Obrigada por confiarem em meu trabalho e por terem me oferecido essa maravilhosa oportunidade. Serei eternamente grata pelo apoio de vocês. Não posso esquecer-me do ex-professor e amigo Marcelo Passini Mariano, que logo no início da minha carreira, sem saber, me direcionou para a academia, quando me convidou para auxiliá-lo em uma pesquisa e me apresentou o CEDEC.

A todos meus alunos da FAAP e da FRB. A cada dia, eu ensino, mas também aprendo muito com eles.

A todos meus amigos, que só me proporcionam momentos de descontração e alegria.

Aos meus pais, Marcia e Alemão, que apoiaram todas as minhas escolhas e sempre confiaram em mim. Vocês são fundamentais na minha vida. As minhas irmãs, Natalia e Luana, uma tão perto e a outra tão longe. Mas ocupam o mesmo lugar no meu coração. Amo vocês!

A toda minha família, minhas tias Marina, Selene, Sonali, meu tio Eduardo, minhas primas Mariana e Fabiana, meus avós Ruth, Adelaide e Jorge. Lili, Flávio, Yara e o pequeno Daniel. Obrigada pelo apoio. Amo vocês.

E por fim, um agradecimento especial ao meu esposo Luis, uma pessoa maravilhosa que apoia e admira tudo o que eu faço. Você é um incentivo sempre. Obrigada pela compreensão nesse período intenso de estudos. Amo você mais do que tudo.

RESUMO

Este trabalho trata da política de segurança dos Estados Unidos da América (EUA) após os atentados terroristas de 11 de setembro de 2001 e tem como objeto de pesquisa a influência da mídia, em especial da série *24 Horas* na aprovação e legitimação da Doutrina Bush. O objetivo geral da pesquisa é verificar as questões e fatores que propiciaram a aprovação da política antiterrorista, e mais especificamente, apresentar a formulação da guerra ao terror como resultado de uma série de fatores políticos e sociais. Pretende-se verificar a evolução da política de segurança dos EUA e entender de que maneira a mídia criou um ambiente que propiciou a aceitação de uma política extrema que dificilmente seria aprovada em tempos normais. Além disso, buscar-se-á apontar que a série *24 Horas*, famosa pela abordagem contraterrorista, apresentou ao público uma resposta ao trauma sofrido pelos ataques, colocando-o de frente com o problema a cada episódio. O episódio inicial, que estreou dois meses depois do 11 de setembro, abordava de maneira dramática e explícita o terrorismo. Após o sucesso inicial, continuou por mais oito temporadas de grande audiência. O argumento central deste trabalho é que a análise sistemática de uma produção midiática de sucesso contribui para o entendimento do estado tenso e inseguro que os americanos viveram após setembro de 2001 e que os canais de comunicação foram essenciais para a política antiterror ser legitimada – a Doutrina Bush. *24 Horas* auxiliou a criar o ambiente de terror e insegurança que marcou os EUA e o mundo depois do 11/09.

Palavras-chave: Política de Segurança dos EUA; Doutrina Bush; mídia; terrorismo; Série *24 Horas*.

ABSTRACT

This paper discusses the security policy of the United States of America (USA) after the terrorist attacks of September 11th 2001 and has as its object of study the influence of media, especially the series 24 Hours in the approval and legitimacy of the Bush Doctrine. The objective of the research is to examine the matters and factors that favored to the adoption of counter-terrorism policy, and more specifically, the present formulation of the war on terror as a result of a series of political and social factors. It is intended to verify the evolution of U.S. security policy and understand how the media has created an environment that facilitated the acceptance of an extreme policy that could hardly be adopted in normal times. Furthermore, it will seek to point out that the series 24 Hours, famous for counterterrorism approach, presented to the public response to the trauma suffered by the attacks, putting it face to face with the problem every episode. The initial episode, which premiered two months after the September 11th, addressed explicitly and dramatically terrorism. After initial success, continued for eight more seasons of high ratings. The central argument of this paper is that the systematic analysis of a successful media production contributes to the understanding of tense and insecure state that Americans experienced after September 2001 and that the channels of communication were essential for the anti-terror policy to be legitimate - the Doctrine Bush. 24 Hours helped create the atmosphere of terror and insecurity that marked the U.S. and the world after 11/09.

Keywords: U.S. Security Policy; the Bush Doctrine; media; terrorism; 24.

LISTA DE GRÁFICOS

GRÁFICOS

Gráfico 1 – Importância que a opinião pública e a televisão deram ao tema terrorismo 73

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Os inimigos de Jack Bauer	98
Tabela 2 – As armas mais preocupantes nos Estados Unidos	100
Tabela 3 – Maiores ameaças aos Estados Unidos e o nível de preocupação	100

SUMÁRIO

DE BUSH A JACK BAUER: A SEGURANÇA COMO OBSESSÃO NOS ESTADOS UNIDOS APÓS O 11 DE SETEMBRO

INTRODUÇÃO	10
CAPÍTULO 1 – CULTURA, MÍDIA E POLÍTICA NOS ESTADOS UNIDOS	17
1. 1 Indústria Cultural nos Estados Unidos	24
1. 2 Política Externa dos Estados Unidos e Hollywood	29
1.3.1 Mídia, Cultura e Poder nos Estados Unidos	34
CAPÍTULO 2 – O PÓS 11 DE SETEMBRO DE 2001: A EVOLUÇÃO DA POLÍTICA DE SEGURANÇA DOS EUA E A GUERRA AO TERROR	43
2. 1 A política externa de George W. Bush após 11 de setembro de 2001	56
2. 2 A <i>National Security Strategy</i> (NSS) e a Guerra ao Terror	58
2. 3 <i>Agenda-Setting</i> , a Doutrina Bush e o caso da Guerra do Iraque	63
2. 4 O público, a mídia e a cobertura da guerra ao terror	67
CAPÍTULO 3 – 24 HORAS, TERRORISMO E A DOCTRINA BUSH	73
3. 1 A construção de um novo medo: o terrorismo	73
3. 2 <i>24 Horas</i> e o combate ao terror	82
3. 2. 1 A Fox Broadcasting	82
3. 2. 2 <i>24 Horas</i> e a criação de um herói: Jack Bauer	83
3. 3 Conservadorismo em <i>24 Horas</i> ?	102
CONSIDERAÇÕES FINAIS	107
REFERÊNCIAS	115

INTRODUÇÃO

Política e cultura; terrorismo e mídia; Bush e Jack Bauer. São termos inspiram o início deste trabalho. Os ataques terroristas de 11 de setembro de 2001 foram decisivos para a condução da política externa dos Estados Unidos da América (EUA), que se traduziu na política de segurança do governo George W Bush. E, buscando elementos na cultura popular encontram-se mais explicações para obsessão por segurança dos EUA após esse período. A mídia tem tido papel importante nos processos políticos contemporâneos e por isso, torna-se importante analisar a influência desta na aceitação e legitimação da Doutrina Bush aprovada logo após os atentados. Para tanto, em termos mais específicos, foi feito um estudo de caso da série de televisão da FOX, *24 Horas*, cujo primeiro episódio foi ao ar em novembro de 2001.

A origem desta pesquisa baseia-se no questionamento de como as questões culturais se associam à história contemporânea dos EUA. O trabalho é dividido em três fases, a teórica, a histórica-política e a prática. Esse desenvolvimento permitirá a compreensão gradual do tema proposto aqui e explicará o porquê da escolha da série *24 Horas*. Inicialmente, no âmbito teórico, serão analisados conceitos que permitem melhor entender as questões culturais e o impacto destas na política; cultura, mídia e indústria cultural são termos importantes neste plano do trabalho. Na sequência, a evolução da política de segurança e as mudanças após os ataques serão o foco; e por fim, analisar-se-á a série, que conforme apontado aqui, será o objeto de estudo prático, um produto midiático feito naquele período e que se desenvolveu em meio ao clima de insegurança instaurado nos EUA.

A série *24 Horas*, já nos primeiros episódios (inclusive no de estreia), promoveu um clima de medo, alerta e insegurança em nível nacional e internacional, construindo em Jack Bauer – personagem principal – um herói nacional. E, ao entender *24 Horas* como um meio de *mass media*, observa-se que esta conseguiu escolher e destacar naquele momento o

terrorismo como questão central, estimulando o debate público e auxiliando na aceitação e realização da guerra ao terror.

O problema a ser discutido pode ser assim apresentado: em que medida o cinema e a televisão contribuíram para criar um clima de tensão, ansiedade e medo que, por sua vez, criou condições que possibilitaram a formulação, aceitação e principalmente legitimação da política antiterror que caracterizou a política externa norte-americana após os ataques de 11 de setembro de 2001? E o que a Série 24 Horas realmente diz sobre a luta norte-americana contra o terrorismo?

Tendo em vista a dimensão que a indústria cultural possui nos EUA – considerada um *Big Business* –, faz sentido examinar a importância que uma série de televisão tem para a compreensão da formulação da política externa norte-americana. Nesse sentido, a premissa da pesquisa é que os ataques de 11 de setembro criaram um ambiente político e social que permitiu ao Presidente George W. Bush aprovar um pacote de medidas extremas de combate ao terrorismo – a Doutrina Bush. Embora o medo e a insegurança sempre tenham estado presentes na cultura norte-americana, após os ataques tornaram-se ainda mais significativos e foram decisivos para a aprovação da política antiterror e de suas consequências, como a guerra no Afeganistão em 2002 e no Iraque em 2003. Ou seja, se o terror dos ataques não tivesse ocorrido, não haveria massa crítica significativa favorecendo essas medidas.

Os *mass media* destacaram os temas de segurança e terrorismo e, adicionado fato de que os ataques terroristas causaram trauma e terror, as pessoas passaram a se interessar mais do que de costume pelas questões de segurança, além de exigir uma ação de resposta do governo norte-americano que promovesse uma sensação de segurança. Tomando a série *24 Horas* como exemplo, esta foi talvez a que melhor retratou e transmitiu esse temor constante, e pelo sucesso atingido logo após suas primeiras exibições, serviu como instrumento facilitador da aceitação de um pacote de medidas antiterrorismo, que foram aprovadas pelo

Congresso norte-americano, com apoio da opinião pública. *24 Horas* estreou logo após os atentados terroristas de 11 de setembro de 2001 e foi uma das representações mais dramáticas da Guerra ao Terror.

Outra afirmação relevante apoia-se na teoria da *agenda-setting*, quando esta permite dizer que a manchete “combate ao terrorismo” não sofreu – inicialmente – contraposição por parte da imprensa norte-americana e internacional, ou seja, os *mass media* não se opuseram ao governo norte-americano. A mídia valorizou certos assuntos em detrimento de outros, e as notícias, em especial as televisivas, influenciaram na forma como o público doméstico e internacional compreendeu e julgou as ações do governo norte-americano. Como as pessoas não têm capacidade de absorver todas as informações, elas ficam mais atentas aos destaques e às notícias dos *mass media*. Além disso, quanto maior a exposição aos *mass media*, mais facilmente os indivíduos serão influenciados na sua tomada de posição quanto a um tema e assunto. Por isso, o modo como a agenda pública é organizada pode levar a uma mudança de comportamentos.

A afirmação de que a televisão e o cinema influenciam na construção dos desejos e medos de uma sociedade também é relevante. Sendo os EUA o país do entretenimento, esse fenômeno ocorre com intensidade particular. A mídia serve para informar, entreter, controlar, pode fomentar espírito crítico ou ser um escapismo. A mídia é arte, é fantasia e também é política, e na cultura americana possui importante papel.

Com a função de informar ou entreter, traz temas pertinentes para serem discutidos pela sociedade ou simplesmente para oferecer uma simples válvula de escape. Como meio de informação e lazer, serve também como disseminador de identidades culturais e constrói (ou ajuda a construir), independente da função pela qual foi criada, a visão de determinada questão. Pode ser por meio dos canais midiáticos que uma sociedade vê sua cultura e a de outras comunidades, criando conceitos sobre si mesmo e também sobre os outros. A mídia

contribuiu expressivamente para criar e fortalecer a identidade nacional.

O objetivo geral deste trabalho é contribuir para a produção acadêmica em relações internacionais na área de política externa norte-americana, em especial sobre o vínculo entre estudos culturais, comunicação e análises de política externa, tema pouco difundido nos estudos de relações internacionais em nível de mestrado no Brasil.

Os objetivos específicos são:

- Identificar as principais questões culturais e sua relação com estudos de política externa;
- Apresentar a evolução da política de segurança dos EUA após a Guerra Fria, em especial a partir do governo de Bill Clinton até o governo de George W. Bush, com destaque à iniciativa unilateral de guerra antiterror após os atentados de 11 de setembro de 2001 e a Estratégia de Segurança Nacional dos EUA (*National Security Strategy* - NSS) de 2002 e de 2006;
- Analisar a formulação (ou a reformulação) do conceito de segurança nacional e a legitimação de um pacote de medidas aprovadas em um ambiente de medo e insegurança instaurado com os atentados terroristas;
- Relatar o tratamento da mídia com relação ao terrorismo antes e depois dos atentados e verificar se esse tema ressaltado pela mídia obteve audiência;
- Estudar a *Série 24 Horas*, seu conteúdo artístico e sua abordagem política, buscando entender se a audiência que ela conseguiu foi resultado do clima instaurado após os atentados terroristas ou simplesmente derivou de suas características estéticas e artísticas, seus personagens e efeitos especiais.

A comunicação política e a interface entre políticas e os fenômenos domésticos e internacionais, assim como os recursos e a linguagem da comunicação em massa, despertam crescente interesse de pesquisadores de ciências políticas e relações internacionais. A mídia de

modo geral proporciona meio de controle de ideias, serve como mediadora entre o Estado e os indivíduos. Além disso, é relevante analisar o cinema e a televisão como instrumentos de comunicação de massa. Essa importância se dá à medida que estes, produzidos e comercializados no mundo, difundem a cultura e imagem dos EUA.

No tocante aos procedimentos metodológicos, é importante observar que com o crescente interesse acadêmico em verificar a ponte entre a área de Comunicação e de Relações Internacionais, estabelecendo relações de questões culturais com políticas domésticas e internacionais, nota-se um aumento da literatura sobre o assunto, o que ajuda a dar viabilidade ao trabalho. Após levantamento bibliográfico sobre o tema, pôde-se notar que este de forma geral ainda se encontra em discussão, o que possivelmente aumentará a produção sobre o assunto e facilitará a pesquisa em nível mais avançado.

Esta dissertação busca comprovar as hipóteses formuladas a respeito da influência da televisão e do cinema na aceitação e formulação da Doutrina Bush. Valemo-nos para tanto das fontes disponíveis na literatura de relações internacionais, comunicação e antropologia (como livros, artigos de periódicos e eventos publicados na Internet), bem como de referências existentes na área de cinema e televisão de modo geral.

Utilizamos também algumas fontes primárias (discursos, documentos e declarações de autoridades governamentais) que possuem relevância para o entendimento do tema. Alguns discursos de Bill Clinton serão apresentados para possibilitar melhor visualização da evolução da política de segurança dos EUA. E por fim, e com igual importância, será realizada análise sistemática das temporadas de *24 Horas*, na perspectiva de coletar diálogos, fatos, imagens e outros elementos que se mostrem relevantes na comprovação das hipóteses. Tais temporadas consistirão no material primário mais significativo deste trabalho.

O primeiro capítulo procura realizar uma exposição sobre os aspectos teórico-conceituais que envolvem a questão. Será importante apresentar a ponte entre os estudos

culturais e os estudos de Política Externa e Relações Internacionais. Os conceitos de cultura, indústria cultural e identidade cultural serão definidos para justificar a relação entre esses aspectos do âmbito cultural e as questões de segurança e política. Ressaltaremos também a forma peculiar com que a mídia e a indústria cultural se organizam nos EUA. A força com que se desenvolveram nos EUA permite o avanço da pesquisa para as fases seguintes do trabalho.

O segundo capítulo, por sua vez, apresenta a evolução da política externa e de segurança dos EUA no pós Guerra Fria, em especial a partir do final do governo de Bill Clinton e chegando ao governo que contextualiza o recorte desse estudo, a gestão de George W. Bush. A elaboração da Doutrina Bush e a construção da Nova Estratégia de Segurança Nacional dos EUA de 2002 (NSS) serão enfatizadas. Tratará especificamente dos eventos e do clima após os atentados de 11 de setembro e a formulação da política antiterror, também conhecida como Guerra ao Terror, expressa na Estratégia de Segurança Nacional dos EUA (NSS) de 2002 e depois de 2006. Aqui será explicitado o clima de alerta, ansiedade, medo, tensão e insegurança, devido à perda do mito de inviolabilidade do território nacional após os atentados terroristas. Serão apresentadas a evolução e a reformulação do conceito de segurança nacional, ressaltando a necessidade de legitimar e implementar um pacote de medidas, que em tempos normais não seriam aceitos (como limitação de direitos civis, invasão de privacidade, reformulação das burocracias de segurança, endurecimento dos controles, poderes de exceção ao presidente). Será também analisada a importância da teoria de *agenda-setting*, que nos ajuda a entender como e porque algumas notícias são mais destacadas, auxiliando na compreensão de como os mass media podem influenciar algumas políticas e tomadas de decisão.

No terceiro e último capítulo far-se-á uma análise da série 24 Horas, onde serão destacados elementos de alguns episódios, como diálogos, imagens, personagens que se relacionam com o tema deste trabalho. Aqui será ressaltado como esses elementos passaram a

fazer parte do imaginário coletivo; como as características de Jack Bauer podem ser analisadas como tendo sido necessárias ao presidente Bush em tempos de guerra ao terror; e, de que forma essa série contribuiu para a aceitação e aprovação da política antiterror. Além disso, verificar-se-á o histórico da Fox e outras questões relacionadas ao sucesso da série.

A proposta não é estabelecer uma relação de causalidade da série com a Doutrina antiterrorista; mas sim, destacar os fenômenos – cultura popular e a política – que dominaram os diálogos e os pensamentos das pessoas após os eventos traumáticos de 11 de setembro de 2001. Nesse sentido, aponta-se que os *mass media* possuem influência na formulação da política externa e interna. Sem os ataques de 11/09, o Presidente Bush provavelmente não conseguiria apoio da opinião pública em nem do Congresso para invadir o Iraque, ou seja, não haveria uma massa crítica significativa favorecendo a guerra ao terror.

CAPÍTULO 1 – CULTURA, MÍDIA E POLÍTICA NOS ESTADOS UNIDOS

A cultura como instrumento de política internacional é estratégica por relacionar diversas dimensões das sociedades e dos Estados. Na realidade, os bens, serviços e equipamentos culturais estão na chamada “economia das ideias” ou “economia do conhecimento” (SENNA, 2005), onde as disputas competitivas centralizam-se nas ideias, nos conceitos e nos valores. Trata-se, portanto, de um meio que se baseia na criatividade humana, na invenção e na transformação. Segundo Tylor (1981 apud MATTELART, 2005, p. 17-18) afirma que o que diferencia uma sociedade de outra são os modelos culturais e que

Em seu sentido etnográfico mais amplo, o termo cultura ou civilização designa o todo complexo que compreende, simultaneamente, o saber, as crenças, as artes, as leis, os costumes ou toda outra faculdade ou hábito adquirido pelo ser humano enquanto membro de uma sociedade.

Antes da versão antropológica explorada no século XX, o estudo da cultura analisava esta como refinamento, sofisticação. Para Matthew Arnold (apud MARTINS, 2007, p. 19), era o estudo da perfeição, algo que buscava esboçar o sentido do que é beleza e graça. É claro que no século XXI ainda se pode entender cultura a partir dessa ideia; entretanto os estudos a partir do século XX promoveram (e promovem) uma visão mais antropológica e menos elitista do termo (MARTINS, 2007). E esta será a abordagem deste trabalho.

Clifford Geertz (1973) apresenta cultura não como um acréscimo ornamental de sofisticação supérflua de um indivíduo, mas sim, como um elemento constitutivo da condição humana. Para ele, só se pode ver o “humano” a partir do momento que observa a forma cultural do homem. Mais detalhadamente, cultura é um padrão de significados que se incorporam aos símbolos de uma sociedade. Esses significados são transmitidos historicamente e se manifestam na comunicação e no desenvolvimento da vida dos indivíduos. A estrutura de significados faz com que os indivíduos leguem à sociedade seu

modo de vida e produção. Então, segundo Geertz (1973), nestes significados, transmite-se a cultura incorporada a símbolos, materializando-se em comportamentos. Em se tratando de símbolos, estes possuem significados (assim como a cultura) e podem representar e serem percebidos de formas diferentes.

Em uma época de comunicação e migração quase irrestritas, é possível dizer que atualmente, a cultura é reconhecida como fator subjetivo e coletivo de autoafirmação. Segundo MARTINS (2007, p. 44), “a sociedade humana somente está apta a lidar como o elemento humano de comunidade na medida em que concebe cultura simultaneamente como algo intrinsecamente particular e necessariamente coletivo”. No entanto, nenhuma definição consegue esgotar o campo de aplicação de um termo tão amplo como cultura. De qualquer modo, a referência cultural possui papel importante “(...) nos processos pessoais, grupais, comunitários, sociais, nacionais e internacionais de (des)entendimento e negociação” (MARTINS, 2007, p. 45).

Estado e mercado também pertencem ao mundo da cultura. As políticas de gestão da sociedade institucionalizada em um Estado e a atividade econômica também pertencem ao âmbito das relações sociais e culturais, em que vários fatores interagem, como iniciativa pessoal, questões históricas, entre outras. O modo de vida de um povo é elemento identificador de uma comunidade, e está moldado pelo Estado – desde a consolidação dos Estados Modernos (MARTINS, 2007, p. 45).

Portanto, ligam-se aqui cultura, identidade, nação e Estado. Notadamente, a dimensão cultural do comportamento social de pessoas e comunidades é mais estudada ao final do século XX. Alguns estudos apontaram para uma forte interação entre cultura e ação do Estado (CASTORIADIS, 1979; ANDERSON, 1991; HOBBSAWN e RANGER, 1992). A cultura, por um lado, pode ser vista como uma autoafirmação subjetiva dos indivíduos; por outro, o Estado pode promover cultura de acordo com seus interesses diretos das políticas que

patrocine (MARTINS, 2007, p. 46). Seguindo esse pensamento, com apoio e intermediação dos meios de comunicação de massa e da educação, os Estados buscam legitimar e justificar seu poder moldando o modo de pensar de seus cidadãos.

A interação entre Estado, nação, sociedade e indivíduo verificada sob a ótica cultural não é tão evidente. Para tal entendimento, deve-se considerar o fenômeno cultural como um fator que constitui o homem. O mundo moderno tem no Estado nacional um eixo constitutivo substancial; da mesma forma, a cultura nacional correspondente pode ser tratada como qualificador substancial dos indivíduos (MARTINS, 2007, p. 48). A identidade cultural de um indivíduo pode ser resultado de seu processo de identificação como pertencente à certa sociedade, mas também como um processo relacionado à exposição desse indivíduo a produtos culturais, como literatura, teatro, cinema, televisão e as artes.

No plano das ideias, dos interesses, das opiniões e das convicções que circulam nos meios sociais públicos e privados contemporâneos, tem-se informações que podem ser classificadas em sistematizadas e institucionalizadas, ou assistemáticas e informais. As informações sistematizadas são elaboradas em sua maior parte pelos governos e conglomerados de comunicação de massa, que processam e distribuem informações e conteúdos informativos de modo regular e intencional. Já as assistemáticas estão no plano das mentalidades individuais e sociais. Dessa forma, a cultura percorre caminhos formais (normalmente vinculados à ação do Estado) e informais, quando obedecem à dinâmica do cotidiano, ao contato e contágio social (MARTINS, 2007, p. 56-57).

No mundo moderno as culturas nacionais são a principal fonte de identidade cultural. Não se trata de algo biológico ou genético, mas de algo que faz parte de nossa natureza essencial. As identidades nacionais, por exemplo, não nascem com os indivíduos, mas são formadas e transformadas no interior da representação. Segundo Hall (2005, p. 48-49):

Nós só sabemos o que significa ser “inglês” devido ao modo como a “inglesidade” (*Englishness*) veio a ser representada – como um conjunto de significados – pela

cultura nacional inglesa. Segue-se que a nação não é apenas uma entidade política mas algo que produz sentidos – um sistema de representação cultural.

Ou seja, as pessoas participam da ideia de nação da mesma forma que esta é representada em sua cultura nacional. Para Schwarz (1986, p. 106 apud HALL, 2005, p. 49), uma nação é uma comunidade simbólica, sendo isso que explica seu poder para gerar um sentimento de identidade e lealdade.

As identidades nacionais são uma forma moderna. Em sociedades mais tradicionais, a lealdade e a identificação eram dadas à tribo, ao povo, à religião, à região, etc. Agora, nas sociedades ocidentais, essa lealdade e identificação estão relacionadas à cultura nacional. As identidades culturais modernas são antes entendidas pelo “teto político” do Estado-nação, do que pelas diferenças regionais e étnicas (GELLNER, 1983 apud HALL, 2005, p. 49).

As culturas nacionais são compostas por símbolos e representações, e não apenas por instituições culturais. “Uma cultura nacional é um *discurso* – um modo de construir sentidos que influencia e organiza tanto nossas ações quanto a concepção que temos de nós mesmos” (HALL, 2005, p. 50). Entende-se que as culturas nacionais constroem identidades na medida em que produzem sentidos sobre a nação, com os quais os indivíduos podem se identificar.

As diferenças entre as nações residem nas formas como elas são imaginadas (ANDERSON, 1983; POWELL, 1969). Para responder a questões como: Como é imaginada a nação moderna?; Quais estratégias representacionais são acionadas para construir nosso senso comum sobre pertencimento ou sobre identidade nacional?; Como é contada a narrativa da cultura nacional?, Stuart Hall (2005, p. 51-57), destaca cinco elementos:

1. A narrativa da nação, da maneira em que é contada nas histórias e nas literaturas nacionais, na mídia e na cultura popular. A partir delas têm-se estórias, imagens, panoramas, cenários, eventos históricos, símbolos e rituais nacionais que simbolizam ou representam as experiências partilhadas, as perdas, os triunfos, e os desastres que dão sentido à nação.

2. Ênfase nas origens, na continuidade, na tradição e na intemporalidade. Ou seja, os elementos essenciais do caráter nacional permanecem imutáveis, apesar das mudanças da história.
3. Invenção da tradição: tradição inventada significa um conjunto de práticas (rituais ou simbólicas) que buscam inculcar certos valores e normas de comportamentos por meio da repetição. Implica continuidade com um passado histórico adequado.
4. Mito fundacional: uma estória que localiza a origem da nação, do povo e de seu caráter nacional num passado tão distante que se perde no tempo (não do tempo real, mas do mítico). Tradições inventadas tornam as confusões e os desastres da história inteligíveis, transformando desordem em comunidade. Mitos de origem também ajudam povos desprivilegiados a conceberem e expressarem seu ressentimento e sua satisfação em termos inteligíveis. Possibilita a elaboração de uma contranarrativa. Novas nações são fundadas nesses mitos.
5. A identidade nacional é também simbolicamente baseada na ideia de povo ou folk puro, original.

O discurso da cultura nacional constrói identidades que são colocadas entre o passado e o futuro. Às vezes, as culturas nacionais são incitadas a voltar ao passado (principalmente quando este foi glorioso), restaurando as identidades passadas; ou sofrem um impulso para avançar em direção à modernidade. Mas ao mesmo tempo, esse retorno ao passado oculta uma luta para mobilizar as pessoas para que revisem seus princípios, expulsando os que ameaçam sua identidade, e para que se preparem para nova empreitada para seguir a diante. Ou seja: olhar para as conquistas e glórias do passado e aproveitar também a modernização do presente. Então se percebe como uma cultura nacional atua como uma fonte de significados culturais, um foco de representação e um sistema de representação (HALL, 2005, p. 56).

Outra questão importante é saber que uma cultura nacional busca unificar seus

membros – mesmo sendo estes divididos em classes, gêneros ou raças diferentes – para representá-los todos como pertencendo à mesma e grande família nacional. No entanto, não é somente uma simples lealdade, união ou identificação simbólica. Ela é também uma estrutura de poder cultural.

Na verdade, as nações modernas são híbridos culturais. As identidades nacionais não subordinam todas as outras formas de diferença e não estão livres do jogo de poder, de divisões e contradições internas, de lealdades e de diferenças sobrepostas. Segundo Hall (2005, p. 65), “quando vamos discutir se as identidades nacionais estão sendo deslocadas, devemos ter em mente a forma pela qual as culturas nacionais contribuem para 'costurar' as diferenças numa única identidade”.

Indústria cultural e cultura de massas são termos que devem ser apresentados aqui em destaque. A cultura de massas é um conceito que abrange toda e qualquer manifestação de atividades ditas populares (FIDELI, 2008, p. 01). Segundo Edgar Morin (1977, p. 35-45), o capitalismo e a industrialização fizeram com que a cultura de massas se tornasse um produto e, sendo assim, buscasse atingir sempre maior público. Para ele, o indivíduo pertencente a este público é um homem médio, com percepções, possibilidades de decifração e inteligência comuns. Já Canetti (2008, p.14) diz que massa é aquilo que faz com que todos sejam iguais, desconsiderando-se a diversidade.

A cultura precisa atender à homogeneidade para que seja produto e, desta forma, despertar reação no consumidor. Ou seja, quanto mais a massa consumir essa cultura, mais ela será produzida; quanto mais a cultura se massifica, mais simples, moderna e atualizada ela se torna (MORIN, 1977, p. 47).

Embora determinada cultura seja característica de um lugar, ela sofre influência de outras culturas. Este fenômeno Néstor Canclini (2000) define como “hibridização cultural”, que acontece quando diversas culturas de massas existentes entram em contato, absorvendo

informações umas das outras.

A identidade cultural contemporânea deveria ser uma identidade de caráter híbrido, moldada por um equilíbrio entre a preservação das particularidades locais e as influências do novo. Com a internacionalização, o desafio é preservar as identidades que caracterizam a história de cada país, mas ao mesmo tempo aproveitar o potencial de inovação capaz de gerar riquezas econômicas e sociais que justificam um contexto socioeconômico globalizado (SILVEIRA e BARROS, 2002, p. 10).

Canclini (2000, p. 22) mostra a existência de um jogo complexo de relações, onde coexistem as tradições culturais e a modernidade. A tradição então, não é ocultada pela industrialização dos bens simbólicos, mas apenas reduzida.

Apesar dos meios eletrônicos terem grande influência sobre a cultura de massas, não foram responsáveis pela origem histórica deste fenômeno e que o processo de homogeneização das culturas da América começou antes do rádio e da televisão, com os processos de colonização e cristianização de grupos com religiões diversas, durante a formação dos Estados Nacionais, na escolarização monolíngue e na organização moderna do espaço urbano (CANCLINI, 2000).

As tecnologias comunicacionais promoveram uma maior interação dos Estados com as massas (BARBERO, 1987). Modos de falar, de vestir-se, os gostos e códigos de costumes juntam-se na linguagem com que a mídia representa as massas que irrompem nas cidades e lhes dão uma síntese da identidade nacional. Não é possível verificar a cultura popular contemporânea somente como resultado de diferenças locais, mas da ação difusora e integradora da indústria cultural. O folclore e a indústria cultural coexistem, mesmo que a última transforme um pouco a maneira tradicional em que se dá o primeiro (CANCLINI, 2000, p. 364).

Os processos culturais nacionais e regionais redefinem a indústria cultural,

caracterizada pela “interculturalidade”, que traduz os modos de troca, os intercâmbios e interações socioculturais e sociopolíticas (PAIVA, 2005, p. 5). A noção de indústria cultural faz com que se entenda que cada vez mais bens culturais não são gerados artesanal ou individualmente, mas através de procedimentos técnicos, máquinas e relações de trabalho equivalentes aos que outros produtos na indústria geram (CANCLINI, 2000: 257). E o cinema e a televisão nos EUA são produtos gerados por uma indústria bastante peculiar e única no mundo.

1. 1 Indústria cultural nos EUA

O termo Indústria Cultural foi concebido em 1947, no livro *Dialética do Esclarecimento*, por Theodor Adorno e Max Horkheimer, como um conceito que evidencia um viés crítico da sociedade de massas sob o contexto da corrente teórica da comunicação, que ficou conhecida como Escola de Frankfurt (CAMPOS, 2002: 12).

A Escola de Frankfurt caracteriza-se por uma visão marxista do homem e de suas relações na sociedade, em especial no que concerne aos meios de comunicação de massas. Na realidade, o conceito de Indústria Cultural apresentado por essa escola é marcado por críticas aos processos capitalistas na organização da sociedade de massas. É também caracterizado pela ideia de que os bens culturais da humanidade são apropriados pelo capitalismo e passam a operar como um instrumento de dominação social. Sob essa ótica, a desvalorização do conceito de arte é um efeito desse processo. O modo capitalista de produção deturpa as consciências individuais assimilando as pessoas ao processo. Assim, segundo Campos (2002, p. 12), a produção artística e cultural é organizada conforme os padrões econômicos de relações capitalistas.

O período da inauguração do termo “indústria cultural” remonta ao reerguimento do pós Segunda Guerra Mundial, de modificação da ordem internacional, de reestruturação

financeira (em especial da Europa), de novas descobertas científicas e armamentos e de busca de maior agilidade nas trocas de informações.

Adorno (1986, p. 09) afirma que na indústria cultural tudo é negócio. Na visão dele, o homem é um mero consumidor e também é instrumento de consumo da indústria cultural – trata-se de um objeto manipulado por essa indústria. Ele aponta o cinema como algo que de um experimento científico se tornou um lazer e depois em uma máquina financeira capaz de manipulação sobre os indivíduos. A indústria cultural é necessária por suprir, em certa medida, as necessidades de consumo. Esta identifica e produz as inovações padronizadas.

A indústria cultural também é vista por Adorno (1986, p. 41) como promotora e produtora de entretenimento, motivando a busca por diversos sentimentos e sensações, dentre eles, a diversão. Entende-se aqui essa diversão como um escapismo da realidade. Neste contexto, Adorno (1986, p. 43) destaca o cinema como uma das formas da indústria cultural.

Claramente, a definição de Adorno e Horkheimer aponta para uma visão crítica da indústria cultural, não necessariamente a mesma deste artigo. No entanto, é impossível tratar de indústria cultural sem mencionar essa origem histórica, que fundamentou a crítica da sociedade de massas. Destaca-se também que com a difusão universal de diversos valores e ideias, a indústria cultural tem sido utilizada como instrumento de diplomacia ou competição entre os países.

Experimento científico que foi levado à categoria de indústria nos EUA. Assim se pode começar a falar do cinema norte-americano. Apesar de sua origem ser mais antiga, foi somente a partir da invenção do fonógrafo de Thomas Edison, em 1877, que o cinema começou a se aproximar da proposta atual. Segundo Sklar (1975, p. 15), Thomas Edison pensava em unir seu fonógrafo às fotografias projetadas de forma sincronizada, buscando que as imagens projetadas fossem reais, com movimentos reais, imagens em tamanho natural, som sincronizado, cor e tridimensionalidade.

De acordo com Sklar (1975, p. 23-24), Edison criou o cinescópio, um visor de cinema com capacidade de exibir imagens não ampliadas de 35 mm em branco e preto, com duração máxima de noventa segundos. Tal instrumento foi apresentado em uma feira em Chicago e, embora tenha obtido sucesso e grande procura a princípio, foi logo substituído pelo mutoscópio, criado pela *American Mutoscope and Biograph Company* e inventado por W. K. L. Dickson, que passou a competir com a criação de Edison.

Em 1895 Louis Lumière exibiu pela primeira vez, no *Boulevard des Capucines*, em Paris, um projetor e logo depois, nos EUA, Thomas Arma e C. Francis Jenkins desenvolveram um dispositivo, que recebeu o nome de Vitascópio por Edison, que os contratou para lançá-lo no mercado. Em 1896, mais um avanço na área, o projetor *Biograph de Dickson*.

Além da criação desses instrumentos era também necessário que o público confirmasse o sucesso das invenções. Nesse contexto, destacam-se os teatros de variedades, os “*vaudevilles*”, lugares que ampliaram o encontro de públicos numerosos para assistir aos filmes projetados em telas amplas. Foi aí que o público começou a admirar o cinema em grandes telas. Em grande parte, os primeiros espectadores do cinema eram norte-americanos de classe média das maiores cidades dos EUA; donas-de-casa (que ao saírem para fazer compras, aproveitavam a oportunidade para ir ao cinema); funcionários de escritórios em horário de almoço; ou quem pudesse pagar o valor da entrada (cerca de vinte e cinco centavos) (SKLAR, 1975; TOTA, 2009).

O sucesso dos filmes e os lucros deste novo entretenimento norte-americano motivaram empresários empreendedores a transformarem armazéns vazios em cinemas. Sklar (1975, p. 26) aponta que o cinema passou a ser umas das principais vias da indústria cultural, fixando-se na vida dos EUA ao observar as necessidades e expectativas da classe operária.

O primeiro período (os primeiros trinta anos) ficou conhecido como a era do cinema mudo (muitas vezes acompanhados por orquestras), tendo como um de seus principais

representantes Charles Chaplin, que satirizava insatisfações populares levantando temas como trabalho e organização social. Os filmes eram curtos; todavia, no início do século XX chegaram à marca dos setenta minutos de duração.

Com a crise ao final da Primeira Guerra Mundial, surgiu a necessidade de se cortar custos na produção dos filmes, e a contratação das orquestras para acompanhar a exibição destes era algo bastante custoso. Com isso, impulsionou-se a produção de filmes com som, o que facilitou a elaboração de narrativas que sensibilizavam ainda mais o público (TURNER, 1997, p. 19-21).

Para Rubim (2000: 15), o desenvolvimento acelerado da comunicação midiática produziu um forte impacto na sociedade norte-americana. É certo que a utilização da comunicação cinematográfica e televisiva não foi somente mobilizada pelos EUA. No entanto, a participação territorialmente distante da Primeira Guerra Mundial possibilitou melhor contexto socioeconômico para produção cinematográfica norte-americana, diferentemente de outros países – em especial França e Itália – que, destruídos com as guerras, tiveram suas indústrias de comunicação e de cultura debilitadas. Turner (1997, p. 24) destaca que os EUA chegaram a produzir 85% dos filmes em exibição do mundo naquele período.

As filmagens, a produção e a comercialização dos filmes eram realizadas por empresas diferentes. No entanto, na medida em que a indústria cinematográfica crescia, durante os anos 1920, as maiores empresas – Paramount, Fox, Loew's e Goldwyn – iniciaram um processo de “integração vertical”, fazendo todo o processo, da filmagem à distribuição. Tal verticalização promoveu o crescimento financeiro das empresas, estimulando a consolidação desses estúdios; além disso, passaram a controlar a produção e o comércio dos filmes (TURNER, 1997, p. 25).

Neste contexto, Hollywood consolida o êxito da indústria cinematográfica dos EUA. A

escolha pelo estado da Califórnia se deu pela busca de melhores condições de tempo, de dias mais ensolarados (TOTA, 2009, p. 253). Além do tempo, as diferentes paisagens e pessoas de diversas etnias (interessantes para participação e figuração das películas) foram fatores decisivos para a saída de produtores independentes de Nova York. Na sequência, grandes empresas se dirigiram para Hollywood. Alguns estúdios se uniram e formaram novas empresas – como a 20th Century Fox e a Metro Goldwyn Meyer. Surgiram a Warner Bros e os estúdios Disney, transformando o cinema em grande negócio nos EUA e tornando Hollywood responsável por parte significativa do mercado norte-americano (FINLER, 2003, p. 16).

A história de sucesso da indústria cinematográfica dos EUA e a verificação do forte papel dos filmes na formação da sociedade norte-americana permitem compreender o papel político do cinema no sistema doméstico e também internacional. Held (2000, p. 327-328) aponta que a cultura norte-americana foi elevada à categoria de ícone e, impulsionada pela globalização, gerou uma reprodução em massa dos símbolos e valores americanos, além da difusão de produtos oriundos deste país. .

Pode-se apontar o cinema como uma ferramenta importante para afirmação de identidade cultural. Os filmes permitem expor ideias a um grande número de pessoas. O uso de técnicas cinematográficas nos conflitos internacionais passou a ser relevante a partir da Primeira Guerra Mundial, que marcou o início da utilização de sequências filmadas no reconhecimento aéreo, como o único método capaz de contribuir com os Estados para uma representação atualizada da batalha. Conforme aponta Virilio (2005, p. 15), esses terrenos eram constantemente convulsionados pela artilharia, que fazia desaparecer sucessivamente as marcas de reconhecimento topográfico necessárias à organização de combates. Por isso, a introdução de filmagens permitia a visualização da situação anterior à destruição das marcas de reconhecimento.

Segundo Gomes (2004: 21), a comunicação impõe suas estratégias e linguagens à

política e suas opiniões, imagens e agendas ao público. A comunicação de massa e a indústria cultural são, contemporaneamente, apresentadas como algo central na cena das instituições sociais. Ele ainda aponta que o uso dos produtos de cultura e entretenimento pelo Estado, pelos governos e pelos partidos políticos induz investigações sobre os efeitos e possibilidades dos meios de comunicação sobre o mundo político (GOMES, 2004: 48). A percepção é que esses instrumentos funcionam como ferramentas para organizar o gosto, as disposições e a opinião do público, inclusive sobre questões de natureza política.

Em se tratando do cinema como instrumento de massa, este pode ser apontado como uma impressão da realidade, uma vez que uma reprodução cinematográfica pode desencadear no espectador um fenômeno de participação afetiva e perceptiva.

1. 2 A Política Externa dos EUA e Hollywood

Analisando a história dos EUA, é possível dizer que Hollywood se tornou um agente de política externa. A cultura popular pode ser examinada como um mecanismo de poder brando – *soft power*. Alguns filmes podem ser analisados como extensão da política externa dos EUA (TOTMAN, 2009).

É possível analisar o cinema como um instrumento de poder brando assim como meio de afirmação de identidade nacional e ideológica, aproximação cultural, social, econômica e política. Como coloca Nye (2002, p. 29), tanto o poder militar quanto o econômico são exemplos do duro poder de comando que se pode empregar a fim de induzir os demais a mudarem de posição. O poder bruto – *hard power* – pode se apoiar em induções e em ameaças. Por outro lado, há o poder brando (*soft-power*), tratado pelo autor como um modo indireto de exercer o poder.

Durante a Guerra Fria, por exemplo, os EUA obtinham os resultados que almejavam porque os outros países desejavam acompanhá-lo, por admirar seus valores, buscando imita-

lo, aspirando ao seu nível de prosperidade e liberdade. Portanto, era igualmente tão importante estabelecer a agenda na política mundial e atrair os outros países quanto forçá-los a mudar mediante a ameaça ou o uso das armas militares ou econômicas. Nesse sentido, a televisão, o cinema e a cultura de modo geral serviram como instrumento desse aspecto de poder, que levavam o mundo a querer o que os EUA queriam, não coagindo as pessoas, mas cooptando-as ¹. Ambos os poderes, o bruto e o brando, estão relacionados mutuamente, e referem-se ao aspecto da capacidade de um país alcançar seus objetivos, modificando o comportamento alheio.

Segundo METZ (1977: 17), um filme é dotado de presença e de uma proximidade que aglomera um grande número de pessoas. Portanto, entende-se que o cinema não é apenas uma expressão da sétima arte; trata-se de um instrumento de cooptação ideológica dos povos (FIGUEIREDO, 2001).

Schiller (1993, p. 22) aponta que comunicação não existe e nem pode existir fora do mundo material de interesses e poder, servindo como um processo que serve ao poder estabelecido. Como afirma Nye (2002: 36), a posição de um líder mundial somente pode ser exercida pela conjugação do poder bruto – *hard power* – e do poder brando – *soft power* – por meio das ideias, da televisão e do cinema, por exemplo. Essa referência pode ser considerada na medida em que consiste na imposição de ideias e valores, como liberdade, democracia, entretenimento, entre outros, buscando ao mesmo tempo, o apoio interno e da sociedade internacional.

O poder brando possui a capacidade de definir a agenda política para formar as preferências dos demais. Quer dizer, ao expandir convicções e valores, aumenta-se o poder sobre os Estados e as sociedades, tornando-o maior e mais duradouro. Entende-se que a

¹ Aqui vale diferenciar o *poder de comando* – que é a capacidade de mudar o que os outros fazem, baseando-se muitas vezes na indução ou na coerção – e o *poder de cooptação* – que é a capacidade de moldar o que os demais querem, apoiado na atração exercida pela cultura e pela ideologia ou na capacidade de manipular a agenda das escolhas políticas para fazer com que os agentes deixem de expressar certas preferências porque elas não parecem corretas.

capacidade de estabelecer as preferências tende a associar os recursos de poder intangíveis como uma cultura, uma ideologia e instituições atraentes. Isso significa que se um país consegue induzir outros a querer e fazer o que se quer, não precisa obrigá-los a fazer os que os outros não querem. Ou seja, a liderança pode custar menos.

No entanto, é importante saber que embora o poder brando seja uma fonte de influência, não é simplesmente sinônimo de influência. Na realidade, o poder brando significa mais que persuasão ou que capacidade de mover as pessoas pela argumentação. Trata-se da capacidade de seduzir e atrair; e a atração, normalmente leva à aquiescência e à imitação (NYE, 2002: 37). Insere-se aí a televisão e o cinema assim como todos os elementos culturais e de entretenimento, uma vez que estes podem emanar grande parte de nossos valores. Tais valores se expressam na cultura, na política interna e no comportamento internacional de um país.

De fato, para um governo é difícil medir, controlar e empregar o poder brando. Trata-se de algo difícil de medir e manusear, além do fato de não atingir a todos. É possível dizer que os EUA são poderosos porque conseguem inspirar os sonhos e os desejos alheios, devido ao domínio das imagens globais por intermédio do cinema e da televisão, assim como também são poderosos pelo fato de que diversos estudantes de outros países almejam concluir ou aprofundar seus estudos nos EUA (NYE, 2002, p. 37-38).

Existe na Indústria Cultural um fator ideológico, tendo em vista que ideologia é algo que explica aos indivíduos inseridos no processo histórico o porquê de uma determinada situação. A ideologia pode servir para justificar certa realidade (de conflito, de medo, de cooperação, diplomacia, etc.), e os aparelhos ideológicos do Estado e a própria Indústria Cultural podem se constituir em ferramentas para legitimar o processo (CAMPOS, 2002, p. 13). As informações sistematizadas, normalmente elaboradas por governos e grandes empresas de comunicação de massa, processam e distribuem as informações de forma

intencional. De fato, o cinema, produzido em função da ideologia pode desencadear um processo na sociedade de aceitação ou de rejeição a certa política.

A ideologia é um instrumento prático, um conjunto de ideias com caráter argumentativo, prescritivo e programático, com durabilidade e consistência lógica, contando também com potencial motivador enraizado em pessoas, grupos ou sociedades, servindo para legitimar a racionalização de interesses grupais e de ações deles decorrentes ou dependentes (MARTINS, 2002: 85). Insere-se aí a utilização do cinema como um instrumento político e transmissor de ideias, considerando que as ideologias apresentam um caráter dinâmico e prático.

No entanto, Martins (2002) aponta que a ideologia não se identifica somente com o duelo entre posições políticas; ela pode estar nos mais variados contextos, desde que neles exista a questão de ser, pensar e agir. Está presente no cotidiano das pessoas, nas artes, na cultura, na educação, na religião, no cinema, na televisão e também nas idéias políticas.

As tecnologias de mídia, como o cinema, proporcionam ao mesmo tempo diversidade de escolha e novos meios de controle coercitivo. Nesse sentido, os meios de comunicação em massa podem servir como mediadores entre o Estado e os indivíduos.

Carr (2001: 135), numa visão realista, afirma que política é sempre política de poder, ou conflito de poder. Os Estados podem manter entre si relações não políticas, ou apenas técnicas. No entanto, quando surge uma questão que envolve o poder de um Estado em relação ao outro, o assunto se torna político. Nesse aspecto, Carr (2001, p. 143) propõe uma divisão do poder político na esfera internacional, em três categorias: o poder militar; o poder econômico; e o poder de opinião. Analisando-se o último, verifica-se relevante importância no entendimento da relação entre instrumentos formadores de opinião – como cinema, televisão, rádio – e política internacional.

O poder sobre a opinião é essencial aos objetivos políticos e está associado às outras

duas primeiras categorias. A persuasão e coerção do Estado em relação às pessoas é um fator conhecido; entretanto, a opinião popular considera a propaganda como uma arma relevante e moderna. Segundo Carr (2001, p. 174), a educação popular aparece como importante meio de moldar e determinar o conteúdo que se deseja que os jovens absorvam. A propaganda em si remete a outros instrumentos que a própria educação tornou possível. O rádio, a televisão, o cinema e a imprensa popular. Os três últimos representam a indústria moderna de produção em massa.

Assim, pode-se afirmar que a relação entre opinião pública e política externa está sempre em transição, ou seja, cada nova busca por mecanismos de apelação à opinião pública está sempre vinculada com um novo processo político. Por exemplo, conforme relata Osgood (2002, p. 85), os tomadores de decisão norte-americanos entendiam que a Guerra Fria seria ganha ou perdida no plano da opinião pública, mais do que nos campos de batalha. Por isso, os EUA utilizaram a ideia de “Cortina de Ferro” e “Mundo Livre”.

Dessa forma, a opinião é condicionada pelo status e pelo interesse. Por isso, de acordo com Carr (2001, p.185), uma classe ou nação dominante desenvolve opiniões favoráveis à manutenção de sua posição privilegiada e impõe estas a outros. Tal fato é ilustrado no macarthismo da década de 1950, quando as delações de supostos comunistas muitas vezes eram feitas por interesse de promoção profissional ou até política. Ou, numa ilustração mais ampla, a própria difusão da ideologia capitalista norte-americana na busca pela hegemonia mundial. Para o autor, a política internacional é sempre política de poder, ao passo que não é possível eliminar o poder da política.

As ideias são forças que movem o processo cultural, dando consistência à afirmação de indivíduos ou grupos na realidade histórica das sociedades. De acordo com Martins (2002: 23), as ideias são um conjunto de convicções, crenças, opiniões, interesses e motivos, que determinam as ações e as percepções. Desempenham diversas funções na vida pessoal, social,

cultural e política. Da mesma forma que Carr, Martins afirma que as ideias são uma forma de poder na sociedade e no Estado, que interferem na formulação e na prática de condutas individuais e sociais.

Os resultados das ações realizadas se traduzem em situações estratégicas nas quais não há formas de equilíbrio únicas. Assim, podem demonstrar concorrência, rivalidade e até conflito entre interpretações de visão de mundo, nas relações entre os Estados e estes como suas sociedades. Da mesma forma, verificam-se também convergências e visões de mundo semelhantes, no que se refere, por exemplo, a modos de vida e ideais políticos. É importante notar que todos esses aspectos são transpostos para as instituições políticas e nelas se refletem.

O cinema faz com que as coisas pareçam depender da imagem de algo intangível. Isso significa dizer que, ao mesmo tempo em que os filmes apresentam algo bem visível, induzem o espectador a pensar de acordo com o que é mostrado. Essas imagens, capturadas e retocadas, tornam-se objeto atraente e lucrativo (no sentido econômico e político) sob a forma de filmes.

1. 2. 1 Mídia, Cultura e poder nos Estados Unidos

Os EUA definem claramente as fronteiras entre o bem e o mal. Desse modo, propaganda nacional e alguns filmes nacionais podem se disfarçar de ideologias de caráter aparentemente internacional; e isso demonstra a existência de um estoque internacional de ideias comuns e de uma crença que essas ideias comuns estão acima dos interesses nacionais, ou seja, a moral internacional.

Segundo Rubim (2000: 9), o poder pode ser entendido como práticas que se alastram e perpassam todas as relações sociais. Portanto, pode-se defini-lo como a capacidade de levar o outro a realizar o que se deseja através da utilização de diversos recursos, dentre eles, o

cinema e a televisão. Com isso, dependendo dos recursos usados, há uma diferente aplicação de poder.

Uma das políticas promovidas pelo Estado é a de gerar lealdade como um fator crucial da equação social. Seja sob a forma difusa da identificação com a pátria, com o soberano, com o líder ou com os símbolos nacionais, como por exemplo, sob a forma de uma arquitetura política que vá da esfera local à global (MARTINS, 2002, p. 63).

Bom exemplo da guerra ideológica empreendida no cinema pelos EUA foram filmes realizados como resultado da política de boa vizinhança. Tal política visava minimizar a influência germânica na América Latina e promover a divulgação do *American Way of Life*. Em se tratando do Brasil, Fabris (1995, p. 144) aponta que, com o apoio do DIP (Departamento de Imprensa e Propaganda), criado durante o Estado Novo ², a Seção de Filmes do Birô Interamericano, chefiado por Nelson Rockefeller, permitiu o intercâmbio de astros e estrelas, assim como a realização de longas-metragens. Neste contexto, apontam-se alguns fatos, como a ida da brasileira Carmen Miranda para Hollywood e a realização de filmes como *Alô amigos* (1941) e *Você já foi à Bahia?* (1944), produzidos pela Walt Disney³.

Nos EUA durante a Guerra Fria, o *American Way of Life* foi demonstrado ao mundo

2 O Estado Novo compreende a ditadura de Getúlio Vargas, e se iniciou em 1937. Durante o período Vargas, o Estado passou a regular o cinema, atendendo a reivindicações dos diversos setores (organizados em entidades corporativas), projetando-se como o árbitro acima dos interesses particulares. Simis (s/d: 4,5), afirma que durante a ditadura militar, foi o nacionalismo dos cineastas que possibilitou que a política do cinema fosse feita pelos próprios cineastas sem intermediação de um burocrata. No entanto, a ditadura transformou o Departamento de propaganda e Difusão Cultural (DPDC) no DIP, com nítida influência do Ministério da Propaganda alemão. Em decorrência disso, o projeto do cinema educativo associado ao cinema de mercado é descartado como via de desenvolvimento e substituído pelo cinema de propaganda, por meio dos cinejornais. Esses cinejornais permitiram a produção de empresas cinematográficas importantes. Além disso, a autora aponta que com a ditadura, além de encomendas do DIP, a obrigatoriedade de exibição do curta metragem (prevista no Decreto de 32), passa a ser cumprida de forma mais efetiva com a fiscalização do DIP e quando o DIP deixou de encomendar filmes, e passou a produzir os filmes que interessavam ao governo, em troca, os produtores cinematográficos conseguiram que fosse obrigatória a exibição de um longa-metragem para cada sala por ano.

3 A participação do Brasil na Segunda Guerra Mundial no âmbito da mídia e do cinema aconteceu devido aos cinejornais do DIP e também de filmes filmados no front. Sobre isso, Sylvio Back produziu o filme “Rádio Auriverde” (1991), com uma visão crítica da campanha da FEB (Força Expedicionária Brasileira) na Itália, filme este que provocou protestos de ex-combatentes (FABRIS, 1995:145).

das mais diversas formas. Nesse aspecto, Shaw (2002, p. 5) indaga que se deve considerar como elementos de propaganda as garrafas de Coca-cola vendidas a estrangeiros, assim como o McDonald's e a *Levis jeans*, elementos estes que projetaram de forma clara ao mundo todos os valores e perspectivas dos EUA.

Conforme descreve Shaw (2001, p. 59), todas as guerras são travadas, em boa parte, nos campos das palavras e das imagens. Nesse aspecto, destaca-se a propaganda (a qual cabe criar, produzir e disseminar essas palavras e imagens). A “guerra psicológica” e a “guerra política” tornaram-se, para os americanos, instrumentos de política nacional ⁴.

O uso da guerra psicológica é instrumento para influenciar a opinião pública e para avançar nos interesses de política externa. Esses instrumentos eram, por exemplo, auxílio comercial e econômico, diplomacia, mudanças culturais e educacionais, e todas as formas de propaganda (rádio, jornais, televisão e cinema). Como sugere Osgood (2002, p. 86), “psychological warfare had become, in essence, a synonym for cold war”.

Ainda em se tratando da Guerra fria, nos EUA, a guerra psicológica e a propaganda não eram exclusivas da *United States Information Agency* (USIA) ou da *Central Intelligence Agency* (CIA). Diversas agências participaram das campanhas da Guerra Fria, incluindo o Conselho Nacional de Segurança dos EUA, a Casa Branca, o Departamento de Estado, o Departamento de Defesa, o Exército, assim como agências de assistência econômica externa (como a Agência de Segurança Mútua, a Administração de Operações Externas e a *Agency for International Development*). Além disso, muitas organizações privadas, organizações sem fins lucrativos e até empresários contribuíram para a campanha da propaganda norte-americana (OSGOOD, 2002, p. 87).

No que se refere à URSS, Vladimir Lênin como líder os Bolcheviques, relatou o sucesso da propaganda como instrumento normal das relações internacionais e de

4 Durante a Segunda Guerra Mundial, a guerra psicológica já era vista como um acessório para as operações militares.

desenvolvimento cultural das massas. Já em 1921, Lênin promovia a venda de filmes soviéticos para o exterior, consciente de que o cinema era um potencial instrumento de propaganda (SHAW, 2001, p. 59). Nesse sentido, o único meio que possuíam era a influência sobre a opinião pública e internacional; e por isso, utilizaram-se intensamente dessa ferramenta.

As relações de poder podem ser realizadas como força material, por violência e coerção (*hard power*), e como força simbólica, pelo convencimento e coesão (*soft power*). Apesar de esta última ser considerada de certa forma mais legítima, pode-se dizer que o predomínio da hegemonia intelectual e moral nas relações de poder não excluem a utilização da violência e da coerção, até pelo fato de que legitima e legaliza seu uso em determinadas circunstâncias. Assim, o cinema como instrumento de política supõe argumentos, emoções, preconceitos e interesses. Rubin (2000, p. 35) analisa os meios de comunicação, inclusive o cinema, como “circuito cultural”, o qual organiza vontades e ideias.

A guerra, seja ela qual for, consiste menos em obter vitórias materiais – como territoriais e econômicas – do que em apropriar-se da imaterialidade dos campos de percepção. Assim, quando os modernos combatentes invadiram todos esses campos, pôde-se impor a ideia de que o verdadeiro filme de guerra não deveria necessariamente mostrar cenas de guerra ou de batalhas, uma vez que o cinema pode ser incluído na categoria das armas a partir do momento em que está apto a criar a surpresa técnica ou psicológica. Por isso, “a história das batalhas é, antes de mais nada, a história da metamorfose de seus campos de percepção”(VIRILIO, 2005, p. 27).

Após a Primeira Guerra Mundial, Hollywood passou a experimentar os mais variados movimentos de câmera, e na Guerra Fria, os filmes já se mostravam mais dinâmicos.

O cinema é a metáfora dessa nova geometria que dá forma aos objetos, fusão/confusão dos gêneros que antecipa a futura e terrível transmutação das espécies, o privilégio exorbitante concedido à velocidade de penetração pela guerra e também por uma indústria de guerra que se reconverteu, depois do primeiro

conflito mundial, em produção de meios de comunicação e de transporte, em comercialização do espaço aéreo (...) (VIRILIO, 2005, p. 62).

A indústria cinematográfica passou a ser reconhecida como poderosa arma de influência e controle das ideias. Com o cinema, padroniza-se o que será mostrado e como cada pessoa deverá entender e enxergar o que está sendo exibido. Como analogia, pode-se dizer que em um teatro, os espectadores não podem sentar-se no mesmo lugar, e dessa forma, é possível dizer que nenhum deles assistirá à peça do mesmo modo; alguns poderão perceber algo por estar mais próximo do palco, e outro, por estar mais distante da cena, poderá não captar o movimento, a fala ou a mensagem. O cinema é diferente. Cada espectador vê, onde quer que esteja sentado na sala de cinema ou em casa pela televisão, exatamente a imagem e a entonação que a câmera focalizou. Quando um ator olha para a objetiva, sabe que todos que assistirem ao filme estarão olhando sua imagem, assim como escutando o que ele disser. Todos no cinema olharão a mesma cena, da mesma forma, quer estejam em cima, em baixo, à esquerda ou à direita. Sendo assim, é possível dizer que, com o cinema, “não há mais mil espectadores (ou milhões, se juntarmos todas as salas), mas apenas um único espectador, que vê e escuta exatamente o que a Câmera e o microfone registram” (MARCEL PAGNOL apud VIRILIO, 2005, p. 84).

Aqui, o cinema é apresentado como uma arma visual e perceptiva, que atinge as pessoas de forma ampla e rápida. Trata-se de um instrumento que foi largamente utilizado em todas as grandes guerras. Nesse sentido torna-se relevante pensar que como todas as armas utilizadas em guerra, há um custo que foi despendido para tal. Na realidade, o que se pode dizer sobre dispêndio de recursos financeiros com propaganda é que estes são difíceis de serem calculados. Isso porque não é possível compará-la com instrumentos militares tradicionais, além de haver ambiguidades sobre dos autores e patrocinadores das propagandas.

Por exemplo, na URSS, o Estado investiu enormes quantias no esporte, o que sem

dúvida foi um elemento chave na diplomacia cultural soviética. Em relação aos EUA, deve-se lembrar da importância do patrocínio da CIA, como parte da campanha anticomunista da década de 1950. Isso quer dizer que diversos fatores podem ser associados à ideia de propaganda e guerra ideológica; e os filmes refletiram esse conflito das mais diversas formas.

O uso político do cinema apresentou-se na cinematografia norte-americana durante a Primeira e a Segunda Guerra Mundial e na Guerra Fria. Segundo Fabris (1995: 143), quase sempre, os filmes eram voltados para a perpetuação na tela das vitórias dos campos de batalha. Diversos filmes patrióticos foram produzidos durante a Segunda Guerra, para muitos dos quais foram engajados atores famosos. O que se exaltava neles era o heroísmo dos soldados norte-americanos.

Durante a II Guerra Mundial, Hollywood produziu diversos filmes pró-soviéticos, como *Mission to Moscow* (1943 – *Missão em Moscou*) e *Songs of Russia* (1944). Segundo Mayhew (2002, p. 91), essas produções foram criadas por pessoas envolvidas na indústria do cinema, às vezes comunistas, tendo esses filmes como uma maneira de mostrar à América a União soviética; ou não comunistas que viam a Rússia como uma aliada. O pós-Guerra Fria mudou o cenário internacional e colocou em questão outros problemas. Terrorismo, meio ambiente, crise climática entre outros temas passaram a ser preocupação dos Estados. Dessa forma, isso se reflete na indústria cinematográfica, em especial, Hollywood, que mostra em seus filmes os problemas atuais, criticando o governo dos EUA, em apoio ou simplesmente informando e servindo como produto da indústria de entretenimento.

Certamente, a indústria cultural, em especial o cinema, representa a impressão da realidade e serve para divulgar políticas ou criticá-las. Ademais, é preciso ressaltar que as produtoras, apesar de serem independentes e não estatais, muitas vezes são influenciadas pelo governo, e por isso, passam, muitas vezes, a imagem que o governo desejava passar para o mundo e para seus cidadãos. Nesse aspecto, o cinema serviu como um instrumento político

transmissor de ideias, com a capacidade de moldar opiniões. Em se tratando dos EUA, a história das produções envolvendo Hollywoodiano e Washington mostra que, muitas vezes, o governo conseguia apoio nacionalista dos estúdios de cinema em troca de recompensas domésticas e internacionais.

Cultura popular nos EUA é “grande negócio”. O consenso entre Hollywood e Washington funcionou durante um período – vale lembrar, por exemplo, que Walt Disney ofereceu seus serviços à CIA. É visível que a influência do Estado em Hollywood foi mais forte até a década de 1960. Os filmes apresentados nessas décadas refletem isso. No entanto, nas décadas posteriores, com a *détente* e com o fim da Guerra Fria, as produções tornaram-se mais livres e puderam passar ideias, muitas vezes, contra a atuação americana. A ascensão de nova geração de cineastas como Martin Scorsese e Francis Coppola trouxe críticas ao *establishment*, em especial, à Guerra do Vietnã.

O que se pode concluir é que a ideologia simplifica, induz e traduz comportamentos, tanto do Estado para com os indivíduos, quanto dos indivíduos para o Estado, assim como de indivíduos para indivíduos. Por isso, mesmo quando o Estado não influenciava nas produções, observa-se que os próprios indivíduos expunham, em seus filmes, tramas relacionadas ao ambiente em que viviam.

As relações internacionais são moldadas por instrumentos militares e políticos; mas todos estes são influenciados por instrumentos culturais e ideológicos, como o cinema – o cinema, que por si só, encanta e mobiliza um grande número de pessoas, que assistem ao mesmo tempo, a mesma história. Portanto, ao invés de inúmeros espectadores, tem-se um só, que vê e escuta o que filme está apresentando, às vezes, refletindo a voz do governo, às vezes, a voz de criativos diretores e roteiristas.

Falar em hegemonia americana, hoje, pode gerar uma série de discussões acerca da ascensão de novos países que se destacam em áreas antes dominadas pelos EUA. No entanto,

a influência norte-americana com relação à mídia continua sendo um destaque isolado. Segundo Dizard (2000, p. 100), a maioria das mídias e das novas tecnologias que estão determinando as mudanças da mídia global saiu de laboratórios americanos, assim como foram primeiramente testadas nos EUA. O autor ressalta que diversos fatores ideológicos, econômicos, políticos e demográficos foram decisivos para o desenvolvimento da mídia americana. A televisão ainda é o veículo de massa mais poderoso e difundido nos EUA. Charles Paul Freund (1991 apud DIZARD, 2000, p. 126), crítico de mídia, aponta que “a televisão é o nosso terreno comum (...) é a única coisa que a maioria dos americanos conhece e vivencia mais ou menos junto (...)”, portanto um importante recurso de produção de identidade nacional.

A televisão registrou e moldou acontecimentos decisivos para a história dos EUA. Dizard (2000, p. 127) destaca que a história recente é definida para os americanos por meio das imagens de televisão – movimento dos direitos civis, o assassinato de Kennedy, o caso Watergate, as Guerras do Vietnã e do Golfo Pérsico, o colapso do comunismo soviético assim como os atentados terroristas de setembro de 2001, são exemplos disso.

A televisão continua a exercer forte influência no mundo e na sociedade norte-americana em particular, em que pese o avanço das novas tecnologias. Como manifestação importante da “velha mídia”, juntamente com a imprensa e o cinema, tem conseguido enfrentar com sucesso o avanço da “nova mídia”, impulsionada pela internet e pelos livros eletrônicos (DIZARD, 2000, p. 127). Ganhou força com os sistemas de transmissão a cabo, que melhoraram a qualidade das imagens e possibilitaram melhores articulações com as demais mídias.

Nos anos 1990, as comunicações de mídia juntas perfizeram a sétima maior indústria da economia americana; medida por padrões de compostos de crescimento anual, ocupou a quarta posição. A comunidade financeira norte-americana passou a se interessar mais pelo

setor, promovendo a disseminação daquilo que já foi denominado de “administradores de mídia” (DIZARD, 2000, 105). Os grandes empresários também passaram a ter interesse em adquirir o controle de outros serviços de mídia que pudessem comercializar e gerassem lucro. Fusões e consolidações de distribuidores de informação foi o resultado disso. O que se verificou é uma mídia diferente, mais independente.

O impacto desse processo na cultura, na sociedade e na política foi fortíssimo, a ponto de sugerir, em diversos ambientes, a imagem da mídia como um crescente “quarto poder”, verdadeiro modelador das disputas eleitorais e da representação política. A “democracia do público”, isto é, animada fortemente por aquilo que está referenciado pelo público telespectador, foi empregada para qualificar uma nova forma da representação que surge a partir das décadas finais do século XX (MANIN, 1999).

CAPÍTULO 2 - O PÓS 11 DE SETEMBRO DE 2001: A EVOLUÇÃO DA POLÍTICA DE SEGURANÇA DOS ESTADOS UNIDOS E A GUERRA AO TERROR

Após o fim da Segunda Guerra Mundial e início da Guerra Fria, a preocupação da segurança dos EUA, que esteve vinculada majoritariamente a questões de geopolítica, passou a se orientar pela eminência de um possível choque direto com a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS). Com isso, intensificou-se o envolvimento das Forças Armadas com os serviços de inteligência. Mais tarde, com o fim da Guerra Fria e o colapso soviético, a razão de existência dos efetivos americanos desaparece como preocupação mundial; a Rússia pós-comunista reduz suas forças de segurança, como o Exército e a Marinha (que é desmontada). O temor passa então a se transferir para o destino que seria dado aos arsenais nucleares, o que fez com que os EUA reorientassem suas políticas (OLIVEIRA, 2009, p. 17).

Já na primeira metade da década de 1990, documentos oficiais apresentam mudanças no planejamento estratégico norte-americano. A preocupação com a ameaça global (a URSS) transfere-se para as ameaças regionais, provenientes em especial dos Estados do Terceiro Mundo e dos Estados ex-satélites da URSS. Tais mudanças são iniciadas pelo governo de George H. W. Bush e implementadas pela administração de Bill Clinton. Mesmo com as mudanças e com redução de efetivos militares americanos e de suas burocracias destinadas a cuidar das políticas externa e de segurança, ainda assim os gastos americanos merecem destaque quando comparados a de outros países ou regiões, como os da Europa Ocidental, por exemplo, (OLIVEIRA, 2009, p. 18).

Além de mudanças no interior das burocracias, os serviços de inteligência tiveram que se adaptar e mudar o foco: a crescente ameaça de atores não estatais (como organizações terroristas ou vinculadas ao narcotráfico); as ameaças originadas do mundo em desenvolvimento; a proliferação de armas nucleares, etc. A *Central Intelligence Agency*

(CIA), reduziu o pessoal envolvido em operações encobertas e aumentou o contingente de pessoas encarregadas de informações vitais. As forças armadas também reduziram os efetivos humanos e aumentaram o investimento em tecnologia, buscando manter a capacidade dos EUA em operações militares para defesa de seus interesses (OLIVEIRA, 2009, p. 19). De alguma forma, os EUA alteraram suas concepções de segurança em matéria de política internacional devido à substituição da ameaça de um ator estatal por outros atores regionais, que passariam a ser vistos como ameaças aos EUA.

A preocupação com atores estatais baseava-se essencialmente nos ex-satélites que compunham a URSS. A OTAN, sofre modificações em seu conceito estratégico, o que permitiu o ingresso da Polônia na aliança e, em seguida, dos demais Estados do Leste Europeu (BARROSO, 2006; LEAL, 2004; McCALLA, 1996). Ainda nos anos 1990, a preocupação engloba também os *Rogue States*⁵ (Estados-Párias), principalmente após a Guerra do Golfo, ou seja, Estados subdesenvolvidos como Iraque, Irã e Coreia do Norte. Somália e Libéria, Estados falidos, também passam a ser vistos como ameaçadores (OLIVEIRA, 2009, p. 19-20; TOTMAN, 2009).

Rogue States e Estados Falidos fazem parte dos que os EUA denominam de zona de “baixa governança” ou “áreas não-governadas” (SANTOS e MATEO, 2011). Essas novas ameaças entraram no debate de segurança após 1980, e são considerados, desde então, como criadouros de grupos terroristas, crime organizado e migrações ilegais.

O termo *Rogue States*, foi criado pelo Presidente dos EUA entre 1981 e 1989, Ronald Reagan, com o objetivo de indicar países que possuem Armas de Destruição de Massa (ADM) e que são claramente hostis aos EUA: opõem-se e desafiam o país. O critério para classificação de um *Rogue State* pode incluir a associações com terrorismo, possuir ou desenvolver ADM, violação de direitos humanos, descumprimento de normas internacionais,

5 Optou-se por utilizar no trabalho o termo em inglês, *Rogue States*.

em especial, no tocante à posse de armas nucleares (TOTMAN, 2009; NASSER, 2009).

Já o termo Estado Falido apareceu na década de 1990 em documentos oficiais da administração Clinton. Estes Estados eram tratados como possíveis criadouros de uma nova ameaça, já conhecida dos atores não estatais, mas numa versão mais temida, o terrorismo. A década de 1990 foi marcante para as Relações Internacionais e principalmente para a delimitação da política norte-americana. Atores não estatais passaram a ser conhecidos como ameaças aos cidadãos, às companhias e instalações militares nos EUA.

As questões de política externa, de segurança e de defesa são tratadas no âmbito do Poder Executivo (lembrando-se da clara e forte separação de poderes que existe no sistema de governo norte-americano). É importante lembrar que a presidência americana conduz a política externa por meio do Conselho de Segurança Nacional (NSC) – órgão de controle – e por meio do Departamento de Estado, Departamento de Defesa e das Agências de Inteligência – corpos burocráticos (OLIVEIRA, 2009, p. 80-81).

Após a Guerra do Kuwait, o então Presidente George H. W. Bush anunciou publicamente uma mudança na estratégia de defesa americana. Da ameaça global – a URSS – transferia-se a preocupação contra ameaças reais e potenciais não soviéticas.

Em 1993, os documentos apresentaram as novas ameaças para os EUA e fixaram diretrizes para as estruturas militares e de segurança. Richard Cheney deu contribuição importante, em documento privado, tendo em vista a política que a ele se seguiu. Reconhece o fim da Guerra Fria e apresenta o comunismo como uma ideologia sem capacidade de impacto global. A prevalecente “Estratégia de Contenção” é substituída por uma “Estratégia de Defesa Regional” (OLIVEIRA, 2009, p. 122).

Admitia-se que um cenário internacional de segurança cooperativa era possível, graças à existência de instituições de segurança coletiva, sobretudo a OTAN; além disso, o termo

“Zona de Paz” assinalava uma aliança econômica, política e de segurança entre os EUA e seus aliados (BARROSO, 2006; LEAL, 2004; McCALLA, 1996; OLIVEIRA, 2009).

Cheney promovia a ideia de que os EUA deveriam evitar que qualquer país hostil e não democrático controlasse as regiões-chave do mundo. O documento de 1993 falava em presença avançada das forças americanas no sistema internacional e em necessidade de respostas rápidas às situações de crise.

Podem ser destacados quatro objetivos estratégicos principais na nova orientação da política de segurança nacional dos EUA. O mais importante deles, o primeiro, é deter ataques contra os EUA, seus cidadãos e suas forças. O segundo é fortalecer e estender arranjos de defesa que incorporem nações democráticas, enfatizando a defesa comum e a diminuição dos riscos e dos custos para todos os participantes do sistema de defesa. Em terceiro lugar está o objetivo de evitar que potências hostis dominem regiões-chave para os interesses norte-americanos e de seus aliados, além de tentar evitar o ressurgimento de uma ameaça global. Por último, o objetivo é evitar conflitos, reduzindo as fontes de instabilidade regional, ou minimizar a violência em caso desses conflitos serem inevitáveis (OLIVEIRA, 2009, p. 124).

Uma ação coletiva com liderança americana era uma das formas arquitetadas para alcance de tais objetivos estratégicos. Considerando que essas ações coletivas seriam articuladas a partir de organismos internacionais como a Organização das Nações Unidas (ONU) ou a Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN) e que essas organizações poderiam apresentar falhas e lentidão nos processos de tomada de decisão, os EUA já alertavam, em 1993, sobre a possibilidade de agirem sozinhos em alguns momentos. Além disso, pela natureza interestatal das organizações internacionais, conflitos de interesses seriam esperados (BARBÉ, 2001; CERVERA, 1991; VIRALLY, 1972). Para os interesses estratégicos norte-americanos, a total dependência dessas instituições não era interessante.

Oliveira (2009, p. 125-127) ressalta quatro tipos de padrão de origem da ameaça, que

estão em destaque no documento de 1993: (a) Estatal – inclusive a Rússia e o vácuo de poder no Leste Europeu e Ásia Central, decorrentes da queda da URSS; (b) *Rogue-States* – localizados no chamado Terceiro Mundo, em destaque Iraque, Irã e Coreia do Norte (os mesmos apresentados em documentos no início do século XXI), apontados como potenciais desestabilizadores regionais e ameaças aos interesses norte-americanos; (c) Estados-Falidos – também localizados no Terceiro Mundo, em especial Somália, Afeganistão, Sudão e Libéria, considerados regiões potenciais para abrigo de movimentos terroristas ou guerrilheiros; e (d) Atores não estatais – em especial grupos guerrilheiros e terroristas, ou vinculados ao narcotráfico. Observa-se aqui que no governo Bush a preocupação com os atores não estatais é secundária e a perspectiva das ameaças se dá mais em nível estatal. O temor vinha da possibilidade de associação de atores não estatais aos Estados.

No que concerne ao Governo de Bill Clinton, ele, em seu primeiro *Discurso sobre o Estado da União*, ressaltou questões econômicas e, de forma secundária, questões sobre defesa. Em 1994, em outro *Discurso Sobre o Estado da União*, Clinton destacou novamente os problemas econômicos; no entanto, elevou a importância das questões de segurança e defesa, em especial das forças armadas, solicitando ao Congresso 25 bilhões de dólares para os anos seguintes. O emprego de tropas americanas no Kuwait e no Haiti foi citado pelo então Presidente. No Discurso de 1996, Clinton inicia sua fala saudando os soldados americanos espalhados pelo globo, como na Bósnia, por exemplo, e pede a ratificação do START II, com o que se imaginava reduzir os estoques americanos em 25% (OLIVEIRA, 2009, p. 147-151).

Em 1997, o *Discurso* de Clinton ainda resalta os avanços na redução de armas nucleares com a Rússia, mas levanta a questão da expansão da OTAN; ademais, comenta sobre a necessidade de aproximação com a China, para acertar algumas diferenças e atender a interesses americanos de segurança na região. Em 1998, o *Discurso* diminui a relação com temas econômicos e domésticos; continua a tratar de cooperação para reduzir testes nucleares.

Em 1999, ainda toca em questões nucleares, enfatizando a necessidade de restringir a expansão e o desenvolvimento de tecnologias para a fabricação de mísseis e ogivas nucleares da Coreia do Norte, da Índia e do Paquistão. Em 2000, destaca questões econômicas novamente; em segurança, é ressaltada a importância estratégica da Rússia e da China (OLIVEIRA, 2009, p. 151-153).

A Estratégia de Segurança Nacional para o novo Século (*National Security Strategy for a New Century*) começou a ser elaborada em 1995 e sua versão final foi apresentada em 1998. Reconhecendo o fim da Guerra Fria e o impacto da Globalização (fenômeno que teria trazido novas oportunidades, mas também novas ameaças), o documento propõe três objetivos: aumentar a segurança americana, garantir a prosperidade econômica e promover a democracia no mundo. Na lista de preocupações, aparecem as armas de destruição em massa e as ameaças transnacionais (OLIVEIRA, 2009, p. 176-177).

Destacavam-se as ameaças apresentadas por atores regionais; ameaças transnacionais; difusão de tecnologias perigosas; ação de Serviços de Inteligência Estrangeiros (de espionagem industrial, coleta de informações políticas, etc.); a movimentação dos Estados-falidos. O terrorismo é tratado como ameaça transnacional, diante da qual o documento fixava os seguintes princípios: não realizar concessões; toda pressão possível – política, econômica e militar – sobre Estados que patrocinem o Terror; utilização de todos os mecanismos legais que permitam punir os terroristas internacionais; ajuda a outros governos que combatam o terrorismo (OLIVEIRA, 2009, p. 179-180).

Dessa forma, enfatizam-se a proteção da infraestrutura nacional e a preocupação com Armas de Destruição em Massa (ADMs). Além disso, reconhece-se que o ambiente que se instaura no pós-Guerra Fria é de imprevisibilidade, diferente do período bipolar. E ao reconhecer os EUA como maior potência militar e nuclear, um inimigo poderia ser levado a criar alternativas de ataque, utilizando métodos não convencionais.

O documento ainda fala sobre a questão energética e menciona a importância do Golfo Pérsico, inclusive citando o potencial do Mar Cáspio e das reservas eurasiáticas. De forma geral, o documento finaliza com a questão da democracia e dos direitos humanos, enfatizando que o aumento do número de democracias é desejável e promove aumento de segurança para os EUA, posto que nações democráticas sejam mais previsíveis e mais responsáveis com suas populações.

Em relação às regiões geográficas, o documento analisa o comportamento americano nas áreas de segurança, economia e democracia. Sobre a Europa, menciona-se o fato de que o continente é vital para a segurança dos EUA, e com isso, a necessidade de manter uma força de 100 mil soldados americanos, preservando a liderança dos EUA na OTAN. Além disso, defende-se a necessidade de ampliação da organização.

Sobre a Ásia-Pacífico destaca o comprometimento de cerca de 100.000 soldados e manutenção de alianças com a Austrália, Japão e Coreia do Sul. Em relação à China, o destaque é dado à expansão da cooperação comercial.

Com relação ao continente americano, as preocupações estão ligadas às ameaças transnacionais. O tráfico de drogas, o crime organizado e o terrorismo. O documento ressalta a assinatura do Tratado de Não proliferação Nuclear feito pelo Brasil e pela Argentina, mas manifesta maior preocupação com o conflito Equador-Peru (OLIVEIRA, 2009, p. 184-185).

Sobre Oriente Médio, sul e sudeste da Ásia, o documento defende que a liderança americana de um processo de paz é boa para a região. A presença militar americana no Golfo Pérsico inibe iniciativas maiores do Iraque. Há clara preocupação com o apoio do Irã a grupos antiamericanos e anti-israelenses. O documento é mais positivo com relação a Teerã, acreditando na mudança do comportamento iraniano. No sul da Ásia, o Afeganistão é citado, tanto pela questão das drogas quanto pelos campos de treinamento terrorista. Faz-se uma menção da ameaça de Osama Bin Laden. Nessa mesma região, fala-se também do papel dos

EUA como mediador na rivalidade Índia-Paquistão.

Sobre a África, as ameaças transnacionais merecem destaque, como drogas e abrigo de terrorismo, com destaque para a Líbia, acusada de apoio ao terrorismo e de ter usado armas químicas na guerra contra o Chade. A África do Sul é elogiada por ter desfeito seu programa nuclear militar (OLIVEIRA, 2009, p. 186).

Por fim, o documento volta a enfatizar que os EUA devem buscar reforçar sua segurança no cenário internacional com base em três objetivos: elevar a segurança americana, fortalecer a prosperidade econômica e promover a democracia no sistema internacional. Afirma-se que devem ser fortalecidas ou construídas novas instituições e regimes de cooperação. Outra conclusão que se pode extrair do documento é o fato de que, na década de 1990, a ênfase é dada aos atores estatais, e que ameaças transnacionais como crime organizado e tráfico de drogas são mais lembradas do que o próprio terrorismo.

Tais ameaças são analisadas mediante variadas graduações de preocupação, mas não são vistas como desestabilizadoras da ordem internacional. Acreditava-se que mesmo quando associados, terroristas e armas de destruição em massa somente seriam ameaças efetivas quando contassem com ajuda dos Estados.

As preocupações norte-americanas modificam-se radicalmente após os ataques terroristas de 11 de setembro de 2001, que foram decisivos para a segurança nacional dos EUA. Temas como *Rogue States* e Estados Falidos passam a ter maior significado do que antes. Os ataques terroristas criaram um desafio sem precedentes para a democracia americana e principalmente para a sociedade liberal. Do impacto por eles causado nasceria uma nova Estratégia Nacional de Segurança (*National Security Strategy* - NSS).

Pouco depois dos ataques, a sensação era de que os EUA ainda estavam reorganizando suas estratégias e o poder nacional, e por isso, a incerteza quanto aos custos que envolveriam a caçada aos responsáveis ou a uma rede global de suporte ao terrorismo.

Ninguém ainda tinha certeza de quanto os EUA deveriam fazer para garantir a segurança, ou retomar a sensação de segurança. A partir de 2001, a agenda norte-americana passa a ser norteada pelo tratamento e pelo combate ao terrorismo internacional (SARKESIAN, WILLIAMS e CIMBALA, 2002, p. ix). Nesse novo ambiente, a ideia de interesses nacionais e de segurança nacional torna-se complicada, às vezes ambígua – não só pela resposta direta com a guerra proposta pelos EUA, mas pelo ambiente incerto e confuso que se instaurava na arena internacional.

O Congresso e a opinião pública passaram a defender uma resposta aos ataques de 11/09. Embora ainda se falasse sobre interesses nacionais, sobre segurança nacional e sobre o papel dos EUA no mundo, tudo parecia estar coberto, pelo menos por um tempo, pelo medo do terrorismo.

O termo “interesse nacional”, sempre presente nos discursos de políticos norte-americanos, torna-se ainda mais relevante. Do ponto de vista prático, não há uma forma certa e objetiva de traduzir o termo. Pode-se dizer que possui definição abrangente, assim como o conceito de poder, ou seja, uma definição não muito específica, mensurável ou, objetiva:

just as with concept of power, the concept of the national interest is not easily defined. At the core of the debate over its definition is the question of whether the national interest should be treated as an objective, measurable asset or a normative political symbol” (HASTEDT e KNICKREHM, 1994, p.142 apud SARKESIAN, WILLIAMS e CIMBALA, 2002, p. 03).

Alguns autores tentaram definir interesses nacionais a partir de algumas prioridades dos EUA. Falaram em “Interesses Vitais”, colocados como prioridade máxima, como proteção do território ou áreas estratégicas. Tais interesses necessitariam de total apoio da nação e de forte comprometimento militar e de recursos. A proteção territorial dos EUA tornou-se foco após os ataques de 11 de setembro, com a proposta do Presidente George W. Bush de coordenar todas as agências e departamentos na contenção do terrorismo.

Falaram também em “interesses críticos” (*critical interests*), correspondentes às áreas

e aos problemas que não afetariam diretamente a sobrevivência dos EUA, mas que seriam potenciais “interesses vitais”, ou seja, poderiam se tornar em algum tempo interesses de primeira ordem de prioridade.

Seriam mencionados por fim os “interesses sérios” (*serious interests*), apontados como problemas que ainda não afetam criticamente os interesses de Primeira e Segunda Ordem, mas causam certo desconforto para as primeiras prioridades. Ou seja, “*unfavorable Third interests serve as a warning to Second Order interests*” (SARKESIAN, WILLIAMS e CIMBALA, 2002, p. 05-06).

Outros interesses poderiam ser considerados periféricos, o que significa que não causam impacto imediato, mas que devem ser observados com mais cautela quando passam a interferir nos interesses listados como prioritários.

Poucos eventos tiveram tamanho impacto na política norte-americana do que os ataques de 11 de setembro. A descrição a seguir pode ser utilizada como um bom indicador das reações que se seguiram aos ataques:

Hijackers seized four commercial jets and used them as missiles, crashing two planes into the World Trade Center in New York City, causing both towers to collapse, and one plane into the Pentagon. The fourth plane was apparently destined for another target in Washington but crashed in a field in Pennsylvania after passengers battled with the hijackers for control of the plane. Almost 3,000 people were killed in the attack. The vast majority were office workers in the World Trade Center and the police and firefighters who rushed to the towers between the time when the planes hit and the buildings collapsed (BAKER, 2007, p. 171).

A citação acima traça um claro cenário do que aconteceu naquele dia. Os ataques foram inesperados e o país respondeu com uma combinação de raiva, medo, indignação, choque. A questão é que tais ataques foram de fato efetivos e causaram tamanha destruição e mortes em um único dia que destruíram também o senso público de segurança.

Além disso, e para piorar tal cenário, os ataques coincidiram com uma onda de medo relacionada a algumas cartas contaminadas com Antraz que foram enviadas a várias organizações e a dois senadores americanos – cinco pessoas expostas ao vírus morreram e

muitas ficaram severamente doentes (BAKER, 2007, p. 172). Após esse trauma com o vírus e as cartas “envenenadas”, as pessoas ficaram com medo de voar, com medo da segurança de altos prédios e com medo de abrir correspondências. .

Quando se evidenciou que terroristas islâmicos eram os reais responsáveis pelos ataques, cidadãos americanos passaram a desejar uma vingança. Árabes e muçulmanos passaram a ser tratados como suspeitos e sofreram hostilidades. Iniciou-se um processo de forte patriotismo.

George W. Bush, logo em 20 de setembro de 2001, dias após os ataques, anunciou que haveria resposta aos atos e declarou “guerra ao terror”. Imediatamente responsabilizou Osama Bin Laden, sua rede e seus seguidores, alertando ao Talibã que teriam que enfrentar um ataque caso não entregassem Bin Laden. O principal objetivo declarado pelo então Presidente norte-americano foi a eliminação do terrorismo.

Sendo o terrorismo uma tática e não uma entidade ou um inimigo concreto, Bush estava declarando uma guerra que poderia sofrer vários tipos de questionamentos, como o que duvidava da sua eficácia contra uma tática que poderia ser adotada por qualquer grupo ou pessoa individualmente. Tratava-se de algo muito difícil de medir, visualizar e entender.

No entanto, diante da dimensão dos ataques, do número de mortos e do medo instaurado na sociedade americana, houve enorme pressão da opinião pública e poucas pessoas de fato questionaram a lógica do presidente que declarara guerra ao terror. Logo após o discurso de Bush, a aprovação do plano contra o terrorismo era de aproximadamente 90% dos cidadãos norte-americanos.

A guerra ao terror possuía dois focos centrais: no plano internacional, o foco principal era a capturar ou matar Bin Laden. No plano doméstico, era promover leis e reforçar as agências para que pudessem eliminar qualquer elemento ou vestígio da rede terrorista ainda em território norte-americano. Em adição, a administração Bush ainda investiu na ideia de que

maior proteção contra ataques terroristas poderia ser conseguida com a criação do Departamento de Segurança Nacional (*United States Department of Homeland Security* – DHS). O DHS foi criado com base em órgãos federais já existentes como resposta aos atentados de 11 de setembro sua função era essencialmente de defender e proteger o território nacional de ataques terroristas.

Segundo Baker (2007, p. 174) o FBI (*Federal Bureau of Investigation*) prendeu centenas de Árabes e Muçulmanos suspeitos nas semanas seguintes aos ataques, numa tentativa de encontrar qualquer vestígio que levasse a Bin Laden ou às redes terroristas ligadas a ele. Devido às ações do FBI terem sido drásticas e nem sempre terem seguido procedimentos legais, Bush conseguiu a aprovação no Congresso Norte-Americano para algumas detenções e prisões por meio do *Patriot Act*. Outro fator para reforçar a segurança nacional foi tentar dificultar ataques terroristas, tendo como iniciativa principal a segurança nos aeroportos e aviões.

O *USA Patriot Act* foi uma proposta do Congresso Americano, que o presidente George W. Bush assinou e tornou lei em outubro de 2001, considerado vital para a condução da guerra ao terror e proteção dos cidadãos americanos. Também conhecida como "*Uniting and Strengthening America by Providing Appropriate Tools Required to Intercept and Obstruct Terrorism Act of 2001*", essas medidas permitiam aos órgãos de segurança e inteligência invadir a privacidade dos cidadãos e ferir as liberdades individuais para combater os perigos do terrorismo.

Entre as medidas possíveis pelo *Patriot Act*, destacam-se a invasão de lares, espionagem de cidadãos, interrogações, detensões compulsórias de suspeitos de espionagem ou terrorismo, pós-notificação dos mandatos de busca e apreensão, entre outras medidas extremas (USA PATRIOT ACT, 2001; SPINDLOVE, SIMONSEN, 2010). Atos contraditórios à Constituição dos EUA; no entanto, o estado de emergência possibilitou a aprovação dessa

lei que violava as liberdades civis dos cidadãos americanos.

Esta lei definiu um ambiente que se pode chamar de “estado de exceção” em um nível nunca antes visto nos EUA. O clima de proteção e segurança reforçadas atingiu todo o país. Durante a Guerra Fria e com o medo do comunismo, algo parecido foi estabelecido, principalmente nos anos 1950, conhecido pelo Macartismo. Contudo, algumas diferenças podem ser notadas. O complexo de segurança construído após 11/09 foi diferente daquele implantado na Guerra Fria, um complexo militar-industrial centrado na construção de armas nucleares para deter a URSS. O novo objetivo era elaborar um complexo de segurança nacional com a missão de derrotar o terrorismo, ou os “extremistas transnacionais violentos” (PRIEST e ARKIN, 2010).

É possível dizer que uma grande parte do investimento para essa missão tornou-se público. O orçamento da Inteligência dos EUA tornou-se muito maior do que o divulgado antes dos atentados 2001. Por exemplo, ainda em 2009, oito anos após os ataques, o orçamento divulgado para a Inteligência dos EUA era mais de vinte vezes maior do que antes de 2001. Adiciona-se que mais de 20% das organizações governamentais que existem para afastar as ameaças terroristas foram estabelecidas ou restruturadas após 11/09.

Agências que existiam antes dos ataques foram multiplicadas na administração Bush e, em conformidade com ele, o Congresso norte-americano aprovou às agências uma quantidade enorme de recursos para fortalecer as defesas nacionais e lançar uma ofensiva global contra a Al-Qaeda e contra o terrorismo. Por exemplo, a Agência de Inteligência de Defesa passou de 7.500 funcionários em 2002 para 16.500 em 2010; o orçamento da Agência de Segurança Nacional, foi dobrado; os forças contra-terroristas do FBI passaram a somar 106; em 2002 o orçamento adicional do Congresso era de U\$ 36,5 bilhões e cerca de U\$ 44 bilhões em 2003 (PRIEST; ARKIN, 2010).

2. 1 A política externa de George W. Bush após o 11 de setembro de 2001

A política externa da gestão de George W. Bush se diferenciou da maioria das gestões anteriores. O perfil político de Bush acrescentado às propostas realizadas durante a campanha eleitoral de 2000 e principalmente aos ataques terroristas logo ao início de seu primeiro mandato, fizeram desta administração um período singular na história dos EUA.

A adoção da Guerra Preventiva e a declaração aberta de que os EUA atacariam militarmente e derrotariam qualquer governo que considerassem inimigo, foram as principais características do início da gestão Bush. Hammond (2006, p. 21) destaca três inovações formuladas para política exterior do período em questão: primeiramente, a política se basearia abertamente na capacidade de domínio militar e político dos EUA sobre o mundo; em segundo lugar, seria unilateral, desenvolvida sem considerar aliados tradicionais. E em terceiro lugar, não estaria sujeita ao Direito Internacional.

Unilateralismo agressivo é o termo utilizado por Hammond (2006, p. 21) ao tratar da Doutrina Bush, diferenciando-a do isolacionismo do início do século XX e do multilateralismo comprometido, essencialmente após a II Guerra Mundial. Foram muitos os seus efeitos práticos. A não aceitação do Protocolo de Kyoto sobre o aquecimento global; a rejeição da Corte Internacional de Justiça (não assinatura do Tratado de Roma e realização de tratados bilaterais que evitariam o envio de militares norte-americanos acusados à Corte); a retirada do Tratado de Mísseis Antibalísticos (ABM) com a Rússia; o encarceramento em Guantánamo de combatentes capturados no Afeganistão, negando o status de prisioneiros de guerra conforme exigia a Convenção de Genebra; e o constante apoio a Israel sobre a faixa de Gaza desafiando repetidas vezes as resoluções do Conselho de Segurança.

O que se nota nessas ações foi uma postura contrária à antiga prática de alianças e principalmente de rejeição do Direito Internacional, que os próprios EUA ajudaram a construir. Segundo Hammond (2006, p. 22), a doutrina de guerra preventiva (ou antecipativa)

e a sua prática, com a intervenção no Iraque, foi o caso mais extremo da Doutrina Bush, que marcou uma ruptura com o passado e com as normas das relações internacionais.

A política externa da gestão Bush valorizou o uso da força de forma unilateral e ignorou a diplomacia multilateral. No começo do mandato, Bush pretendia uma transformação político-econômica do Oriente Médio, por meio da implementação do modelo democrático liberal (ARRAES, 2007). Com os atentados de 11 de setembro de 2001 a política foi endurecida e, em outubro de 2001, os EUA envolveram-se no conflito contra o Afeganistão, com apoio da comunidade internacional, obtendo inicialmente sucesso militar após a obtenção de legitimidade política. De acordo com Dupas (2002/2003, p. 6), o trauma do 11 de setembro foi tão profundo que não houve resistência interna com o anúncio do governo do aumento do orçamento para defesa. De fato, Bush conseguiu obter apoio patriótico e solidariedade entre os cidadãos americanos.

No início do governo de George W. Bush não havia uma doutrina coerente propriamente dita. O Vice-Presidente Cheney e outros membros do governo defendiam iniciativas isoladas, não vinculadas, como o projeto de defesa antimísseis e o escudo espacial (SILVA, 2002-2003, p. 52). O secretário adjunto de defesa Paul Wolfowitz – um dos principais arquitetos da política externa do governo de George W. Bush (inclusive da Guerra do Iraque) – e o vice-chefe do Estado-maior das Forças Armadas, Lewis Scooter Libby apoiaram um ataque unilateral e preventivo contra o Iraque, com a justificativa de que havia relação entre Saddam Hussein e Osama Bin Laden. O Secretário de Estado (entre 2001 e 2005), Colin Powell defendia o princípio de que os EUA deveriam manter menos tropas em mais regiões do mundo com o objetivo de lidar de forma mais eficaz com conflitos regionais, em que necessitariam do arbítrio dos EUA. No entanto, essa visão inicial de Powell desconsiderava a possibilidade de ataques contra a integridade nacional. Donald Henry Rumsfeld, secretário de Defesa (entre 2001 a 2006), também foi um dos principais

responsáveis pela nova estratégia norte-americana de segurança.

Segundo Silva (2002/2003, p. 51), este grupo já presente e influente no governo deste o fim da Guerra Fria acreditava que os EUA deveriam adotar uma posição de unilateralismo e prevenção de ataques como política formal de governo. Na década de 1990, esse grupo permaneceu ativo na formulação de críticas à política de defesa do governo de Bill Clinton.

No *Discurso ao Estado da União* em 29 de janeiro de 2002, Bush celebrou a vitória na Guerra contra o Afeganistão, vista no momento como vitória contra o terror. Na ocasião, apresentou o termo “eixo do mal” e acusou Irã, Iraque e Coreia do Norte de estarem aliados ao terrorismo; com a busca de armas de destruição em massa, esses se tornariam mais perigosos (HAMMOND, 2006, p. 23). Aqui se estabelecia o vínculo entre Estados inimigos, armas de destruição em massa e terrorismo. Neste mesmo discurso, Bush afirma que não esperaria por outros eventos para iniciar uma prevenção contra o uso de armas de destruição em massa sobre os EUA. Apontou que o país iria impedir o surgimento de qualquer inimigo com a manutenção de forte força militar (SILVA, 2002/2003).

2. 2 A National Security Strategy (NSS) e a Guerra ao Terror

A defesa oficial da nova doutrina foi realizada em discurso apresentado aos alunos de graduação da Academia Militar dos EUA em West Point em 1º de junho de 2002. A argumentação inicial foi de que as estratégias utilizadas durante a Guerra Fria não eram coerentes com o século XXI. A ideia geral era de que os EUA não poderiam esperar serem atacados. Somente contenção e dissuasão não eram suficientes diante dos novos inimigos, o eixo do mal, o terrorismo. Para preservar vidas e valores, era preciso atacar antes. Anunciava-se assim a ideia da guerra preventiva, que significava que, legitimamente, os EUA poderiam atacar os inimigos que estivessem desenvolvendo armas de destruição em massa, não importando se estivessem ameaçando os EUA ou outro país. A missão seria norte-americana.

Para Hammond (2006, p. 24), esse discurso foi uma preparação para a Guerra no Iraque de 2003.

Em setembro de 2002, foi publicada a Estratégia de Segurança Nacional dos Estados Unidos (NSS). A NSS 2002 inicia-se enfatizando que os conflitos do século XX entre liberdade e totalitarismo terminaram com o sucesso das forças da liberdade, destacando que o “único modelo sustentável para o êxito de uma nação” seria aquele que se apoiasse em “liberdade, democracia e livre iniciativa.” (BUSH, 2002). Da mesma forma, afirma que os países só conseguirão prosperidade se protegerem os direitos humanos e garantirem liberdade econômica e política. Nitidamente, o documento abre o argumento com um discurso enfático sobre a importância da liberdade e a atuação dos EUA na defesa e proteção deste princípio. Aponta que os EUA deverão defender a paz, lutando contra terroristas e tiranos; e que defender a nação contra os inimigos é o compromisso principal do Governo Federal. Após essa introdução sobre valores, compromissos, perigos ao sistema (claramente apontando o terrorismo) aparece o termo “guerra ao terror” e os acontecimentos de 11 de setembro de 2001 são lembrados em seguida.

O documento aponta que a liberdade é a demanda inegociável da dignidade humana, um direito de todas as pessoas em todas as civilizações e que os EUA aceitam a responsabilidade de liderar a “grande missão” de promover o triunfo da liberdade. Em seguida, o documento é dividido em nove itens: I. Panorama da Estratégia Internacional Americana; II. Defender as aspirações de dignidade humana; III. Fortalecer as alianças para derrotar o terrorismo global e trabalhar para evitar ataques contra nós mesmos e contra nossos amigos; IV. Trabalhar conjuntamente com outros para neutralizar os conflitos regionais; V. Evitar que nossos inimigos ameacem a nós, a nossos aliados e a nossos amigos com armas de destruição em massa; VI. Desencadear uma nova era de crescimento econômico global por meio da liberdade de mercado e do livre comércio; VII. Expandir o círculo do

desenvolvimento através da abertura das sociedades e da construção da infraestrutura da democracia; VIII. Desenvolver agendas para a ação conjunta com outros grandes centros do poder global; e IX. Transformar as instituições americanas de Segurança Nacional para que possam encarar os desafios e as oportunidades do século XXI.

Sobre a defesa da dignidade humana (item II), observa-se a defesa da liberdade e da justiça, como estado de direito, limites do Estado, liberdade de expressão, tolerância ética e religiosa, entre outras. No item III, deixa-se claro que nenhum motivo justifica o terror e que os EUA serão “duros” com relação ao terrorismo, apontando-se que a luta contra esse problema deve ser global. No item IV, o documento enfatiza as medidas que serão tomadas com relação a questões específicas regionais (o conflito israelense-palestino, o Sul da Ásia com Índia e Paquistão, Indonésia). Apontam-se neste item as coalizões flexíveis com México, Brasil, Canadá, Chile e Colômbia, e são mencionados os problemas dos países da África e a necessidade de atenção especial às instabilidades do continente africano. No item V, destaca-se a estratégia de combate às armas de destruição em massa, com ênfase na não proliferação preventiva, no fortalecimento dos esforços de não proliferação para evitar que estados meliantes e terroristas adquiram materiais, tecnologias e capacidade técnica para uso destas armas e também na administração eficaz de consequências para responder aos efeitos do uso dessas armas. No item VI verifica-se a afirmação de que as economias de mercado são o melhor caminho para gerar prosperidade e reduzir pobreza. O item VII observa que os EUA deverão ajudar a expandir o potencial produtivo dos indivíduos e de todas as nações. O item VIII ressalta a OTAN, sua importância e a necessidade do desenvolvimento de estruturas e capacidades mais adaptadas aos problemas atuais. Defende-se a União Europeia como parceira na abertura do comércio mundial. No item IX aponta-se a necessidade de adaptar as instituições de segurança nacional a uma “outra era”.

O final do documento mais uma vez destaca a necessidade de fortalecer as defesas dos

EUA para vencer a guerra contra o terrorismo, que aparece como argumento central. Percebe-se que o documento de 2002 foi enfático ao instituir o direito unilateral de ataques militares preventivos, ameaças implícitas à soberania nacional de outros países, destaque às armas de destruição em massa e o uso de terrorismo como categoria separada e incontestável.

De qualquer forma, os atentados às torres gêmeas e ao Pentágono provocaram a campanha contra o Afeganistão, modificando o equilíbrio da Ásia Central e do Sul. No entanto, o que se chamava de “eixo do mal” (Iraque, Irã e Coréia do Norte) estava integrado pelos mesmos Rogue States de Clinton. Os eventos de 11 de setembro permitiram que a administração Bush desse um rumo mais agressivo ao que já havia traçado, lançando o termo “guerra ao terror” (DUPAS, 2002/ 2003, p. 9).

De fato, o primeiro conflito extraído da nova diretriz da política externa norte-americana foi contra o Iraque em março de 2003. Este conflito se configurou de forma mais desgastante do que o primeiro. Inicialmente com apoio interno, os EUA pareciam obter êxito. Todavia, a empreitada norte-americana foi perdendo força e aquele aparente êxito inicial deu lugar a contestação política, divergências e polêmica. Ademais, contra o Iraque os EUA não conseguiram consenso no Conselho de Segurança das Nações Unidas, o que tornou o ingresso no país mais difícil e polêmico. Parecia começar aí a descrédito norte-americano pela diplomacia multilateral.

O medo ao Islã tornou-se um fato presente no cotidiano dos norte-americanos. Eixo do mal, Islã, terrorismo, guerra ao terror, tornaram-se os principais temas discutidos no país. Até a imigração passou a instigar relações com o terrorismo. É possível afirmar que a ideia americana era de que o Islã seria incompatível com os valores da América (DUPAS, 2002/2003, p. 10).

A nova doutrina assumiu essas ideias e instituiu oficialmente na Estratégia de Segurança Nacional dos Estados Unidos os “inimigos”. Neste documento, o terrorismo é

apontado como algo tão ilegítimo quanto a escravidão, a pirataria e o genocídio e afirma que os EUA poderiam agir sozinhos de maneira preventiva e antecipada em qualquer parte do globo. Além disso, a nova estratégia defende o apoio a governos moderados, em especial no mundo muçulmano, assegurando que as condições dessas regiões e as ideologias que promovem o terrorismo não terão mais espaço em lugar nenhum. Havia então o “Bom” Islã, contra o “Mal” Islã (DUPAS, 2002/2003, p. 10).

A doutrina Bush, em um segundo momento, causou desconforto e ambiguidade em setores da opinião pública americana, uma vez que

(...) faz parte do ideário moral coletivo do país o princípio de que uma pessoa correta nunca inicia uma briga. Reagir a uma agressão com decisão e força é um procedimento mais do que aceitável; dar o primeiro soco, no entanto, é condenável (SILVA, 2002-2003, p. 53).

Grande parcela da população, a princípio, mostrou-se em favor da nova doutrina. Setores mais liberais foram logo críticos. De fato, o primeiro teste efetivo da Doutrina Bush foi a Guerra contra o Iraque, que os EUA iniciaram sem a aprovação das Nações Unidas, mas com certa aprovação interna.

A ideia de bem e mal sempre foi forte na cultura norte-americana. Os políticos norte-americanos sempre precisaram justificar seus objetivos de política externa internamente, entre cidadãos norte-americanos. Não que a presença do inimigo, do imoral, do perigo e do mal fossem algo novo; deve-se lembrar da paranoia que o governo dos EUA impôs durante a Guerra Fria. Portanto, não seria a primeira vez que os valores e a segurança norte-americana estariam sendo ameaçados. Além disso, aponta que as escolhas estratégicas dos EUA pós 11 de setembro já estavam pré-determinadas em documentos escritos durante a campanha republicana de Bush (DUPAS, 2002/2003, p. 9).

Segundo Arraes (2007, p. 41-42), a opção militar em detrimento da diplomática teve início já no governo do presidente Bill Clinton, com a justificativa de que os EUA tinham o

dever de garantir a justiça universal e o respeito aos direitos humanos para a manutenção da paz democrática, em uma busca de para diminuir as fronteiras nacionais. E se os organismos internacionais não agissem, os EUA deveriam intervir sozinhos.

A Estratégia de Segurança Nacional do EUA foi atualizada em 2006, mas ainda permaneceu semelhante à de 2002. A NSS 2006 reitera a política de apoio aos movimentos e instituições democráticas e acrescenta aos itens a necessidade de enfrentar os desafios da globalização. O documento de 2006 continua a ter como foco central o combate ao terrorismo, com um item dedicado inteiramente a esse assunto. A Doutrina Bush, vista como uma resposta à ameaça de *Rogue States* com armas de destruição em massa se mantém em 2006, mas o foco mudou do Iraque e da Coreia do Norte para o Irã e Síria (ZIRKER, 2007).

O que se observa, então, é que a NSS de 2002 e a NSS de 2006 concentram assuntos e termos comuns, como “Doutrina Bush”, “Guerra Justa”, “ataque militar peremptório”, unilateralismo, limitação da posse de armas de destruição em massa de médio alcance, democracia e liberdade. A hipótese de que os EUA devem combater o terrorismo global é colocada como uma missão unilateral (só sendo compartilhada em caso de necessidade). Ambos os documentos, de 2002 e 2006, permitem entender a política externa elaborada no Governo Bush durante todo seu mandato.

2.3 Agenda-setting, a Doutrina Bush e o caso da Guerra do Iraque

A teoria do agendamento ou *agenda-setting theory* é uma teoria de comunicação elaborada nos EUA por Maxwell McCombs e Donald Shaw na década de 1970. De acordo com esse pensamento, a mídia determina a pauta (agenda) para a opinião pública ao destacar alguns temas e ofuscar ou ignorar outros. No entanto, é possível creditar a origem do conceito a Walter Lippmann, em sua obra *Public Opinion*, de 1922 (BRUM, 2003).

Segundo Norris, Kern e Just (2003), as notícias sobre os atentados se espalharam

instantaneamente a partir de estúdios de New York, de Londres, de Roma, de Moscou e da Al Jazeera, assim como ondas de rádio para Islamabad, Riad, de Bagdá e Cabul. A cobertura dos eventos nos meios de comunicação ocidentais destacavam histórias de dor e sofrimento de vítimas dos atentados. Muitos canais exibiam membros da administração Bush em discursos que condenavam os ataques, além de especialistas que eram entrevistados para analisar as possíveis consequências de 11/09. Através dos meios de comunicação, líderes mundiais demonstravam solidariedade aos EUA.

Por um longo período após os ataques, as repercursões dos desastres de 11/09 continuaram a afetar as relações internacionais, a política doméstica e a opinião pública americana e internacional. Esse novo perfil do terrorismo, assumido pela Al Qaeda, provocou uma série de debates acerca da definição de terror, das possíveis novas políticas de combate, dos novos papéis e ações da sociedade, a ética da luta contra o terrorismo e o papel do Estado nessa frente, assim como os perigos de futuros atentados.

É fato que os meios de meios de comunicação disseminam inúmeras informações. Precisamente por isso, é útil levar em consideração as formulações da teoria da *agenda-setting*, entendida como a corrente que estuda de que forma os assuntos são organizados e discutidos. Segundo Brum (2003), a pauta (agenda) das conversas interpessoais é sugerida pelos jornais, televisão, rádio e internet, propiciando aos receptores a hierarquização dos assuntos que devem ser pensados e discutidos, fazendo com que a realidade social seja representada por um cenário montado a partir dos meios de comunicação de massa.

Segundo Shaw (1979, p. 96),

em consequência da ação dos jornais, da televisão e dos outros meios de informação, o público sabe ou ignora, presta atenção ou descarta, realça ou negligencia elementos específicos dos cenários públicos. As pessoas têm tendência para incluir ou excluir dos seus próprios conhecimentos aquilo que os mass media incluem ou excluem do seu próprio conteúdo. Além disso, o público tende a atribuir àquilo que esse conteúdo inclui uma importância que reflete de perto a ênfase atribuída pelos mass media aos acontecimentos, aos problemas, às pessoas.

Os *mass media*-- entendidos como sistemas organizados de produção, difusão e recepção de informação, geridos por empresas especializadas públicas ou privadas -- apresentam ao público as questões importantes para se opinar e discutir. Cohen (1963, p. 13) aponta que a imprensa possui uma capacidade significativa para dizer aos leitores sobre que temas se devem pensar e refletir. Shaw (1979) coloca que o pressuposto da *agenda-setting* é que a compreensão das pessoas de grande parte da realidade social é fornecida pelos mass media. Nas sociedades industriais desenvolvidas a influência dos mass media aumentou, uma vez que parte da realidade que os indivíduos vivem é em função ou através dos meios de comunicação de massa.

Há diferentes tipos de agendas: a agenda individual ou intrapessoal, que corresponde às preocupações sobre questões públicas que cada indivíduo interioriza; a agenda interpessoal, que são os temas mencionados nas relações interpessoais e percebidos por cada sujeito e discutidos nas suas relações; a agenda da mídia, que é o elenco temático selecionado pelos meios de comunicação; a agenda pública, que se trata do conjunto de temas que a sociedade como um todo estabelece como relevante; e a agenda institucional, composta pelas prioridades temáticas de uma instituição (BARROS FILHO, 2001 p. 179).

O processo de agendamento pode ser descrito como um processo interativo (BRUM, 2003). A influência da agenda pública sobre a agenda da mídia é um processo gradual, por meio do qual se estabelecem critérios de noticiabilidade. Já a influência da agenda da mídia sobre a agenda pública é direta e imediata. Então, o que se verifica é que o efeito do agendamento é diferente de acordo com a questão.

De acordo com Wolf (1999, p. 64) a hipótese da *agenda-setting* afirma que o impacto direto, não necessariamente imediato, sobre os destinatários, pode ser apresentado segundo dois níveis: a ordem do dia, relativa aos temas, assuntos e problemas presentes na agenda dos *mass media*; e a hierarquia de importância e de prioridade em que esses temas, assuntos e

problemas estão colocador na ordem do dia.

Zulker (1978) ressalta que o efeito da agenda da mídia varia conforme a natureza do assunto, sendo diferenciada entre questões envolventes – em que as pessoas podem sentir a sua experiência direta – e questões não envolventes – mais distantes das pessoas, sem experiência direta.

Inicialmente, com a Guerra do Iraque, a manchete “combate ao terrorismo” não sofreu contraposição por parte da imprensa norte-americana e internacional, ou seja, os *mass media* não se opuseram ao governo norte-americano. Mais tarde, com o desgaste da guerra, as baixas e as dúvidas da opinião pública, as manchetes mudaram também.

Ao valorizar certos assuntos em detrimento de outros, as notícias, em especial as televisivas, influenciam a forma como governos, governantes e partidos políticos são vistos e julgados pelo público em geral. Pelo fato de que as pessoas não têm capacidade de absorver todas as informações, elas ficam mais atentas aos destaques e às notícias dos *mass media*. Além disso, quanto maior a exposição aos mass media, mais facilmente os indivíduos serão influenciados na sua tomada de posição quanto a um tema e assunto. Por isso, a *agenda-setting* pode levar a uma mudança de comportamentos (WOLF, 1999).

A aplicação deste conceito é útil na análise do processo de tomada de decisão de Bush com relação ao Iraque. Por exemplo, o “Grupo de intelectuais anti-Saddan” que solicitou medidas mais fortes contra o Iraque correspondia a uma comunidade política que representa o conceito de *agenda-setting*. Segundo Mazarr (2007) tal grupo foi ideologicamente definido. Embora esse grupo não fosse especialista em política ou segurança, acabou sendo definido pela *agenda-setting*, uma vez que eles discutiram a questão, geraram e difundiram conhecimento, se estabelecendo como grupo posicionado em prol da guerra. Estes indivíduos acabaram ocupando posições-chave na estrutura de poder. O autor aponta que alguns funcionários do governo, que apoiaram a empreitada norte-americana no Iraque, recrutaram

pessoas com semelhante alinhamento no governo. No caso do Iraque, o modelo *agenda-setting* oferece uma útil ferramenta para avaliar como e porque as decisões de segurança nacional e de política externa são tomadas (MAZARR, 2007, p. 19).

Neste caso, pode-se aplicar a teoria *agenda-setting* e propor algumas questões. Sem os ataques de 11 de setembro, o Presidente Bush provavelmente não conseguiria apoio para invadir o Iraque, ou seja, não haveria uma massa significativa favorecendo o ataque. Os ataques terroristas causaram trauma e terror, e as pessoas passaram a se interessar mais do que de costume em pelas questões de segurança.

Comunidades políticas podem promover questões indefinidamente até a haver uma abertura política que as permitam participar (MAZARR, 2, p. 20-21). Muitas pessoas podem contribuir para a criação e o desenvolvimento de ideias. O 11/09 criou condições políticas para articular as diversas agendas com a do governo, em especial a dos grupos privados.

2. 4 O público, a mídia e a cobertura da Guerra ao Terror

Nos dias que se seguiram ao 11 de setembro a televisão, o rádio e os outros meios de comunicação abordaram intensamente a questão do terrorismo. Nem mesmo comerciais foram ao ar na época. Canais de esporte e entretenimento ficaram atentos à transmissão de notícias, sendo muitos deles ligados em rede para a cobertura dos acontecimentos. Alguns canais suspenderam suas programações por completo e simplesmente deixaram uma imagem bandeira americana na tela. Jornais e revistas fizeram o mesmo, dedicando quase todo seu conteúdo à cobertura dos ataques. De forma geral, a mídia praticamente parou a programação normal no dia dos atentados para transmitir informações sobre a crise que assolava o país.

Literalmente todos os americanos estavam cientes da crise. De acordo com Nacos (2012, p. 266), pesquisas de opinião pública mostravam que 99% do público americano acompanharam as notícias dos ataques terroristas por meio da televisão ou do rádio. A maioria

dos adultos entrevistados apontaram a televisão e o rádio como os meios escolhidos para ver notícias da crise; desse percentual, dois terços também apontaram a internet como um de seus meios preferidos para buscar notícias. Essa profunda imersão nas notícias dos ataques e em tudo o que se relacionava ao terrorismo permaneceu inalterada por pelo menos seis semanas após o dia 11/09.

A mídia tornou a linha entre terrorismo doméstico e internacional quase imperceptível. Segundo Combs (2011, p. 165), em certa medida, o sucesso ou a falha de uma ação terrorista pode ser medida pela reação da mídia em torno do evento.

Segundo o Pew Research Center (PEW, 2001), a cobertura da guerra ao terror reforçou a imagem da mídia. Para a mídia em geral, trata-se de um período de grande apoio da opinião pública. Os americanos mostravam apoio à imprensa pela sua cobertura da guerra nos EUA e no exterior. É possível até dizer que a imagem da mídia, às vezes abalada ou desacreditada, melhorou ou passou a ser mais bem vista. O público mostrava forte apoio à iniciativa do governo de controlar as notícias em prol da segurança nacional.

De acordo com pesquisa da PEW em novembro de 2001 com 1500 adultos, o apoio do público com relação à mídia revelava melhores notas por seu desempenho e maior índice de aprovação para os jornalistas e os órgãos de notícias. No início de setembro de 2001, cerca de 35 % das pessoas acreditavam na veracidade das notícias; em novembro daquele mesmo ano, esse percentual saltou para 46%, melhor índice para a mídia desde 1992. Em setembro de 2001, o percentual que apontava o desempenho da mídia como excelente ou bom estava em torno de 89%; em novembro de 2001, ainda se mantinha alto, 77%.

O público demonstrava maior grau de satisfação com a mídia, com opiniões mais favoráveis sobre o profissionalismo da imprensa. De alguma maneira, tal apoio se traduziu em sentimentos de moralidade, compaixão e principalmente patriotismo. A impressão que o público teve de que a imprensa se colocou a favor dos EUA saltou de 43% no início de

setembro para 69% em novembro de 2001. Destaca-se que o maior índice sobre isso fora em 1987, quando esse valor alcançou 53%. Da mesma forma, a visão de que a mídia se colocou à frente para proteger a democracia foi de 46% antes dos atentados para 60% em novembro deste mesmo ano. Concomitantemente a esse apoio e à consideração do público para com os meios de comunicação, houve aumento do suporte ao governo com relação à censura militar no que se relacionava às questões de segurança nacional. Entre 39% e 53% dos entrevistados acreditavam que os militares deveriam exercer maior controle sobre as notícias da guerra ao invés de deixar isso totalmente a cargo da mídia. Tamanho apoio fora notado durante a Guerra do Golfo, nos primórdios da década de 1990.

Apesar desse apoio, a pesquisa demonstrou que a maioria das pessoas mostrava-se a favor de uma cobertura da guerra de forma neutra ao invés de pró-americana; 73% dos entrevistados declararam ser favoráveis a uma cobertura que retratasse todos os pontos de vista, incluindo os do países hostis aos EUA . Além disso, mais da metade dos entrevistados apontou que no momento de crise, a imprensa estava mantendo a população preparada.

O interesse sobre o terrorismo e a guerra aumentou desde os ataques. As pessoas recorreram a todos os tipos de mídia para saber das notícias sobre os acontecimentos. De acordo com o PEW (2001), 66% dos entrevistados disseram estar mais interessados na notícias do que antes de 11 de setembro. Ressalta-se que esse número é superior aos 49% que expressaram maior interesse por notícias após a Guerra do Golfo. Nacos (2012, p. 266) aponta que nos meses que precederam aos atentados de 11/09, quando o público era questionado sobre qual seria o maior problema que o país enfrentava, o terrorismo não era mencionado. Após os ataques em Nova York e Washington, o terrorismo se tornou o assunto mais importante na percepção da opinião pública, o maior problema do país.

Desde o início da crise, as avaliações boas ou excelentes para a imprensa alcançavam 77% (durante a guerra do Golfo essa mesma avaliação chegou a 78%). Notícias sobre Antrax

e outras ameaças eram consideradas precisas por mais da metade dos entrevistados (cerca de 58%). Destaca-se aqui que 66% dos republicanos diziam que a cobertura sobre essas ameaças era precisa, em contraste com a visão dos democratas, 52%.

A maioria dos americanos passou a apoiar a censura em certa medida, assim como durante a Guerra do Golfo. O apoio com relação ao controle das reportagens de guerra pelos militares era diferente entre republicanos e democratas. Quase 60% e 41% respectivamente queriam maior controle militar. O número de pessoas que aceitavam maior censura era notável: 70% acreditavam que essas restrições do governo para com os meios de comunicação eram essenciais para a proteção das forças dos EUA. Nesse quesito, 84% dos republicanos acreditavam que o governo retinha informações sobre a guerra para proteger o país e o mundo e que a mídia devia confiar no governo. Já os democratas estavam menos convencidos disso, e ao contrário, acreditavam que o governo detinha as informações de guerra para esconder algo negativo. 57% deles apoiava a imprensa em busca da verdade.

Segundo o PEW, o 11 de Setembro melhorou a imagem da mídia com relação à defesa dos valores americanos e à democracia. A percepção do público de que a mídia “se levanta para a América” e “protege a democracia” aumentou notavelmente desde os ataques terroristas. Esse número cresceu inclusive entre os democratas, normalmente mais inclinados a uma visão positiva da mídia; após os eventos de setembro, subiu de 47% para 78% a visão de que a mídia se colocava à disposição da América.

Surgiu assim uma “nova paisagem midiática” após o 11 de setembro. (PEW, 2001, p. 10). Os americanos passaram a acompanhar mais estreitamente as notícias do que antes dos atentados; redes a cabo como a CNN, a MSNBC e Fox News foram notadas como primeira escolha para notícias sobre os eventos. De acordo com Nacos (2012, p. 302), os atentados de 2001 e as consequências da Guerra ao terror como a Guerra no Afeganistão e Iraque foram uma oportunidade para aumento de audiência, assim como a CNN havia feito na Guerra do

Golfo em 1990-1991⁶.

Não foram somente as redes a cabo que receberam aprovação; mais de 44% dos entrevistados apontaram que algumas vezes recorreram a outros meios midiáticos (rádio, internet) para obter notícias e comentários relacionados ao terrorismo. Esse número é mais relevante ao perceber que o aumento de interesse por notícias e fatos sobre os eventos e repercussões foi maior entre os americanos menos educados e com renda mais baixa, que usualmente, em tempos normais, apresentariam menor interesse. Ou seja, o aumento de interesse foi geral; tratava-se de uma nova audiência (PEW, 2001, p. 10).

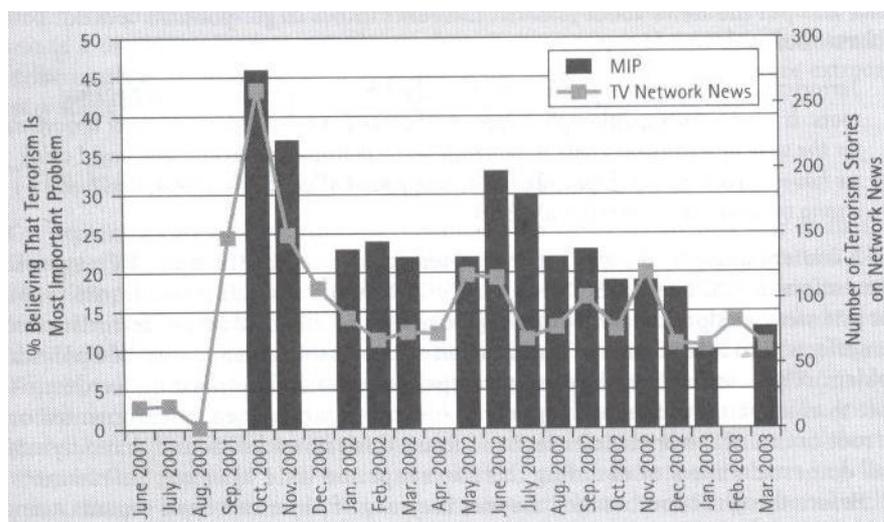
Bush recebia pontuação elevada por seu desempenho como presidente e principalmente com relação à Guerra ao terror. Essa aprovação nunca alcançou níveis abaixo de 80% de aprovação desde os eventos de setembro. Tal número era grande inclusive entre Afro-americanos (60%), normalmente críticos com relação ao presidente norte-americano.

Pesquisas do PEW de março de 2003 revelaram-se um pouco mais céticas com relação à administração Bush e à Guerra no Iraque. Mesmo assim, ainda mais de 70% dos americanos apontavam que Bush havia tomado a decisão certa ao invadir o Iraque e sua figura permaneceu quase inabalável durante esse período (PEW, 2003, p. 02).

Na medida em que as notícias sobre terrorismo diminuíam ao longo dos meses e anos após os atentados, a percepção do público com relação à ameaça também acompanhava essa dinâmica. No entanto, nunca desapareceu. De acordo com a figura abaixo, pode-se observar a tendência da percepção dos americanos sobre o terrorismo entre junho de 2001 e março de 2003:

⁶ É importante notar que por um lado, essas redes de televisão tiveram um grande aumento de audiência; mas por outro lado, também gastaram para preparar-se para cobrir a guerra do Iraque.

Gráfico 1 – Importância que a opinião pública e a televisão deram ao tema terrorismo



Fonte: (NACOS, 2010, p. 267).

Conforme se vê na tabela, o debate público sobre o problema do terrorismo teve seu pico em 2001, principalmente em outubro deste mesmo ano. Mas quando se observa os percentuais coletados antes dos atentados, praticamente não se via o terrorismo como questão fundamental aos interesses norte-americanos. Da mesma forma, a mídia de forma geral também acompanhou esse padrão. Os maiores números de exibição de programas e notícias relacionados ao terrorismo seguem os períodos de intenso interesse público pelo assunto, o que apresenta, em certa medida, que as pautas das conversas e hierarquização dos assuntos discutidos pelas pessoas era o mesmo que o destacado pelas mídias. Ou seja, a realidade social daquele período estava sendo representada pelos *mass media* e o público atribuía aos acontecimentos destacados (o terrorismo) a importância que os jornais, televisão, internet e outros meios de comunicação davam à questão.

CAPÍTULO 3 - 24 HORAS, TERRORISMO E DOCTRINA BUSH

Algumas palavras ajudam a entender os americanos. Dentre elas, pode-se destacar fé, perseverança, segurança, patriotismo, nacionalismo, eficiência, engenhosidade, autoestima e excepcionalidade. (TOTA, 2009, p. 267-275). De uma maneira ou de outra, todos os produtos (midiáticos ou não) utilizaram-se dessas “premissas” americanas em seus rótulos ou enredos. A segurança é, dentro destes, um dos termos mais importantes deste trabalho.

Durante a Guerra Fria, prevaleceu o medo de um ataque nuclear. As pessoas eram assombradas pelo pavor de um ataque nuclear iminente da URSS. Todos tinham consciência das consequências desse possível acontecimento, a provável aniquilação da nação atacada. As pessoas conviviam com esse medo, se habituaram a senti-lo. Alguns psicólogos diziam que, para alguns, o perigo imaginado a esse respeito durante toda uma vida fez com que se acostumassem com ele (CAVELOS, 2008, p. 2).

Nessa linha, Tota (2009, p. 268) aponta que no auge da Guerra Fria o perigo de um conflito nuclear não era somente ficção; fazia parte do cotidiano. Na paranoia da Guerra Fria, as escolas, faziam treinamento de como se proteger em caso de um ataque dessa natureza; as crianças e estudantes eram ensinados a proteger-se embaixo das suas carteiras escolares; kits de abrigos antiatômicos eram vendidos em materiais de construção.

3. 1 A Construção de um novo medo: o terrorismo

Os atentados de 11 de setembro de 2001 criaram um novo medo e redimensionaram a palavra segurança, já existente no ideário norte-americano. Algumas horas após os ataques, os discursos de autoridades que apareciam nos noticiários apontavam para a gravidade da situação. Paul Bremer, diplomata americano que trabalhou na área de contraterrorismo durante a administração Reagan e se tornou autoridade executiva no Iraque, após a

intervenção dos EUA no país em 2003, escreveu:

in many ways it's worse than Pearl Harbor. I think we will probably find the casualties will be higher than they were at Pearl Harbor. In Pearl Harbor, we knew immediately who had done it and therefore knew what the return address was. It was Japan. Here, we have higher casualties, less certainty as to where the attack came from, and, therefore a more difficult response. But there must be a very strong military response to this act of war (BREMER, 2001 apud NACOS, 2012, p. 298)

Um estado de atenção se instaurou nos EUA. Após o 11 de setembro algumas lojas passaram a vender novos kits de sobrevivência, agora contra ataques terroristas, como paraquedas para saltar de prédios atacados, máscaras contra gases e fitas adesivas para vedar a entrada de gases em caso de ataques. Tornou-se fácil encontrar cartazes com desenhos ensinando a agir e a se proteger em casos extremos. Bombas e ataques suicidas passaram a fazer parte do imaginário coletivo. Seguindo essa tendência, cartazes também passaram a lembrar as pessoas para que prestassem mais atenção ao que poderia ser uma atitude suspeita em aviões, em ônibus, nos metrô e até mesmo nas ruas. Em diversos locais públicos, apareceu a frase “*if you see something, say something*” (“Se vir algo suspeito, avise a autoridade mais próxima”). O 11 de setembro somente “reforçou uma tendência inerente à cultura americana e relativamente adormecida com o fim da chamada Guerra Fria” (TOTA, 2009, p. 269).

O novo medo ultrapassou a esfera daqueles que ficaram traumatizados por terem tido uma participação mais direta nos eventos (militares, bombeiros, policiais vítimas), envolvendo praticamente o conjunto da população. (AREHART-TREICHEL, 2001, p. 21 apud CAVELOS, 2008, p. 03). Milhares de americanos experimentaram o mesmo trauma psicológico, que foi além das fronteiras dos EUA e disseminou-se pelo mundo. Segundo especialistas da área psiquiátrica, atos de terrorismo causam efeitos profundos, mais fortes e duradouros do que outros tipos de desastres em massa. (EPIDEMIOLOGY, 2006; GLAZER, 2007 apud CAVELOS, 2008, p. 03).

Psicólogos acreditam que eventos percebidos como incontroláveis são mais

angustiantes do que aqueles entendidos como controláveis (GIARRATAMO, 2004, p. 258 apud CAVELOS, 2008, p. 03). Além disso, pacientes traumatizados por algo pelo qual se culpam recuperam-se mais rapidamente do que aqueles que sentem que os eventos que os traumatizaram estavam totalmente fora de seu controle. Esse foi o caso do 11 de setembro.

Essa forma de violência almeja atingir a psique da sociedade-alvo. Nacos (2012, p. 266) observa que pesquisas de opinião pública elaboradas nas semanas após os ataques revelaram que muitos americanos se encontravam traumatizados e atormentados pela ideia de que eles mesmos ou pessoas próximas viessem a se tornar as próximas vítimas de futuros atos de terrorismo. Muitas pessoas tornaram-se depressivas e com dificuldades para dormir.

E o trauma não atingiu somente os americanos. Em outros países, em especial na Europa, o público apresentou medos e ansiedades semelhantes aos dos EUA. E esses sentimentos e medos perduraram nos meses e anos posteriores aos atentados.

Cavelos (2008, p. 06) destaca que um dos procedimentos mais eficazes para tratamentos de pacientes submetidos a fortes traumas é coloca-los de frente com o problema, fazê-los enfrentar, visitar lugares associados ao medo, lembrar-lhes a situação do medo, gravar e fazê-los escutar em sua própria voz os eventos traumáticos. Assistir à série *24 Horas* pode ter servido ao mesmo propósito, embora de forma não tão gentil ou gradual como fazem os psiquiatras. De qualquer forma, o efeito aparentou ter sido o mesmo, com o agravante de que a exposição aos fatos era total e imediata a cada episódio. A série acabou gerando o que foi chamado, com alguma ironia, de “*Jack Bauer school of therapy*” (CAVELOS, 2008, p. 06).

A série se tornou o melhor lugar para se enfrentar tais traumas. Não se tratava somente de processar os medos por meio da recriação da narrativa de forma organizada e fragmentada, mas sim de fazer com que os medos e a própria narrativa pudessem ser mais bem articulados. Segundo Cavelos (2008, p. 07), a ficção pode promover essa articulação melhor até do que as

notícias reais, em que os detalhes das ações terroristas são normalmente desconhecidos.

Na ficção nem tudo é criado de forma a deixar o processo claro, com detalhes, mesmo que somente parte dela esteja baseada em fatos reais. Pesadelos são recriados na televisão, assim como medos. O que faz destacar essa série de outras do gênero já produzidas é que ela é efetiva como mecanismo de enfrentamento, as coisas acontecem, se realizam nela. Notícias sempre podem desencadear medo e tensão. *24 Horas* era também entretenimento, as pessoas o assistiam por diversão.

Sentar em frente a uma televisão e assistir a um programa de que se gosta pode ser uma das atividades mais prazerosas para muitos. Por isso, a escolha de *24 Horas* para quem buscava lazer, permitiu a essas pessoas enfrentar seus medos, absorvê-los, aprender a lidar com eles, a partir de um ambiente seguro: a sala de televisão.

É possível dizer que quando experimentamos o medo em um estado relaxado, a situação parece mais manejável. Começa-se a pensar que aquilo não é o fim do mundo, sente-se maior controle sobre as emoções. A ansiedade diminui.

Em sua estreia, *24 Horas* explorou um dos maiores medos das pessoas: a possibilidade de um ataque nuclear por terroristas, cuja chave se encontrava em uma mala, “uma mala nuclear” (CAVELOS, 2008, p. 08). Desde 2001, a mídia chamava atenção para o desenvolvimento de pequenas bombas nucleares, mas com grande poder de destruição.

No começo da série, Jack Bauer descobre que o terrorista contrabandeou uma “maleta nuclear” da Rússia para os EUA. Bauer corre contra o tempo para encontrá-lo, buscando, na trama, evitar que a ação terrorista se concretizasse em qualquer cidade ou local do país. Quando derrota terroristas, Bauer apresenta aos espectadores um cenário alternativo ao 11 de setembro de 2001, em que o país estaria mais bem preparado e evitaria os ataques. O medo das “maletas nucleares” era corrente nos EUA, oriundo das desconfianças geradas na Guerra Fria e com a intensificação do crime organizado e tráfico de armas.

Conforme aponta Bauman (2008, p. 08), o medo é mais assustador quando é

(...) difuso, disperso, indistinto, desvinculado, desancorado, flutuante, sem endereço nem motivos claros; quando nos assombra sem que haja uma explicação visível, quando a ameaça que devemos temer pode ser vislumbrada em toda a parte, mas em lugar algum se pode vê-la. “Medo” é o nome que damos a nossa *incerteza*: nossa *ignorância* da ameaça e do que deve ser *feito* – do que pode e do que não pode – para fazê-la parar ou enfrentá-la, se cessá-la estiver além do nosso alcance.

E nesse medo destacado por Bauman que se enquadra o terrorismo, totalmente difuso e sem base territorial definida; é esse medo que faz as pessoas descerem de ônibus ou metrô ao verem um “estranho” parecido com aqueles que se imagina terem que temer; alguém com uma mala ou mochila que pareçam anormais. Esse é o medo que não se pode ver a todo o momento, mas que se pode imaginar com facilidade.

Por seu caráter incontrolável e devastador, o terrorismo é um dos mais expressivos produtos ou efeitos do lado “negativo” da globalização:

Ou seja, a globalização altamente seletiva do comércio e do capital, da vigilância e da informação, da coerção e das armas, do crime e do terrorismo, todos os quais desdenham a soberania nacional e desrespeitam quaisquer fronteiras entre os Estados (BAUMAN, 2008, p. 126).

A ideia de sociedade aberta representava originalmente a autodeterminação de uma sociedade livre. Agora, carrega em seu conceito prático também experiências amedrontadoras, quando populações vulneráveis são dominadas por forças que não conhecem e não controlam. Tais populações veem-se indefesas e tornam-se obcecadas pela segurança de suas fronteiras e das pessoas que vivem dentro delas. Em um planeta globalizado, habitado por sociedades forçosamente “abertas”, a segurança não consegue ser atingida totalmente ou garantida de forma confiável em um único país ou grupo de países. Ela depende do todo. A “abertura” impulsionada pela globalização negativa fica ela mesma “pervertida”, e passa a ser a causa primeira da injustiça, do conflito e da violência (BAUMAN, 2008, p. 127).

No mundo atual os efeitos das ações se propagam além do alcance do impacto do controle, da mesma forma como está fora de alcance o escopo do conhecimento necessário

para planejá-lo. A rede da interdependência humana ajuda a que “o espectro da vulnerabilidade” paira sobre o planeta “negativamente globalizado”. Todos passam a estar em perigo e a serem perigosos uns para os outros. O que torna o mundo vulnerável são os perigos de probabilidade não calculável, diferente daqueles enquadrados na categoria de “riscos”. Riscos são relevantes na medida em que são calculáveis e passíveis de uma análise custo-benefício; mas os verdadeiros riscos mais preocupantes são aqueles que podem afetar os resultados em pouco tempo e espaço. (BAUMAN, 2008, p. 128-129).

Nesse sentido, Bauman (2008, p. 132) ressalta que há um paradoxo: na medida em que cresce a capacidade dos instrumentos e recursos de ação, os quais nos permitem avançar ainda mais no espaço e no tempo, cresce também o medo de que eles sejam inadequados “para erradicar o mal que vemos e o mal ainda não visto”, mas que pode ser imaginado. Armas nucleares podem se encaixar nessa descrição, uma vez que sua utilização somente foi vista de fato ao final da Segunda Guerra Mundial e, após isso, tornou-se quase que uma arma “não utilizável”, no entanto, demasiadamente temida, famigerada e presente nas mentes humanas.

A relação entre esse cenário e a sociedade norte-americana é quase inevitável. O Estado mais tecnologicamente equipado é ao mesmo tempo o mais assombrado por sentimentos de insegurança e desamparo. Talvez seja a sociedade americana a sentir mais ameaçada, vulnerável, insegura, ameaçada e aterrorizada, adoradora de tudo que trate de segurança e proteção. A mídia reflete isso, e sendo os EUA o país com a maior e mais importante indústria cultural, é fácil compreender o conteúdo de diversos produtos de mídia que são fabricados no país, com ou sem apoio do governo. Está no âmago da sociedade norte-americana, no “código genético”, um preço a ser pago pela riqueza e pelo desenvolvimento. Uma série como *24 horas* é um produto natural dessa sociedade. A exposição do inexplicável, o enfrentamento do maior medo.

O terrorismo global exacerbou o lado negativo da globalização, sendo considerado o

inconcebível, o inimaginável que se tornou possível. Donald Rumsfeld declarou, antes de enviar as tropas ao Iraque em 2003, que a guerra estaria vencida quando os norte-americanos se sentissem seguros. No entanto, conforme destaca Bauman (2008, p. 133), o envio de tropas ao Iraque elevou ainda mais a sensação de insegurança, tanto nos EUA quanto em outros países (essencialmente nos aliados norte-americanos). É como se, ao determinar a base territorial responsável pelos atentados, os EUA estivessem expandindo o terrorismo a dimensões novas, tornando o assunto ainda mais falado.

A arma mais poderosa do terrorismo é semear o terror (BAUMAN, 2008, p. 140), e essa ação encontra espaço no mundo contemporâneo. O combate a essa prática, por sua vez, parece pouco eficaz e a guerra ao terror pode ser vista, sob certos aspectos, como uma contradição. Esse se dá devido a armas modernas, concebidas e desenvolvidas na era de invasões e conquistas territoriais, mas inadequadas para atacar e destruir alvos extraterritoriais, esquivos e móveis. Agindo em pequenos grupos ou sozinhos com armas fáceis de transportar, manusear e até esconder – tornam-se difíceis de combater com as armas conhecidas, o que aumenta a sensação de incerteza e insegurança. A guerra de movimento substitui a guerra de posição.

Diferentemente de seus inimigos declarados, os terroristas não precisam se sentir constrangidos pelos limites das forças que comandam diretamente; ao desenvolverem seus projetos estratégicos e planos táticos, incluem em seu cálculo as reações de seu inimigo, que certamente aumentará mais os impactos causados por determinado ataque (BAUMAN, 2008, p. 141). Tendo em vista que o objetivo imediato dos terroristas é causar terror na população do inimigo e espalha-lho forma mais rápida e eficaz, pode-se dizer que os instrumentos (polícia, exército, e até os meios de comunicação) do país atacado serão importantes veículos para a intensificação dos efeitos das ações terroristas.

Da mesma forma, Nacos (2012, p. 266) destaca que os arquitetos do terror de 11/09

souberam avaliar bem os efeitos das reações dos organismos de segurança e essencialmente na mídia dos EUA. A ênfase que a mídia deu à cobertura e ao tratamento dos eventos foi um fato decisivo, especialmente quando se considera que o maior desejo dos terroristas era chamar a maior atenção que pudessem.

A série *24 Horas* deu sua contribuição como potencial instrumento de legitimação da política externa adotada depois do 11 de setembro— a “guerra ao terrorismo”. A intensificação do problema, o não esquecimento, a promessa de retaliação, a busca por justiça e segurança foram possíveis em consequência da estratégia terrorista de manter o terror mesmo após os ataques. Todos os atores envolvidos – governo, polícia, exército, canais de comunicação – auxiliaram a tornar os eventos ainda mais aterrorizantes. *24 Horas* fez parte disso. E como a política americana apontava para uma ação mais dura, agressiva e unilateral desde o começo, a série contribuiu para que se criasse um ambiente de medo que foi propício para a aprovação de um pacote de medidas antiterror que em tempos de paz provavelmente não seriam aceitas.

Para Nacos (2012, p. 266) o terrorismo é, acima de tudo, uma guerra psicológica. Ele ressalta que à medida que as ações terroristas atingiram tamanha audiência nos canais de mídia, seus arquitetos alcançaram outro objetivo: a intimidação da sociedade e a disseminação de medo e ansiedade na população. E esse objetivo não foi alcançado somente nos EUA; o mundo também parou para ouvir as notícias. Bauman (2008, p. 141) arrisca dizer que com esses instrumentos do próprio Estado, os terroristas conseguiram impactar a população atacada (e outras) em nível maior do que o próprio grupo terrorista teria sido capaz de produzir. E conseqüentemente, o governo encontrou espaço em meio a esse “estado de exceção” para aprovar uma política contra o terror.

Ulrich Beck procurou acompanhar a reconfiguração da sociedade moderna e a emergência do que ele denomina de “sociedade industrial de risco”. Para ele, a produção social de riqueza é acompanhada pela produção social de riscos e o desafio moderno não é

mais alcançar a utilização econômica da natureza para libertar as pessoas de sujeições tradicionais, mas sim lidar com os problemas decorrentes do próprio desenvolvimento técnico-econômico. Para ele, o processo de modernização torna-se “reflexivo”, ou seja, converte-se em tema e problema, passa a ter de enfrentar e administrar alguns complicados efeitos colaterais⁷ (BECK, 2010, p. 24).

A sociedade de risco produz novas oposições de interesse e um novo tipo de solidariedade diante da ameaça; conforme as ameaças da modernização se generalizam, a sociedade do risco desenvolve uma tendência à unificação objetiva das suscetibilidades em situações de ameaça global (BECK, 2010, p. 57). Isso significa que a sociedade de risco produz novas fontes de conflito e também de consenso. A superação da carência dá lugar à superação do risco. Sociedades de risco fazem emergir aglomerações de ameaças que somente podem ser entendidas e avaliadas no âmbito da sociedade global.

Por exemplo, a ameaça oriunda da estocagem de armas nucleares com grande força destrutiva (como aquela que os EUA acusaram o Iraque de possuir e que usaram como justificativa para a intervenção militar em 2003), amedronta pessoas do mundo todo, produzindo uma espécie de “comunhão de ameaça” (Beck). No entanto, os interesses privados (dos Estados, das instituições internacionais, das organizações partidárias, das empresas) ainda são nacionais e bloqueiam o tratamento global dos riscos. Ou seja, as ameaças intensificam-se, mas não necessariamente dão origem a um conjunto de medidas preventivas de superação do risco. Mesmo porque não são certas quais instituições estariam aptas a lidar com elas. O que surge de fato é uma solidariedade ininteligível, que corresponde à ininteligibilidade dos riscos – uma solidariedade mais ideal do que real (BECK, 2010, p. 58).

O terrorismo é uma ameaça e um risco na sociedade moderna, causado (ou ao menos

7 Por modernização Beck (2010, p. 23) entende um salto tecnológico de racionalização, transformação do trabalho e da organização, mudanças de caracteres sociais e das biografias padrão, das formas de vida, estruturas de poder, estruturas de controle, formas políticas de opressão e também de participação, assim como mudanças das concepções da realidade e das normas cognitivas.

intensificado) pelo desenvolvimento desta mesma, e que ameaça a sociedade global.

Na sociedade do risco, o ideal acaba por ser a segurança, ou seja, a segurança torna-se o contraprojeto normativo da sociedade insegura. Nesse sentido, a utopia da segurança continua sendo negativa e defensiva, não se tratando somente do alcance de algo bom, positivo, mas sim, e acima de tudo, de evitar o pior. “O sonho da sociedade de classes é: todos querem e devem *compartilhar* do bolo. A meta da sociedade de risco é: todos devem ser *poupados* do veneno” (BECK, 2010, p. 60). A sociedade de risco marca uma época social em que a solidariedade fundada no medo emerge como uma força política e ajuda a que se entendam fenômenos políticos como a guerra ao terror e o grande apelo mundial que ela teve.

3. 2 24 Horas, Jack Bauer e o combate ao terrorismo

3. 2. 1 A Fox Broadcasting

Existem três grandes redes de televisão nos Estados Unidos: ABC, NBC e CBS. Essas redes enfrentaram aumento de competição com a criação de novas redes nacionais. A primeira delas foi a Fox Broadcasting, iniciada na segunda metade dos anos 1980, apoiada financeiramente pela New Corporation, de Rupert Murdoch (DIZARD, 2000, p. 128). A Rede Fox é uma das três divisões do Grupo Fox, criado em 1998 com objetivo de gerenciar os interesses de mídia de Rupert Murdoch fora do mercado de jornais. Tal divisão possui vinte e duas transmissoras de TV e participações em cinco redes de televisão a cabo. As outras duas divisões são responsáveis pela administração dos estúdios cinematográficos da 20th Century Fox e as aquisições esportivas da News Corp, inclusive o Los Angeles Dodgers.

A Fox atingiu grande sucesso no final dos anos 1990, quando obteve o segundo lugar em audiência entre os telespectadores mais cobiçados pelos anunciantes, ou seja, as pessoas entre os dezoito e os quarenta e nove anos. Programas como *Os Simpsons*, *Ally MacBeal* e *Arquivo X* ajudaram bastante a que se produzisse tamanho sucesso. Chegou a ser declarada

como a rede mais “quente do horário nobre da televisão” (NEW YORK TIMES, 1998 apud DIZARD, 2000, P. 130).

3. 2. 2 *24 Horas* e a criação de um herói: Jack Bauer

Os ataques ao World Trade Center e ao Pentágono geraram no público norte-americano uma demanda por ação, uma vez que o grande inimigo, o terrorismo, poderia estar espalhado pelo mundo por meio de células clandestinas. De acordo com Dixon (2004, p. 01), a administração Bush buscou atrair a atenção pública com a Guerra do Iraque; no entanto, essa iniciativa teve apoio inicial, mas logo se tornou impopular tanto doméstica quanto internacionalmente. Em relação aos filmes, isso se refletiu de diversas formas; alguns encorajavam o espírito de guerra, de preocupação; outros questionavam; e ainda havia aqueles que evitavam essas questões.

No momento imediatamente posterior aos atentados, Hollywood momentaneamente abandonou as produções hiperviolentas que dominaram a produção da década de 1990. Filmes foram arquivados temporariamente e apressou-se a produção de filmes “família”, buscando oferecer ao público um escape dos eventos de 11 de setembro. Todavia, rapidamente, Hollywood voltou a trabalhar com o que Dixon (2004, p. 03) chamou de “highly successful crash and burn movies”. Uma coisa era certa: os acontecimentos de 11 de Setembro nunca poderiam ser apagados da memória, do consciente nacional americano; os EUA entraram no século XXI como uma Era marcada por incertezas e perigos, em que as guerras estavam sendo conduzidas não por nações, mas por células terroristas (DIXON, 2004, p. 03). Em se tratando da televisão, três séries sobre operações inteligentes destacaram-se a partir de 2001: *24 Horas*, *The Agency* e *Alias*. Destas, *24 Horas* foi a que mais demonstrou convergências com os eventos de 11 de Setembro.

Os ataques foram mais lembrados pela data 11 de Setembro do que pelo lugar e espaço

onde aconteceram. Segundo Hark (2004, p. 122), com a data 9/11 (em inglês, primeiro o mês, depois o dia) havia uma irônica semelhança com o número universal de chamada de emergência do país 911. Tal coincidência rendeu muitas chamadas aos canais de mídia. Sendo os EUA o país do *entertainment*, os americanos e o resto do mundo foram capturados pelo cinema, pela televisão e por todos os veículos de entretenimento, onde o real e a ficção se misturam muitas vezes. Cada americano transformou-se assim num 'eu' intérprete (TOTA, 2009, p. 249).

Criada por Joel Surnow e Robert Cochran, *24 Horas* é uma produção da 20th Century Fox Television e Imagine Television em associação com Teackwood Lane Productions. Howard Gordon, Evan Katz, David Fury, Manny Coto, Brannon Braga, Brad Turner, Alex Gansa, Kiefer Sutherland e Brian Grazer são os produtores executivos, enquanto Chip Johannessen e Patrick Harbinson são co-produtores executivos. Brad Turner dirigiu o final da série (THE FUTON CRITIC, 2010).

No seriado, os episódios não especificam um dia ou mês real, mas têm a duração de um dia. O tempo real da série é criado a partir de uma fórmula: um relógio digital que aparece antes e depois dos intervalos comerciais, fazendo o típico som de tic-tac digital. Ao decorrer da narrativa, relógios menores e silenciosos aparecem. O horário acompanha o mundo fictício e é ditado por Bauer a cada início de episódio. A próxima hora significa o próximo episódio da temporada. Serão sempre 24 ao todo. Esse método promove a sensação de “tempo-real”, reforçado pela utilização de múltiplas janelas, em que se desenvolvem diversos acontecimentos ao mesmo tempo. E essa informação de que os eventos se passam ao mesmo tempo, é passada ao espectador na voz de Bauer.

Essas janelas que retratam os acontecimentos simultâneos impulsionam o enredo. O “tempo-real” confere um forte senso de urgência, dinâmica que é acentuada pelos truques técnicos, a partir do uso de câmeras portáteis para dividir telas mostrando as ações paralelas

dos personagens. Os intervalos comerciais ocupam cerca de um terço de cada episódio, o que contribui para a sensação de emergência. Esses intervalos fazem parte da continuidade de uma hora temporal, o relógio na tela lê um determinado horário antes do intervalo, e quando se retorna a série reinicia com o relógio cinco minutos depois, o que faz entender que se passou o tempo real, como se uma transmissão ao vivo fosse interrompida. Os comerciais não deveriam interromper a continuidade de uma ação tão urgente. O tempo não pára.

O argumento central de *24 Horas* é a ameaça terrorista. Atentados contra a vida do candidato à Presidência o Senador David Palmer, problemas na *Counter Terrorist Unit (CTU)* e sequestros envolvendo a filha do protagonista Jack Bauer, Kim abrem a série. Conforme o enredo é revelado, as políticas envolvidas, os objetivos dos vilões, seus métodos e motivações são claramente diferenciados daquilo que esteve na base dos eventos de 11 de Setembro. Os problemas surgem de terroristas oriundos dos *Rogue States* e que desejam atacar os EUA por conta do seu superpoder, da força de seu capitalismo ou de sua postura de imposição da cultura pop a outros países. Mas, além disso, a violência em *24 Horas* também mostra motivações pessoais e o heroísmo de Bauer que se associam às atividades das operações de inteligência do Estado.

Jack Bauer é o herói americano do pós 11 de setembro, um ícone da cultura popular da guerra ao terror. A personagem possui coragem para enfrentar o terrorismo, é patriota, inteligente, leal e incorruptível, fazendo o que for necessário para proteger os cidadãos de seu país, e é capaz de desrespeitar, inclusive, os protocolos e regras para atingir seu objetivo. No entanto, é frio, calculista e muito pragmático. Diferente de outros heróis mais cômicos, Bauer não apresenta essa característica, talvez porque em tempos de guerra ao terror, o medo e a insegurança inibam a admiração de um herói engraçado. Bauer reflete a atmosfera e os princípios morais de uma fase pessimista da história dos EUA.

Em meio a um clima de medo e desconfiança que envolve os episódios, a sensação

que o espectador tem é que não pode confiar em ninguém, quase todos os personagens podem ser vilões, ou seja, estar envolvidos com os atentados. Segundo Alessandra Stanley (2010), inúmeros agentes secretos apareceram na televisão desde o início de 24 horas. No entanto, nenhum deles foi tão intenso quanto Bauer.

O sucesso da série se traduz também através dos diversos prêmios que recebeu. A série foi indicada para quase 70 prêmios do Emmy Awards, tendo conquistado vinte destes em oito temporadas. Em 2003, venceu Melhor Série Dramática no Globo de Ouro e em 2006, no Emmy Award, o programa venceu Melhor Série Dramática e Kiefer Sutherland venceu o prêmio de Melhor Ator Principal em Série Dramática. Um destaque interessante é que, logo após a exibição dos episódios iniciais da primeira temporada, Kiefer Sutherland venceu o prêmio de Melhor Ator em Série Dramática no Globo de Ouro. Ao longo das temporadas, Sutherland recebeu muitas indicações ao Emmy como melhor ator. A série obteve reconhecimento mundial, Jack Bauer foi uma personagem que penetrou na psique norte-americana, como nenhum outro personagem de televisão dramática o fez (THE FUTON CRITIC, 2010).

As sucessivas temporadas combinaram o formato único e utilizaram novos elementos convincentes, além de convidar talentosos atores e astros para a trama. Além de Kiefer Sutherland, o elenco também contou com Mary Lynn Rajs kub (Chloe O'Brian), Anil Kapoor (Omar Hassan), Annie Wersching (Renee Walker), Katee Sackhoff (Dana Walsh), Mykelti Williamson (Brian Hastings), Freddie Prinze Jr. (Cole Ortiz), Chris Diamantopoulos (Rob Weiss) e John Boyd (Arlo Glass) (THE FUTON CRITIC, 2010). Além disso, ao final da oitava temporada foram produzidos um total de 194 episódios (incluindo o *24: Redemption*), tornando-se a mais longa série de ação da televisão.

A série foi ao ar em 06 de novembro de 2001 e teve seu último episódio em 24 de maio de 2010. É relevante notar que *24 Horas* teve seu primeiro episódio exibido dois meses

após os atentados terroristas de 11 de setembro de 2001 e sua oitava e última temporada foi ao ar pouco tempo após o ataque de Fort Hood, quando um psiquiatra do Exército dos EUA, o major Nidal Hasan atacou esta base no Texas em 05 de novembro de 2009, matando e ferindo diversos soldados. Muçulmano, Hasan buscava vingança contra a atuação norte-americana no Afeganistão. Outro evento que marcou o clima de início da oitava temporada foi o atentado suicida em uma base da CIA no Afeganistão em 31 de dezembro de 2009, que atingiu e matou oito americanos que trabalhavam para a agência, no leste do Afeganistão. Este foi um dos eventos mais traumáticos para a CIA, com mais baixas em 25 anos e o maior atentado contra agentes da inteligência do Afeganistão desde a invasão dos EUA no país após os atentados de 11/09. Conforme se viu, tratava-se de um ambiente sombrio e sério como o da época de estreia da série em 2001.

A primeira temporada possui como foco as eleições presidenciais primárias da Califórnia, em Los Angeles. A sequência do primeiro dia da temporada começa à meia-noite e a trama baseia-se na ameaça de um atentado à vida do candidato à presidência David Palmer. Jack Bauer assume a missão de evitar esse desastre. No contexto, a filha e a esposa de Bauer também se encontram em perigo, sequestradas pelos terroristas. Descobre-se que os terroristas tramam esse assassinato em retaliação ao envolvimento de Jack Bauer e David Palmer em missão do exército norte-americano nos Bálcãs.

Logo no início da primeira temporada, um diálogo apresenta o que se seguiria como temática. Jack Bauer e seu chefe Richard, da CTU, conversam sobre o atentado que ameaça o Senador David Palmer:

Richard: “Talvez haja alguém de dentro envolvido no atentado contra Palmer”. Nas próximas 24 horas quero você 100% nisso. Trabalhe com todos os departamentos.
Jack: “Sou a última pessoa que você iria querer nisto”
Richard: “Eu não concordo”.
Jack: “Conduzi um caso contra três dos nossos agentes e os prendi por corrupção. Se houver uma conspiração na agência, eu não terei como descobrir”.
Richard: “Você terá. Porque só confio em você”... (...) “Não confie em ninguém”, o chefe continua. “Precisamos achar o assassino, Jack. Seja lá como for” (EPISÓDIO 1, PRIMEIRA TEMPORADA, 2001).

Neste breve diálogo o espectador é colocado em um clima de tensão e desconfiança, e promove a ideia de que homens como Bauer eram necessários para proteger os EUA do mal, e que a ameaça era constante e imprevisível.

Na sequência, a trama seque com a explosão de um avião, ação de uma terrorista mulher, o que parece inusitado, mas confirma o clima de imprevisibilidade do terrorismo. Paralelamente, dentro da CTU de Los Angeles, Jack desconfia de todos na agência; além disso, os eventos começam a mostrar ligações. Novas técnicas e novos artifícios terroristas são apresentados, como a cirurgia plástica fácil realizada por um dos vilões terroristas, que consegue uma mudança completa de sua face, o que, de certa forma, alerta o espectador de que há uma ausência de limites de ação do terrorismo.

Esta busca frenética pelo terrorista que ameaça a vida de Palmer no dia das eleições primárias da Califórnia segue junto com o sequestro da filha de Bauer. Em uma corrida contra um suspeito, Jack Bauer encontra-se com uma policial, que pede sua identificação, uma vez que ele não se encontra uniformizado:

Policia Hampton: “CTU, o que é isso?”.

Bauer: “Unidade Antiterrorismo”

Bauer continua: “Esse cara não vai esperar. Atire em mim ou me ajude. Mas decida agora!”(EPISÓDIO 4, PRIMEIRA TEMPORADA, 2001).

Esse diálogo demonstra a necessidade da CTU e da polícia local agirem juntas, coordenadas. Entretanto, o desconhecimento da policial quanto à CTU serve para ressaltar a existência de uma infraestrutura diferenciada, arquitetada a partir da política antiterror depois dos atentados de 11 de Setembro. Adiante, quando a policial aceita ajudar Bauer na busca pelo suspeito, ela chama reforço e Jack diz: “Era melhor não ter chamado reforço. Tiras seguem regras, eu terei que quebrar algumas” (EPISÓDIO 4, PRIMEIRA TEMPORADA, 2001). O que se vê nessa parte da ação é Bauer, profissional especializado da CTU, sendo mais rápido e sagaz do que a policial que fazia a ronda noturna em um bairro perigoso de Los Angeles. A

policial Hampton, que ajudava Bauer, é morta pelo bandido suspeito e Bauer consegue capturá-lo.

No Episódio 5 da Primeira Temporada (entre as 4 e 5 horas da manhã do dia das eleições primárias da Califórnia), o suspeito é preso por ter assassinado a policial e Jack fica impedido de falar com ele. Desconfiando que o bandido possuísse informações importantes sobre o sequestro de sua filha Kim e sobre os atentados à Palmer, Bauer mostra sua persuasão, rapidez, precisão e inteligência ao tentar convencer a polícia local a deixá-lo falar com o bandido detido:

Jack: “Sargento, a policial Hampton, que foi morta hoje, o senhor a conhecia?”.

Sargento: “Sim”.

Jack: “Ela estava me ajudando em um caso federal. Quer que sua morte seja em vão?” (EPISÓDIO 5, PRIMEIRA TEMPORADA, 2001).

E com esse pedido, Bauer consegue convencer o sargento e com isso, falar com o bandido, extraindo informações importantes dele.

Ainda na Primeira Temporada, a filha de Bauer, Kim, é sequestrada. Jack tem consciência de que esse evento possui relação direta com o fato de ele ter sido escolhido para proteger Palmer. Em diálogo com sua esposa, fica evidenciado o drama familiar que ocorre paralelamente à ameaça terrorista. Nele, também se mostra parte da personalidade de Bauer, que no seu íntimo se preocupa muito com a família:

Jack: “Tudo isso está acontecendo por minha causa. Tentei manter um muro entre meu trabalho e minha família, mas ele está ruindo. Agora eu não sei o que fazer”.

Esposa: “O que eles querem de você?”.

Jack: “Eu não sei”.

Esposa: “O que a polícia está fazendo?”.

Jack: “Não posso dizer-lhes sem arriscar Kim (...) Eu prometo que nós a traremos que nós a traremos de volta (...) Eu sinto tanto”

Outro diálogo da mesma Temporada também apresenta a forte relação que ele tenta manter com sua família:

Jack: Sei que nem sempre estive presente quando precisou de mim (...).

Terri: Não precisa fazer isso

Jack: quero que vocês duas saibam que... Estou aqui agora. Amo vocês mais do que qualquer coisa no mundo e prometo que vou tirar as duas daí. Não importa o que aconteça, não desistam. Somos uma família. Vamos superar isso como uma família. Está bem? Não se esqueça de que estou indo buscá-las.

Bauer, além de ser um excelente profissional e um homem extremamente confiável, é apresentado também como um bom pai. Com uma filha rebelde, que logo no início da trama desobedece às ordens dos pais e coloca-se em perigo, Jack Bauer age tentando resolver os problemas do trabalho na CTU de Los Angeles e concomitantemente se preocupa e tenta resolver os problemas relacionados à integridade e segurança de sua família. Um herói completo.

Sendo o terrorismo o argumento central da série, no oitavo episódio da Primeira Temporada uma frase dita por Bauer se torna uma das mais lembradas da trama:

Terroristas estão tramando o assassinato de um candidato presidencial. Minha filha adolescente está desaparecida. E pessoas com quem trabalho talvez estejam envolvidas. Sou o agente federal Jack Bauer. E hoje será o dia mais longo da minha vida.

No episódio nove da primeira temporada, Jack Bauer consegue seu primeiro grande ato heroico, evitando o assassinato de Palmer. É preso, mas consegue fugir. Evidencia-se o ato heroico isolado, individual. Nem mesmo o Estado tinha conhecimento dos problemas que ele tentava evitar. E mesmo se passando por vilão por alguns instantes, o importante era ter protegido Palmer. Em um sistema de segurança falho, não seriam os atos individuais os únicos em condições de evitar grandes desastres?

Ao fugir, Jack desconfiado de que haveria profissionais do CTU envolvidos nos atentados, descobre que tinha razão. O diálogo a seguir mostra esse momento em que ele interroga, ao telefone, Jamey, a colega da CTU que agia junto aos terroristas:

Jack: “O serviço secreto havia me prendido, mas escapei. Onde você está”.

Nina: “Estou na CTU”

Jack: “eles acessaram nossas câmeras”

Nina: “Não se preocupe, descobrimos o traidor. É a Jamey”.

Jack: “Não é possível. Walsh confiava nela”.

Nina: “Ela está bem aqui, e já confessou”.

Jack: “Meu Deus! Ela tinha acesso a tudo. Ela mencionou algo sobre Kim?”.

Nina: “Ela sabe apenas que há um cara chamado Gaines”.

Jack: “o que mais?”.

Nina: “Ela não está cooperando. Ela quer imunidade do Chapelle antes de dizer

qualquer coisa.”.

Jack: “Ela está aí? Coloque-a na linha.”.

Jack: “Sei que Nina e o Tony não entendem o que você está passando, mas você me conhece. Eu não ligo para o protocolo e sou fiel à minha palavra. Se me ajudar a prender Gaines e libertar minha família eu prometo que a livrarei de tudo.”.

Jamey: “Você não tem esse poder”.

Jack: “É claro que eu tenho”.

Atos que colocam em risco a vida de outras pessoas também podem ser vistos. Na corrida contra o tempo para salvar sua esposa e filha, Jack sequestra uma mulher. E ameaça a moça, demonstrando até onde poderia ir para alcançar um bem maior: “Já matei duas pessoas desde a meia-noite e não durmo há 24 horas. Talvez você devesse ter um pouco mais de medo de mim”.

Os diálogos destacados são da primeira temporada, que determinou o formato das temporadas seguintes. Inicialmente era para ser uma série de apenas 13 episódios. Dois fatores mudaram o rumo desta proposta: o sucesso de Kiefer Sutherland, que recebeu um Globo de Ouro pela atuação nos primeiros dez episódios como Jack Bauer; e a significativa audiência dos primeiros episódios. O resultado foi a produção de mais onze episódios e a encomenda da segunda temporada, a partir daí com formato definido: 24 episódios representando 24 horas de um dia de ação e terrorismo. Da Primeira a Oitava Temporadas, todos os episódios tiveram início semelhante: rápidos e envolventes. As temporadas caracterizam-se pelo início forte e por fazer crescer o suspense gradativamente a cada hora da trama.

A segunda temporada, que estreou em 29 de outubro de 2002, ocorre na ficção um ano e meio após o fim dos eventos que marcaram a primeira: a morte de Tery Bauer (esposa de Bauer) e as eleições primárias de David Palmer à presidência dos EUA. A temporada se inicia às 8 horas e trata da ameaça da detonação de uma bomba atômica em Los Angeles. Bauer retorna à CTU após ter que fugir na primeira temporada e tenta impedir a detonação da bomba. Jack Bauer e David Palmer buscam encontrar os responsáveis pela ameaça. A

preocupação central é que esse impasse poderia levar à eclosão de uma guerra entre os EUA e países do Oriente Médio. Adicionado a esses eventos mais importantes, outras questões são abordadas no decorrer dessas 24 horas: um atentado contra as CTU; existência de traidores dentro do Governo de David Palmer; e o sacrifício de George Mason para destruir a bomba atômica. O final é dramático e pessimista, quando mais um atentado contra a vida de David Palmer acontece, apesar de Bauer ter impedido um guerra.

A terceira temporada, lançada em 28 de outubro de 2003, inicia-se, na ficção, às 13hs em Los Angeles, três anos após o fim dos eventos finais da segunda temporada. A trama principal se passa torno da ameaça de um vírus mortal prestes a ser lançado no EUA. Jack Bauer vicia-se em heroína, resultado de uma missão em que teve que se infiltrar disfarçado em um Cartel Mexicano. No decorrer dos episódios, Bauer retorna ao Cartel para encontrar o vírus e impedir a disseminação deste. Quem detém o vírus é Stephen Saunders, ex-agente e colega de Bauer na Operação Nightfall, que se torna um terrorista disposto à vingança após ser abandonado em território inimigo. Bauer e Palmer tentam cooperar com ele para evitar um desastre maior. Em meio a esses eventos, o Presidente David Palmer enfrenta problemas durante sua campanha de reeleição. Por fim, Jack evita o ataque do vírus mortal e diferente das primeiras duas temporadas, a temporada termina mais otimista.

A quarta temporada estreou em 09 de janeiro de 2005, ambientada também em Los Angeles, um ano em meio após a ameaça de terrorismo biológico da temporada anterior. Inicia-se as 7 horas e termina no mesmo horário da manhã seguinte, 24 episódios depois (o último desta temporada foi ao ar em 23 de maio de 2005). O principal problema enfrentado por Bauer são atentados terroristas realizados por um grupo árabe contra usinas nucleares. Os atentados são também, e mais uma vez, direcionados à vida do presidente dos EUA. O sequestro do secretário de Defesa James Heller e de sua filha Audrey Raines por terroristas são outro desafio de Bauer. Esses terroristas realizam outros ataques nos EUA e Bauer tenta

impedí-los, com métodos não muito convencionais. Mostrando um pouco de normalidade, Jack se envolve romanticamente com Raines. Nessa temporada, o medo do roubo de uma ogiva nuclear percorre os episódios. Chineses procuram por Bauer, que para fugir, simula sua própria morte.

A quinta temporada começa em 15 de janeiro de 2006, na ficção, às 7 horas da manhã em Los Angeles, um ano e meio após os acontecimentos com Bauer e os Chineses na quarta temporada. Seu último episódio, que ocorre na trama, 24 horas depois, vai ao ar em 26 de maio de 2006. Devido aos eventos da quarta temporada, muitos acreditam que Jack Bauer estava realmente morto. Ele não consegue continuar com a mentira e aparece para se defender quando alguns amigos, inclusive David Palmer, são assassinados e Bauer, considerado culpado. A parte central do enredo trata de terroristas que tentam roubar um gás neurotóxico e ironicamente, há envolvimento do próprio governo dos EUA, em especial do Presidente eleito Charles Logan, com a finalidade de proteger interesses norte-americanos com relação ao petróleo na Ásia. Paralelamente, um acordo de cooperação de combate ao terrorismo é assinado entre Logan e o presidente russo, Yuri Suvarov. Outras questões aparecem durante a trama, como o assassinato de Tony Almeida, um dos colegas de Bauer da CTU, um ataque com Sentox VX-1 (um gás nervoso) na mesma instituição, após roubo de uma carga de armas químicas. A CTU é incorporada à *Agency of Homeland Securit*. Devido à traição de Logan, Bauer consegue desmascará-lo e consegue por fim à conspiração liderada pelo então presidente. Outro evento importante é o sequestro de um submarino militar por um terrorista russo, Vladimir Bierko. A temporada termina com Jack Bauer sendo capturado pelos chineses, que estavam buscando por ele desde a quarta temporada.

A sexta temporada estreou em 14 de janeiro de 2007, começando as 6 horas da manhã em Los Angeles, exatos vinte meses após o sequestro de Bauer pelos chineses. O episódio de número 24 vai ao ar em 21 de maio de 2007. No início da temporada vários atentados

começam a ocorrer nos EUA e, para acabar com os ataques, que tem Hamri Al-Assad como responsável, a CTU tenta negociar com outro terrorista, Abu Fayed. Essa negociação envolve entregar Jack Bauer à Fayed em troca da localização do terrorista Al-Assad. A Presidência dos EUA está nas mãos do irmão do falecido presidente David Palmer, Wayne Palmer, que tenta negociar com o governo chinês a entrega de Bauer aos EUA com a finalidade descrita. Bauer retorna, bastante perturbado, após os meses de tortura em prisão na China. A trama é dedicada à tentativa de Bauer salvar sua própria vida e não somente da contenção de ações terroristas, que embora não sejam o foco da temporada, continuam acontecendo em todo o país. Fayed alega à CTU que gostaria de se vingar de Bauer pela morte de seu irmão. No entanto, os planos de Jack mudam quando ele descobre que Fayed é o verdadeiro responsável pelos ataques e que Hamri Al-Assad não é mais um terrorista. Bauer tenta salvá-lo e juntos correm contra o tempo para encontrar Fayed, que é possuidor de armas letais que ameaçam o país.

A sétima temporada sofreu atraso de um ano devido à greve dos roteiristas dos EUA entre 2007 e 2008. Todavia, para ligar a sexta e a sétima temporadas, a Fox produziu um filme para televisão com duas de duração. *24: Redemption*, foi ao ar em 23 de novembro de 2008 e parte da filmagem ocorreu na África do Sul. A trama se passa na África, em Sangala (fictício país africano), mais de três anos e meio após o fim dos acontecimentos da sexta temporada. Jack se encontra em fuga no continente africano por estar sendo acusado e procurado nos EUA por práticas de tortura enquanto agente da CTU. Lá ele busca um lugar para ficar em paz, trabalhando com um amigo chamado Carl Benton em uma missão humanitária. No entanto, Sangala enfrenta um golpe militar e Bauer, mais uma vez se envolve no conflito entre “moços e bandidos”, tentando deter o General Juma e evitar o recrutamento de crianças para sua milícia no movimento insurgente. Tudo acontece no dia em que a Presidente dos EUA toma posse após vencer as eleições. A trama se passa em tempo real e cobre duas horas no

horário de Sangala, das 15 às 17 horas.

A sétima temporada foi ao ar em 11 de janeiro de 2009 e na ficção, começa sessenta e cinco dias após os eventos na África. Ambientada em Washington D.C., a temporada começa às 8 horas da manhã, e seguindo o mesmo padrão das temporadas anteriores, com 24 episódios. Jack é julgado pelo governo americano por suas ações do passado. Nesta temporada, a CTU é desativada, não se tratando mais de uma agência governamental. No entanto, o julgamento é interrompido pelo FBI que retira Bauer do julgamento por uma causa maior: Tony Almeida (antigo colega da CTU, dado como morto) reaparece e ameaça atacar a rede de segurança que controla a infra-estrutura do país. Bauer, a agente Renee Walker junto com outros dois agentes do FBI buscam impedir Tony. Ao mesmo tempo, a Presidente Allison Taylor enfrenta, além do iminente ataque, a situação do sequestro do ex-Primeiro Ministro de Sangala, país africano palco de Redemption, e sua esposa em viagem nos EUA. Esse sequestro está ligado com o problema enfrentado por Bauer meses antes na África. Bauer descobre que os ataques nos EUA, inclusive com armas biológicas, possuem relação com o General Juma. Explosões e mortes de pessoas inocentes aparecem nessa temporada.

A oitava e última temporada estreou em 17 de janeiro de 2010, um ano e meio após a crise da penúltima temporada. Foram seis dias em Los Angeles, um em Washington e outro em Sengala na África. Essa temporada, agora, é ambientada em Nova York, a cidade que se tornou o maior símbolo dos ataques de 2001. Como usual os eventos começam às 16 horas e terminam 24 horas depois. A temática da temporada mantém, como as outras, a questão do terrorismo. Jack Bauer, sua filha e neta retornam para Los Angeles, quando ele recebe um chamado da CTU, que tendo voltado a funcionar, investiga uma ameaça de atentado contra a vida de um governante moderado do Irã, Omar Hassan, prestes a assinar um acordo na Organização das Nações Unidas (ONU) com a Presidente dos EUA, Allison Taylor. Este acordo desarmamento nuclear corre o risco de não ocorrer quando terroristas islâmicos,

insatisfeitos com a cooperação entre Irã e EUA, promovem planos para matar Hassan e bombardear Nova York. Jack Bauer estava aposentado, depois de tantas temporadas de ação e terrorismo, planejando voltar para Califórnia com sua filha e neta; contudo, não resiste a mais essa chamada ao dever. Decisão que envolvia as duas coisas que ele mais preservava: a família e o dever de proteger o Estado. O dever sempre vence, é o que tinha que ser feito.

Stanley (2010) ressalta que em um universo de agentes especiais, Bauer é o mais completo de todos. Programas policiais; programas de medicina e dramas de tribunais são sempre populares, pois, de alguma forma, os espectadores normalmente já tiveram alguma experiência direta relacionada a esses fatos. O assunto espionagem é intrigante e normalmente aparece em momentos de grande ansiedade e medo acerca de assuntos mundiais.

Conforme lembra Stanley (2010), nos anos 1960, em plena Guerra Fria, diversos programas e filmes foram inspirados pelo maior temor da época: aniquilação nuclear. *I Spy*, *The Man from UNCLE* e paródias (mostrando agentes incompetentes) como *Get Smart* foram exemplos disso. Na década de 1970, a produção de espionagem foi mais escassa; *MacGyver* (1985-1992) apresentou um ex-agente das Forças especiais; *La Femme Nikita* (1997-2001) baseado em um filme francês de espionagem. Hoje, contos antiterroristas estão em alta. Isso não significa que a violência mudou; a maneira de apresentar essa violência é que é mais tecnológica, com mais efeitos especiais, o que torna a produção mais realística. Os heróis são alegres e invulneráveis, primorosos, capazes de defender a civilização ocidental contra conspirações de ameaça global. (STANLEY, 2010).

24 Horas não é conhecida pela plausibilidade, mas tenta manter uma série de eventos atuais. Peter Rice (apud The FUTON CRITIC, 2010), presidente da *Entertainment Fox Networks Group* aponta que *24 Horas* criou um dos ícones de ação mais admirados da história da televisão. Além disso, é importante lembrar que os filmes preferidos nos EUA e no mundo são os de aventura, com muitos efeitos especiais, com explosões, carros correndo e pessoas

voando pelos ares (TOTA, 2009, p. 266). Ações impossíveis (ou quase) mas totalmente reais nas telas. Pensando nisso, *24 Horas* era o programa certo, na hora certa.

De acordo com Stanley (2010), após o sucesso inicial obtido por *24 Horas* em 2001 outras séries similares passaram a ser produzidas, sem no entanto alcançaram o público que Bauer conseguiu. *Sleeper Cell*, uma série da Showtime sobre um agente do FBI disfarçado que se infiltra em uma célula terrorista, teve apenas duas temporadas. *The Unit*, da CBS, conseguiu quatro temporadas, mas perdeu audiência logo. *Alias*, um drama da ABC, que inclusive havia começado meses antes de *24 Horas*, durou apenas cinco temporadas. Nesse rol de séries de pouca duração, somente *24 Horas* ficou mais tempo no ar. A inovação do tempo real, da contagem regressiva ao longo dos episódios foi uma fórmula que deu certo. Elementos permanecem em todas as temporadas: terrorismo, contra-terrorismo, cidadãos inocentes, dilemas presidenciais e Jack Bauer tornaram-se indispensáveis em todos os episódios.

Conforme nota Stanley (2010), até os gráficos interticiais da série, os painéis multi-tela que se justapõem em diferentes partes com sons ameaçadores da contagem regressiva, tornaram-se clichês. Exemplo disso foi quando a organização Keep America Safe, criada por Liz Cheney, utilizava os gráficos de *24 Horas* em um anúncio de resposta ao governo Obama (sobre uma tentativa de atentado no dia do Natal).

Stanley acredita que *24 Horas* hoje tenha perdido o elemento surpresa, mas mesmo assim a série ainda é sedutora e oferece algo que poucas ou nenhuma outra série sobre contraterrorismo fazem: um retrato terrível mas redondor do terrorismo, uma abordagem quase reconfortante. O terror existe, assusta e tem impactos generalizados, mas no final tudo dá certo, pois há de existir um Jack Bauer.

Após discorrer sobre o conteúdo das temporadas, é possível apresentar a relação de inimigos que aparecem nos episódios da seguinte forma:

Tabela 1 - Os inimigos de Jack Bauer

Temporada	Estreia nos EUA	Local/ Hora de início da trama	Inimigos e armas preocupantes
Primeira Temporada	06/11/2001	Los Angeles/ 0h	Origem dos Terroristas: Balcãs Ameaças ao Presidente dos EUA
Segunda Temporada	29/10/2002	Los Angeles/ 8hs	Origem dos Terroristas: Oriente Médio Ameaça: bombas nucleares roubadas da Rússia. Problema: levar EUA à Guerra com países do Oriente Médio
Terceira Temporada	28/10/2003	Los Angeles Parte no México)/ 13hs	Terrorismo Biológico – vírus mortal Envolvimento: Cartel Mexicano
Quarta Temporada	09/01/2005	Los Angeles/ 7hs	Origem dos Terroristas: Grupo Árabe Ameaças: Ogivas Nucleares; atentados contra usinas nucleares e também ao Presidente dos EUA.
Quinta Temporada	15/01/2006	Los Angeles/ 7hs	Origem dos Terroristas: Rússia Ameaça: Armas Químicas; Gás Neurotóxico (Sentox VX-1). Envolvimento: chineses
Sexta	14/01/2007	Los Angeles/	Origem dos Terroristas: Oriente Médio

Temporada		6hs	Ameaças: Bombas pequenas com alto poder de destruição
24: Redemption (Filme para televisão)	23/11/2008	“Sengala” - África/ 15hs-17hs (Horário Sengala)	Origem do problema: países do 3o mundo – nações pobres e instáveis Ameaças à democracia (golpe de Estado), aos Direitos Humanos e problema com a instabilidade do mundo subdesenvolvido. Preocupação com países totalitários.
Sétima Temporada	11/01/2009	Washington D. C./ 8hs	Origem dos Terroristas: África Ameaça à rede de segurança dos EUA – rede computadores Também envolve ameaças com armas biológicas e bombas poderosas.
Oitava Temporada	17/01/2010	Nova York/ 16hs	Origem dos Terroristas: Oriente Médio/ Islã Ameaças de atentados contra chefes de Estado em negociação com os EUA e também bombardeios em Nova York.

Fonte: Tabela elaborada pela autora.

As tabelas a seguir apresentam as principais preocupações norte-americanas com relação à armas e inimigos ao redor do mundo, durante a década de 1990 e após 2001.

Tabela 2 - Armas mais preocupantes nos EUA

	Década 1990	Após 2001
Armas mais preocupantes	Armas de Destruição em Massa (ADM): Armas nucleares;	Armas de Destruição em Massa (ADM): Armas nucleares; Armas Químicas; Armas Biológicas. Destaques: Antraz, Gás Nervoso, “maletas nucleares”.

Fonte: Tabela elaborada pela autora.

Tabela 3 - Maiores ameaças aos EUA e o nível de preocupação na década de 1990 e após 2001

	Nível de Preocupação com a ameaça	Nível de Preocupação com a ameaça
Ameaça	Década 1990	A partir de 2001
Estatal: Rússia e ex-satélites soviéticos; China.	Alta	Alta
Rogue States: Iraque, Irã e Coreia do Norte, Líbia, Síria e Cuba.	Alta	Muito alta “Eixo do Mal”: Irã, Iraque e Coreia do Norte.
Estados-falidos: Somália, Afeganistão, Sudão, Libéria, entre outros.	Alta	Muito alta
Atores não-estatais: grupos guerrilheiros e terroristas; crime organizado.	Secundária	Muito alta

Fonte: Tabela elaborada pela autora.

Considerando o conteúdo das tabelas acima, é possível observar algumas convergências. Em 2001, na primeira temporada da série, os terroristas são originários dos Balcãs, ou seja, uma ameaça Estatal relacionada aos ex-satélites soviéticos, ainda altamente preocupante na política de segurança dos EUA. Em 2002, na segunda temporada, percebe-se que os inimigos são claramente classificados como originários do Oriente Médio, onde se encaixam os países que encabeçam, desde a década de 1990 e principalmente após os atentados de 11/09, a lista de *Rogue States*. São eles que após 2001 tornam-se o Eixo do Mal. A segunda temporada aborda a possibilidade de uma guerra dos EUA contra esses países e o envolvimento de armas nucleares, uma das principais preocupações do pós 11 de setembro e abordagem da Doutrina Bush, já no seu auge em 2002 e elaboração da NSS 2002.

A terceira temporada, em 2003, apresenta uma nova preocupação: o terrorismo biológico, tendo como inimigos centrais atores não estatais, que, conforme se observa, recebe atenção ampliada após os atentados de 11/09 e os ataques com Antraz no mesmo ano. É bom lembrar que em 2003 os EUA iniciam a intervenção no Iraque, o que aumenta ainda mais a preocupação com possíveis ataques não muito convencionais tendo em vista o crescimento do antiamericanismo no mundo árabe.

Em 2005, a quarta temporada traz mais uma vez um inimigo oriundo dos *Rogue States*, quando um Grupo Árabe em posse de ogivas nucleares, ameaça realizar atentados contra usinas nucleares norte-americanas e contra a vida do Presidente. Em pesquisa de opinião pública realizada em 2005 sobre a percepção dos americanos com relação aos Estados que mais ameaçam os EUA, os mais citados foram Irã, Coreia do Norte, Iraque, Cuba e Síria (TOTMAN, 2009, p. 49). O que vai de encontro com o observado na série.

Em 2006, a quinta temporada lembra a ameaça russa e inclui armas químicas, em especial um gás neurotóxico, incluídos como altamente preocupantes ADM. Chineses também aparecem como uma ameaça nesta temporada e se mantêm na próxima como os vilões que

sequestram e torturam o herói americano. A insegurança com países comunistas ainda permeia o imaginário popular.

Na sexta temporada, em 2007, os terroristas são originários do Oriente Médio, ameaça que nunca desaparece da preocupação dos EUA. Destaque para o Irã, que se torna o *Rogue State* mais temido nos EUA. Nessa temporada, Jack Bauer dedica-se boa parte em salvar a própria vida, e, portanto, voltam as armas mais comuns em ação: pequenas e poderosas bombas em diversos ataques no país.

24: Redemption, em 2008, traz um novo inimigo para Bauer, mas não tão novo para a segurança dos EUA: países do terceiro mundo, subdesenvolvidos, palcos de instabilidade política, social e econômica. “Sengala” é um país fictício, mas poderia representar a realidade de muito dos países africanos, que após golpe de Estado, torna-se um país totalitário, agressor dos direitos humanos e berço para a proliferação do crime organizado e grupos terroristas. Duas grandes preocupações conhecidas: ameaça a valores democráticos e liberais; e criadouros do terceiro mundo de ameaças não-estatais perigosas e imprevisíveis.

Em 2009, a sétima temporada dedica-se ainda ao terrorismo de origem africana. Além disso, uma nova ameaça, não convencional, aparece e tenta invadir os computadores americanos e prejudicar a rede de segurança dos EUA. Essa infraestrutura ameaçada vinha sendo desenhada desde o trauma e a vulnerabilidade enfrentados em 2001. Na última temporada, exibida em 2010, uma surpresa: a única ambientada em Nova York e abordando o mais sugestivo dos inimigos americanos: *Rogue States*, mais especificamente, terroristas originários do Oriente Médio, ameaçando atacar a cidade símbolo do 11/09. A oitava temporada fechou o ciclo iniciado em 2001.

3.3 O Conservadorismo em *24 Horas*?

A polêmica da série concentra-se na forma como Jack Bauer administra e elimina as

ameaças terroristas. Trata-se de um dilema da urgência de evitar os planos terroristas que ameaçam o país versus direitos constitucionais. Por um lado, é possível enxergar as ações de Bauer através de uma visão política conservadora, em que a tortura é admissível contra inimigos que estão ameaçando muitas pessoas. Por outro lado, os esforços de Bauer para salvar o país e o maior número de pessoas possível, podem ser entendidos como medidas nem tanto conservadoras, uma vez que ele nunca visa agradar interesses políticos e não exita em descumprir ordens de seus superiores (ANAZ, 2008)

Então, pode um esquerdista amar 24 Horas? Steven Rubio (2008) argumenta que Jack Bauer e suas técnicas de tortura poderiam ter sido criticados por liberais mais esquerdistas, considerando que seu perfil analisado politicamente, o coloca do lado mais conservador. John Wayne e Clint Eastwood, famosos por interpretarem heróis tipicamente conservadores, reacionários, encabeçam a lista dos “direitistas”. No entanto, Steven Segal, em *Above the Law*, interpretou um “*bad guy*”, mas que se torna também um herói. Então, na verdade, tanto Wayne quanto Segal, a despeito de suas características políticas, terminam naqueles filmes reforçando valores inerentes a esse tipo de aventura cinematográfica.

Rubio (2008, p. 20) aponta que se a sociedade quer um “salvador”, para resolver problemas impossíveis e defender a coletividade, tornando o mundo um lugar mais seguro, são válidos tanto heróis como Segal quanto como Wayne. Quer dizer, a exaltação de um super-herói pode estar tanto em filmes “liberais” quanto em filmes “conservadores”. O que chama realmente a atenção é a validade do individualismo heroico, que serve em ambas as opções.

É importante lembrar aqui que o termo individualismo é muito associado a um contexto americano mais conservador; enquanto o termo coletivismo, à América liberal. De qualquer forma, ações individuais que salvem a pátria são válidas em qualquer dimensão político-ideológica.

Muitas pessoas gostam de assistir Jack Bauer e, muitos deles, sem remorso algum. Mesmo os mais liberais, conscientes da natureza conservadora da série, podem admirar o herói. Rubio (2008, p. 21) argumenta que essa reação ocorre simplesmente como decorrência da preocupação com o que é considerado errado. E quando se trata de ameaça do terrorismo, essencialmente logo após os atentados de 2001, liberais e conservadores pareciam uma única voz.

É claro que as torturas apresentadas na série pareciam impactar os mais liberais; no entanto, nem assim *24 Horas* perdeu audiência. Fãs, liberais ou conservadores parecem ter preferido ignorar a dimensão das torturas (e das questões morais vinculadas a ela) e libertaram-se simplesmente para admirar as aventuras de Bauer. Rubio (2008, p. 26) aponta algumas razões pelas quais isso foi possível: uma delas, por ter sido uma série grandiosa no que se refere a efeitos especiais e imagens; outra é que não há consequências emocionais em Bauer.

O espectador é levado muitas vezes a acreditar que Jack Bauer sofre interiormente após cometer ações extremas, matar pessoas, torturá-las, mesmo que em prol de uma causa, a proteção do Estado de inimigos mortais. Ao final da terceira temporada, Jack Bauer enfim cai em lágrimas, demonstrando tamanho estresse após horas de tensão. No entanto, em instantes ele se recompõe e volta ao trabalho, pronto para outra missão. Nas palavras de Rubio (2008, p. 27): “*Back to work. Twenty months of torture? No problem. Wife murdered? Kill the killer and move on. Jack just keeps on ticking*”.

Nesse sentido, não importa a visão política do espectador. O fator relevante em *24 Horas* não se refere à política ou tortura, à direita ou esquerda. Trata da valorização de um heroísmo individualista; Bauer termina como herói, com certeza. Ao assistir, todos torcem pelo sucesso de suas ações. O que se percebe é que o êxito da série também encontra explicações quando se analisa com cuidado o estado emocional dos americanos à época. A

busca por respostas e soluções era inevitável. Qualquer herói que se arriscasse como Bauer para proteger a América (e o mundo) era bem-vindo. E o sucesso perdurou. Foram oito temporadas, diversos prêmios, grande audiência.

As características de Bauer fizeram dele uma das personagens mais lembradas do Governo de George W. Bush. Mas mesmo como fim do governo republicano, o terrorismo ainda aparece como uma ameaça no governo democrata de Obama e Bauer ainda pode ser considerado um herói americano por lutar contra terroristas que ameacem o modo de vida e os valores ocidentais em qualquer contexto político dos EUA.

Como é a personalidade de Jack Bauer? Ao longo das temporadas, pôde-se traçar um claro perfil dele. Primeiramente, Jack possui fortes valores familiares. Ele sempre tenta justificar sua vocação e suas ações tendo como referência sua família, mesmo quando está no meio de uma ação para conter um plano terrorista; ele encontra tempo para falar com a esposa, a filha, o pai. De acordo com Patterson (2008, p. 32), *24 Horas* não é simplesmente uma série sobre terrorismo; é acima de tudo um drama familiar. No início da primeira temporada, por exemplo, quando Bauer é apresentado ao público pela primeira vez, ele está em meio a uma discussão familiar, com sua filha e esposa, tentando uma conversa para unir a família, já que sua filha se encontrava em uma fase difícil. Na segunda e terceira temporadas, Jack aparece tentando manter contato com sua filha enquanto tenta evitar um plano terrorista que iria ferir milhares de pessoas.

Outra característica importante é que Jack Bauer é extremamente comprometido com seu país. Ele trabalha numa agência antiterrorista de Los Angeles (CTU), uma instituição que reporta suas ações diretamente ao presidente dos EUA. Ele trabalha para proteger o governo e o povo americano. Seu relacionamento se estende também aos colegas da CTU (Tony, Michelle, Chloe e Curtis são considerados amigos por ele). Além disso, ele admira qualquer pessoa que se mostre empenhado em proteger os EUA. Uma das relações que mais marcam a

série é sua amizade com o Senador Palmer, que se torna Presidente dos EUA no decorrer da trama.

Segundo Patterson (2008, p. 33), a devoção de Bauer pelos EUA é notável. Ele é capaz de punir até amigos caso coloquem em risco a segurança da CTU ou do país. Não há limites na desconfiança dele. O trabalho de Bauer é proteger tudo e todos contra qualquer mal. Ele sempre tenta um equilíbrio em ser marido, pai, amante, amigo e leal ao seu país. Em diversos momentos pode-se entender Jack Bauer como típico utilitarista: busca o melhor para um maior número de pessoas. Apesar de sempre tentar manter um equilíbrio de comprometimento com sua família e com seu país, nem sempre é possível proteger aqueles que ele ama. Mas seu utilitarismo sempre aparece, quando ele revela que grandes sacrifícios são válidos para um bem maior, o de destruir planos terroristas. É claro que quando ele sacrifica amigos ou familiares por um bem maior (porque a situação fugiu ao seu controle), ele sofre internamente, sua “própria tortura”.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Concluir esse trabalho parece uma tarefa difícil, considerando que ao relacionar mídia, política e EUA, abrem-se muitos flancos de indagação e curiosidade. No entanto, esta pesquisa consegue sugerir algumas questões importantes. É bastante motivador tentar encontrar uma explicação que mostre quem vem primeiro, a mídia ou a política; ou qual foi o elemento desencadeador de uma determinada participação midiática em questões importantes na política doméstica e internacional.

Em primeiro lugar, devem-se destacar dois fatos importantes: o poder americano e a existência de uma forte (talvez a mais importante) indústria do entretenimento do mundo. Em segundo lugar, o fato de que a mídia não é e nem nunca foi totalmente descolada de fatos políticos e sociais. A mídia é criada para uma sociedade (nacional ou internacional), seu conteúdo visa atender a certa demanda, a certo tema. Da mesma forma, ela também precisa sobreviver, ou seja, a audiência é o que a mantém funcionando. Informando ou entretendo, a mídia busca um público, busca ser ouvida ou vista. E por isso, buscará temas de interesse público, sejam fantasias ou ficções ou conteúdos históricos e sociais. Na verdade, ela está relacionada à vida política de uma sociedade, é construída e atende a essa sociedade. É possível dizer que é o reflexo de uma sociedade, de uma identidade cultural. E nos EUA, trata-se de um fenômeno de dimensão peculiar. Senão, como explicar filmes, documentários e produções que relatam fenômenos históricos estando vivendo ou mesmo lembrando-os?.

Quem veio antes, a Doutrina Bush ou a *Série 24 Horas*? Com certeza, essa não era uma questão difícil de responder e nem foi por ela que se elaborou esse trabalho. Verificando o processo da formulação da política de segurança dos EUA, consegue-se verificar as tendências políticas que vinham desde o início da década de 1980, com Reagan. Então, a resposta é que a Doutrina já estava quase formulada, ela somente encontrou espaço para ser mais bem articulada e por fim, legitimada. Já os produtores de *24 Horas*, mesmo sem saber

que os atentados ocorreriam, já haviam idealizado a temática que iria ser cheia de ação, efeitos tecnológicos e contaria com um herói.

Com os ataques de 11 de setembro, a Série encontrou espaço também para tratar com mais ênfase de um fenômeno pelo qual as pessoas estavam interessadas, por conta do clima traumático e de medo instaurado após a crise de 2001. E coincidentemente ou não, *24 Horas* teve seu capítulo de estreia pouco tempo depois de 11/09 e desde o primeiro episódio, deixou bem claro que iria abordar a questão do terrorismo. Audiência haveria, basta verificar as pesquisas de opinião pública antes e depois dos ataques. Os americanos buscaram falar, ouvir e entender sobre o terrorismo por meio de todas as formas disponíveis de comunicação. A Série foi um instrumento que aliou o debate sobre um tema de interesse nacional com enorme entretenimento e efeitos especiais.

Pensar que um produto de mídia possa ser resultado de um contexto histórico é fato. Na mitologia do comunismo as explicações são mais simples e mais visíveis. Consegue-se verificar muitos filmes e séries de televisão que retratavam o anticomunismo de forma explícita. Muitos eram até financiados pelo governo para servir a tal fim. *Soft-power?* Com certeza. E agora? Com a globalização e outros fenômenos?

O terrorismo não é inimigo de classe. Em um contexto pós-Guerra Fria, há vários inimigos. A questão do inimigo é algo tradicional na política norte-americana, costumeiramente abordado pelo cinema e a televisão em períodos marcantes do país. Com o terrorismo, o cinema e também a televisão se engajaram ainda mais intensamente. Relatos e discursos apresentados no texto demonstram, comparativamente, que os ataques em Pearl Harbor não foram tão “graves” quanto os ataques às Torres Gêmeas e ao Pentágono. Por qual razão? Em Pearl Harbor, conhecia-se o inimigo, o endereço de retaliação era claro. Os ataques de 11/09 vieram de um inimigo desconhecido, e mesmo após a declaração de autoria da Al Qaeda, a insegurança pelo desconhecido ainda imperava. A Doutrina Bush tentou resolver

isso. Encontrou culpados estatais e foi à guerra.

Então se compreende o impacto que os ataques tiveram na sociedade norte-americana. Além de físico, o trauma tornou-se psicológico, o que ainda pode ser mais difícil de tratar. A novidade e a dimensão dos ataques impuseram um único tema a ser tratado durante muito tempo: terrorismo, causas, consequências e formas de combate. O governo só tratava disso, assim como os americanos e a mídia.

O texto procurou mostrar que nos meses que seguiram aos ataques, o maior e talvez único interesse nas discussões relacionava-se ao terrorismo. Canais de televisão mudaram seus conteúdos originais para se adaptar e seguir as discussões e debates acerca do problema. A mídia impressa fez o mesmo. E na sequência, séries de televisão foram criadas abordando tema. *24 Horas* foi a série que retratou o terrorismo de forma mais dramática. Para alguns psicólogos, assistir *24 Horas* era uma forma de enfrentar o problema, de se familiarizar com ele. Em certa medida, Jack Bauer proporcionou um tratamento psicológico ao trauma americano. Esse fenômeno não ocorreu somente nos EUA. Algumas pesquisas mostram que o trauma e o medo também foram significativos em outros países, em particular na Europa.

Cinema e televisão influenciam na construção de políticas ou as refletem? Na verdade, ambas as coisas. Em alguns momentos são construídos para se atingir algum objetivo político, mudar a opinião da sociedade. Os períodos da Primeira e Segunda Guerras Mundiais, assim como a Guerra Fria traduzem melhor essa utilização. Em outros momentos, essa relação não é direta. No ambiente pós Guerra Fria, com a intensificação do fenômeno da globalização e a emergência de outros atores, esse vínculo não ocorre da mesma maneira. Muitas vezes, a mídia reflete uma política ou a situação em que se está vivendo, podendo ajudar ou não o governo. No caso do terrorismo, o governo de George W. Bush almejava aprovar um pacote de medidas extremas de combate; a população só falava nisso e exigia uma solução; a mídia retratava isso. Neste contexto, a mídia serviu ao governo, mesmo sem intenção de fazê-lo

diretamente. E o tratamento diário do terrorismo nos meses (e até anos) que se seguiram aos ataques ajudou a manter um clima de medo e insegurança. Ambiente que foi importante para a legitimação da Doutrina Bush.

Por isso, neste trabalho não se buscou estabelecer relações diretas da série *24 Horas* com a formulação da Doutrina, mas sim evidenciar que foram fenômenos que ocorreram juntos e em longo prazo foram se influenciando mutuamente. Um clima paranoico: na ficção *24 Horas* lembrava os americanos do medo do terror; na realidade a Doutrina Bush, com Guerras no Afeganistão, no Iraque e a introdução de mecanismos extremos de vigília e atenção no cotidiano da população.

Além disso, o papel de “salvador” é um elemento que diz muito da identidade cultural americana. Nesse sentido, heróis sempre existiram na história dos EUA. Televisão e Cinema criaram vários deles, muitos com claro conteúdo político. Conteúdo político que é um reflexo da identidade latente no país. *Superman*, *Spider-Man*, Steven Seagal, John Wayne, Clint Eastwood e Jack Bauer. Todos encontraram um contexto para atuar.

Com isso, saber quem vem primeiro não é mais relevante, já que mídia e política acontecem juntas. Causa ou efeito? O resultado é o mesmo. Como medir a influência dos meios de comunicação? A audiência pode ser uma saída. E por esse critério, *24 Horas* fez sucesso. Os prêmios que recebeu provam isso.

O cinema, a televisão e a cultura de modo geral são importantes no debate das relações internacionais. Hollywood, por exemplo, agiu, muitas vezes, em concordância com o Governo dos EUA, em especial durante a Segunda Guerra Mundial e Guerra Fria. Muitos cineastas, roteiristas, produtores e políticos viam nos filmes e nos programas de televisão uma maneira de apresentar ao espectador uma determinada visão dos fatos, que poderia conduzir a opinião pública para um ou outro lado. No ambiente pós-Guerra Fria, mudam-se os temores e também as temáticas de preocupação dos Estados, e o terrorismo torna-se assunto corrente

nos *mass media* existentes. Apesar de ser independente e privada, a indústria de entretenimento norte-americana é um grande negócio que envolve grandes valores em dinheiro. E o governo, mesmo sem ser dono das filmagens, dos atores e dos enredos, às vezes encontra na mídia um grande apoio, um instrumento capaz de auxiliar na formulação, elaboração e aceitação de suas políticas.

Assim, refletir sobre a relação entre esses instrumentos de mídia e a política doméstica e internacional torna-se essencial para compreensão desse mundo repleto de novos desafios e problemas e em que os canais de comunicação se tornaram não mais coadjuvantes, mas protagonistas nas análises das relações internacionais e da ciência política.

Quando o homem percebe diferenças e semelhanças entre a sua comunidade e as demais, ele toma consciência de si mesmo como indivíduo que pertence a uma cultura. Nesse contexto, os veículos de comunicação desempenham um papel fundamental na formação e afirmação das identidades culturais.

Filmes, programas de televisão e outros produtos midiáticos refletem os valores, crenças e comportamentos da cultura da sociedade que os originaram, o que permite entendê-los como instrumento de análise dos valores e crenças predominantes em determinada cultura nacional. Trata-se de um complexo cultural que organiza e difunde comportamentos, percepções, sentimentos, ideários e valores.

De fato, a indústria cultural, em especial a indústria cinematográfica norte-americana, pode ser reconhecida como poderosas armas de influência e controle das ideias. Sendo assim, é possível dizer que, com o cinema, o espectador vê e escuta exatamente o que a Câmera e o microfone registram. E a referência cultural desempenha papel importante nos processos pessoais, grupais, comunitários, sociais, nacionais e internacionais de entendimento, desentendimento e negociação.

O modo de vida de todas as sociedades define e sustenta as opções intelectuais,

ideológicas ou mentais que operam as decisões tanto no âmbito de política interna quanto da política externa. Então, o modo de vida de um povo pode ser entendido como um elemento identificador de uma comunidade. Por isso, a política antiterrorista radical e unilateral de Bush possivelmente não teria encontrado meios de aceitação e aprovação, nem do Congresso dos EUA e nem da opinião pública doméstica e internacional, caso o modo de vida americano não tivesse sido tão impactado pelo terrorismo. Um clima de exceção foi estabelecido, onde se podia tudo, até a tortura e a privação das liberdades individuais, desde que se promettesse a segurança de volta.

No tocante à perspectiva da *agenda-setting* tratada no trabalho, ela não implica necessariamente na análise de uma forte participação política nas decisões de política externa ou interna. Às vezes, questões domésticas ou que envolvam o Congresso podem promover o debate acerca do problema e dar continuidade ao envolvimento das massas com a questão, desde que o processo de estabelecimento da agenda seja amplo.

No entanto, ao falar de política externa, esse maior envolvimento pode ser mais raro e difícil e normalmente as decisões para o campo externo serão tomadas por um pequeno grupo de pessoas. No caso da Guerra do Iraque, um dos principais resultados da Política Antiterror, foi a difícil separação entre política interna e externa. Bush conseguiu reunir um apelo patriótico e solidariedade entre os cidadãos americanos e conseguiu aparente apoio da opinião pública. Mas como já foi demonstrado do início do texto, havia um grupo de pessoas no governo, a elite política na área de Segurança, que defendia a iniciativa da guerra preventiva, conforme indicava a Doutrina Bush. Dick Cheney, Paul Wolfowitz, Lewis Scooter Libby apoiaram um ataque unilateral e preventivo contra o Iraque, falando em impedir ou cortar as relações entre Saddam Hussein e Osama Bin Laden (supostamente responsável pelos ataques). Colin Powell defendia os EUA como “árbitros” em questões internacionais, em especial no campo da segurança. Donald Rumsfeld, secretário de Defesa, foi peça chave na formulação da

estratégia norte-americana de segurança. Este grupo, em especial, acreditava que os EUA deveriam adotar uma posição de unilateralismo e prevenção de ataques como política formal de governo.

O comportamento emerge, não de uma simples ligação entre as ideias sobre o sistema internacional, mas pelo conjunto de fatores intermediários. A *agenda-setting* auxilia a compreensão mais adequada de fatores das teorias de relações internacionais, como dinâmica estrutural, considerações de poder, o papel das instituições e regimes, comunidades políticas, entre outros.

A construção social não é unicamente um processo baseado no Estado. Na medida em que vários grupos de tomadores de decisão e de pessoas influentes na política podem ter diferentes visões, o comportamento nacional poderá ser o resultado de um conjunto de fatores, como por exemplo, o poder político atuante assim como os eventos e problemas do momento que estão demandando uma janela política.

Entende-se então que o comportamento nacional, no caso da Guerra do Iraque, resultou primeiramente dos ataques às Torres Gêmeas e ao Pentágono, que causaram trauma e prejuízos materiais e despertaram o interesse de grupos políticos específicos e da população americana em geral. George W. Bush, seus discursos e especialmente sua Estratégia de Segurança Nacional, foram elementos decisivos na construção de sentimento nacional patriótico. Isso se verificou a princípio, quando quase todos os canais de mídia colocavam-se em favor da guerra preventiva e do combate ao terrorismo. Já ao final do conflito, com o enorme desgaste que causou ao Estado, aos militares e à nação norte-americana, os grupos mudaram de posição. A *agenda-setting* definiu-se novamente.

A mídia e ainda mais especificamente a *Série 24 Horas* influenciaram, de alguma forma, os processos de tomada de decisão. Decisões de política externa, como por exemplo, a Guerra do Iraque, podem conseguir reunir os interesses do governo com o apoio da opinião

pública (nacional e internacional), o que implica em maior legitimidade. O governo pode possuir uma agenda específica, que pode não ser a mesma do *mass media*. Naquele momento, os *mass media* estavam destacando temas sobre segurança, terrorismo, guerra ao terror e islamismo, os mesmos temas expostos pela Doutrina Bush. A ligação entre as agendas foi imediata e de alguma forma auxiliaram na investida norte-americana no Iraque.

Confirmam-se assim, em certa medida, os argumentos propostos inicialmente. Logo após os atentados, a mídia, em especial a televisão, contribuiu para criar um clima de tensão, ansiedade e medo que criou condições que possibilitaram a formulação e a aceitação da política antiterror que caracterizou a política externa norte-americana após os ataques de 11 de setembro de 2001. As temporadas foram exibidas entre 2001 e 2010, e em cada uma delas, um inimigo americano era mostrado. E conforme se viu no terceiro capítulo, todos os inimigos terroristas que apareceram na série não saíram da imaginação do produtor. Foram inspiradas em documentos (como a NSS) e em declarações oficiais do governo. As armas abordadas na série também refletem as mais temidas caso estejam em mãos erradas. A série *24 Horas*, com sua trama, seus diálogos e seu herói Jack Bauer, condicionou um clima de medo, que auxiliou a aprovação e a legitimação da Guerra ao Terror e da Doutrina Bush.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ADORNO, Theodor. **A indústria cultural**. In: COHN, Gabriel (Org.). *Theodor W. Adorno*. São Paulo: Ática, 1986.

ANAZ, Sílvio. **How Stuff Works – Como funciona 24 Horas**, 17 nov. 2008. Disponível em: <http://lazer.hsw.uol.com.br/24-horas.htm>. Acesso em 22/03/2012.

ANDERSON, Benedict. **Imagined communities: reflections on the origin and spread of nationalism**. New York: Verso Books, 1983.

ARRAES, Virgílio C. Estados Unidos: o insucesso da política externa bélica da gestão Bush. In **Revista de Economia e Relações Internacionais**, FAAP, vol. 6, n. 11. julho de 2007.

BAKER, Dean. **The United States Since 1980**. New York: Cambridge University Press, 2007.

BARBÉ, Esther. **Relaciones internacionales**. 2ed. Madrid: Editorial Tecnos, 2001. pp. 167-185.

BARBERO, Jesús Martín. **Innovación Tecnológica y Transformación Cultural**, n. 9. Madrid: Telos, 1987.

BARROS FILHO, Clóvis de. **Ética na Comunicação: da informação ao receptor**. São Paulo: Moderna, 2001.

BARROSO, Juliana Lyra Viggiano. “Segurança e uso da força no contexto da OTAN pós-Guerra Fria”. Dossiê Política Internacional: Temas Emergentes. **Revista de Sociologia e Política**, n. 27, Parte II Curitiba, Nov. 2006, p 6-22. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-44782006000200005&script=sci_arttext&tlng=pt. Acesso em: 12 setembro 2007.

BAUMAN, Zygmunt. **Medo Líquido**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2008.

BECK, Ulrich. **Sociedade de risco: Rumo a uma outra modernidade**. São Paulo: Editora 34, 2010.

BRUM, Juliana de. **A Hipótese do Agenda Setting: Estudos e Perspectivas**. Razón Y Palabra, n. 35, out/nov 2003. Disponível em: <http://www.razonypalabra.org.mx/anteriores/n35/jbrum.html>. Acesso em: 24/02/2011.

BUSH, George W. **A Estratégia de Segurança Nacional dos Estados Unidos da América**. Documento escrito em 17/09/2002 e enviado ao Congresso dos EUA em 20 de setembro de 2002, pelo ex-presidente dos EUA George W. Bush. Política Externa, vol. 11, n. 03, dez/jan/fev 2002-2003.

CALDUCH CERVERA, Rafael. **Relaciones internacionales**. Madrid: Ediciones Ciencias Sociales, 1991. pp. 165-210.

CAMPOS, Renato Márcio Martins de. **Indústria cultural**: estudo do conceito numa perspectiva da cultura da mídia. *Indústria Cultural e Sociedade de Consumo*. Thésis, ano III, n. 7, 2º semestre, 2002, pp. 11-14.

CANCLINI, Néstor Garcia. **Culturas Híbridas**: Estratégias para entrar e sair da modernidade. 3a ed., São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2000.

CANETTI, Elias. **Massa e Poder**. São Paulo: Cia. das Letras, 2008.

CARR, Edward Hallet. **Vinte Anos de Crise: 1919-1939**. Uma introdução ao Estudo das Relações Internacionais. Luiz Alberto Figueiredo machado (trad). Brasília: Editora Universidade de Brasília, instituto de pesquisa de Relações Internacionais, Imprensa oficial do estado de São Paulo. 2ª edição, setembro, 2001.

CASTORIADIS, Cornelius. **A instituição imaginária da sociedade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

CAVELOS, Jeanne. Living With Terror. In: MINITER, Richard; WILSON, Leah (Org.). **Terrorism and Politics in 24: Jack Bauer for President**. 2008. ed. Dallas: Benbella Books, 2008. p. 1-18.

COBB, Roger W.; ELDER, Charles D. The Politics of Agenda-Building: An Alternative Perspective for Modern Democratic Theory. **The Journal of Politics**, 1971.

COHEN, B. C. **The Press and Foreign Policy**. Princeton: Princeton University, 1963.

COMBS, Cindy C.. **Terrorism in the Twenty-First Century**. 7. ed. São Paulo: Pearson Education, 2011.

DIXON, Wheeler Winston. “Introduction – Something Lost – Film after 9/11”. In DIXON, Weeler Winston. **Film and television after 9/11**, 2004, p. 1-28.

DIZARD JUNIOR, Wilson. **A Nova Mídia**: A comunicação de massa na era da informação. 2 ed. rev. e atualizada. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2000.

DUPAS, Gilberto. Fundamentos, contradições, e consequências hegemônicas. **Política Externa**, vol. 11, n. 03, dez/jan/fev de 2002/2003, p. 05-21.

FABRIS, Mariarosaria. “A Batalha das Idéias: A Segunda Guerra Mundial no Cinema”. In **Revista USP**, n 1, Junho/Agosto 1995. São Paulo: USP, CCS.

FIDELI, Orlando. **Cultura popular e cultura de elite, cultura de massa**. São Paulo: Associação Cultural Montfort, 2008.

FIGUEIREDO, Eurico Gaspar. **Cinema, Terror e Ideologia**, 2001. Disponível em: <http://www.achegas.net/numero/um/eurico_f.htm>. Acesso em: 19 agosto de 2010.

FINLER, Joel W. *The Hollywood Story*. Reino Unido: Wallflower Press, 2003. Disponível em <http://books.google.com.br/books?hl=pt-BR&lr=&id=rvVhEJmbfrsC&oi=fnd&pg=PP9&dq=story+of+hollywood&ots=a8WWVyg7xf&sig=M3b-Orm7qu3EoeIpuOpWpdfq1WQ#v=onepage&q=Hollywoodland&f=false>. Acesso em 05 de janeiro de 2011.

GEERTZ, Clifford. **A interpretação das culturas**. Rio de Janeiro: LTC, 1973.

GOMES, Wilson. **Transformações da política na Era da comunicação de massa**. São Paulo: Paulus, 2004.

HAAS, PETER M. Introduction: Epistemic Communities and International Policy Coordination. **International Organization**, 1992, p. 10:1–35.

HAMMOND, John L. “La doctrina Bush, la Guerra preventive y el derecho internacional”. In. OLIVA, Carlos & AYERBE, Luis F. **Alca**. São Paulo: La Habana. 2006.

HARK, Ina Rae. “Today Is the Longest Day of My Life”. 24 as Mirror Narrative of 9/11. In DIXON, Weeler Winston. **Film and television after 9/11**, 2004, p. 121-141.

HELD, David. **A Globalizing World? Culture, Economics, Politics**. London, UK: Routledge, 2000.

HOBBSBAWN, Eric J.; RANGER, Terence. **The invention of traditions**. Cambridge: Cambridge University Press, 1992.

LEAL, Catarina Mendes. A OTAN e a PESD: Duas Realidades Complementares ou Concorrentes? Departamento de Prospectiva e Planejamento. **Informação Internacional**, v. I 2004. Disponível em: http://www.dpp.pt/gestao/ficheiros/infor_inter_2004_I_III1.pdf. Acesso em: 12 setembro 2007.

MACCOMBS, Maxwell. *The Agenda-Setting oh the Mass Media in the Shaping of Public Opinion*, s/d.

MANIN, B. As metamorfoses do governo representativo. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, n.29, 1999.

MARTINS, Estevão Chaves de Rezende. **Cultura e Poder**. Brasília: IBRI, 2002.

MARTINS, Estevão Chaves de Rezende. **Cultura e Poder**, 2a ed. rev. e atualizada. São Paulo: Saraiva, 2007.

MATTELART, Armand. **Diversidade Cultural e Mundialização**. São Paulo: Parábola, 2005.

MAYHEW, Robert. “MGM’s Potemkin Church: Religion in Song of Russia”. **American Communist History**, 1,(1): 91-103, 2002.

MAZARR, Michael J. **The Iraq War and Agenda Setting**. *Foreign Policy Analysis*, 3(1), 2007, p. 1-27. Disponível em: <http://docs.google.com/viewer?>

[a=v&q=cache:w2dzcsgNYB8J:people.reed.edu/~ahm/Courses/Reed-POL-358-2008-S1_SWP/Syllabus/EReadings/Mazarr2007The-Iraq.pdf+agenda+setting+e+e+BUSH&hl=pt-BR&gl=br&pid=bl&srcid=ADGEESjDVVXwugAxFR_8XjnmFTk5Jt9KUT32HhatCcWG9oTGe2jMyT1K6bVh5MLgVdJw28EpS9NmlFyGwoOzAQ8f1x-zxIRJ-W_dniXvXUbyTsTu_aadZoRhyzGe3ckdF_yKfd8CF4YZj&sig=AHIEtbQMB43icasU4cubYAdmtRGFIZ5eNA](http://www.people.reed.edu/~ahm/Courses/Reed-POL-358-2008-S1_SWP/Syllabus/EReadings/Mazarr2007The-Iraq.pdf+agenda+setting+e+e+BUSH&hl=pt-BR&gl=br&pid=bl&srcid=ADGEESjDVVXwugAxFR_8XjnmFTk5Jt9KUT32HhatCcWG9oTGe2jMyT1K6bVh5MLgVdJw28EpS9NmlFyGwoOzAQ8f1x-zxIRJ-W_dniXvXUbyTsTu_aadZoRhyzGe3ckdF_yKfd8CF4YZj&sig=AHIEtbQMB43icasU4cubYAdmtRGFIZ5eNA). Acesso em: 24/02/2011.

MCCALLA, Robert B. "NATO's persistence after the cold war". In: **International Organization**, Vol. 50, No. 3 (Summer 1996). pp. 445-475.

METZ, Christian. **A significação do Cinema**. 2ª ed. São Paulo: Perspectiva, 1972.

MINITER, Richard. **Terrorism and Politics: Jack Bauer for President**. Dallas: Bennella Books, 2008.

MORIN, Edgar. **Cultura de massas no século XX: o espírito do tempo**. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1977.

NACOS, Brigitte L. **Terrorism and Couterterrorism**. 4. ed. São Paulo: Pearson Education, 2010.

NASSER, Reginaldo Mattar. "Os Estados falidos: novas ameaças e novas oportunidades". In: NASSER, Reginaldo M. **Os conflitos internacionais em múltiplas dimensões**. São Paulo: Ed. UNESP, 2009. p. 115-124.

NYE, Joseph S. **O Paradoxo do Poder Americano: Por que a única superpotência do mundo não pode prosseguir isolada**. Luiz Antônio de Oliveira de Araújo (trad). São Paulo: Editora UNESP, 2002.

OLIVEIRA, Flávio Rocha de. **Os Estados Unidos da América no Pós-Guerra Fria: transformações na política de segurança**. São Paulo: Plêiade, 2009.

OSGOOD, Kenneth. "Hearts and Minds: The Unconventional Cold War". **Journal of Cold War**, 4 (2): 85-107, Spring 2002.

PAIVA, Cláudio Cardoso. **O cinema de Hollywood e a invenção da América Mídias e interculturalidades locais e globais**. Universidade Federal da Paraíba, 2005. Disponível em: <http://www.bocc.ubi.pt>. Acesso em: 21 de setembro de 2009.

PATTERSON, Brett Chandler. "I Despise you for Making Me Do This". In: MINITER, Richard; WILSON, Leah (Comp.). **Terrorism and Politics in 24: Jack Bauer for President**. Dallas: Benbella Books, 2008. p. 29-42.

POWELL, E. **Freedom and Reality**. Farnham: Elliot Right Way Books, 1969.

PRIEST, Dana; ARKIN, William M.. A hidden world, growing beyond control. **The Washington Post: Top Secret America**, Washington, p. 1-7. 19 jul. 2010. Disponível em: <<http://projects.washingtonpost.com/top-secret-america/articles/a-hidden-world-growing-beyond-control/print/>>. Acesso em: 24 fev. 2012.

RUBIM, Antonio Albino Canelas. **Comunicação e Política**. São Paulo: Hacker Editores, 2000.

RUBIO, Steven. Can a Leftist Love 24? In: MINITER, Richard; WILSON, Leah. **Terrorism and Politics in 24: Jack Bauer for President**. Dallas: Benbella Books, 2008. p. 19-28.

SANTOS, Aline Pavan; MATEO, Luiza. Entre o **Departamento de Estado, os Think Tanks e a USAID**: a visão estaduniense nas áreas não-governadas na América do Sul. Dossiê: Ecos do 11/09. Dez anos depois, 2011.

SARKESIAN, Sam C; WILLIAMS, John Allen; CIMBALA, Stephen, J. **US. National Security: policymakers, processes, and politics**. 3rd. ed. Colorado: Lynne Rienner Publishers, 2002.

SCHILLER, Herbert L. “As corporações multinacionais de mídia e a transição democrática na América Latina”. In: HAUSSEN, Doris Fagundes (org.). **Sistemas de comunicação e identidades da América Latina**. Porto Alegre: EDIPUCRS/ INTERCOM, 1993.

SENNÁ, Orlando. **Discurso do secretário Orlando Senna no Seminário Internacional de Cinema e Audiovisual**. Salvador, 28 de março de 2005. Disponível em: <http://www.cultura.gov.br/noticias/discursos/index.php?p=8988&more=1&c=1&tb=1&pb=1>. Acesso em: 20 de agosto de 2010.

SHAW, E. Agenda-Setting and Mass Communication Theory, **Gazette** (International Journal for Mass Communication Studies), vol. XXV, n. 2, 1979, p. 96-105.

SHAW, Tony. “The Politics of Cold War Culture”. **Journal of Cold War Studies**, 3 (3): 59-76, Fall 2001.

SILVA, Carlos Eduardo Lins da Silva. A Doutrina Bush foi gerada há dez anos. **Política Externa**, v. 11, n. 03, dez/jan/fev de 2002/2003, p. 50-54.

SILVEIRA, José Ricardo da. & BARROS, Marcelo Alves. **Alca e as Identidades Culturais nas Américas: as influências no campo comunicacional**. América Terra de Utopias. Desafios da Comunicação Social. Salvador. Universidade federal da Paraíba, setembro 2002.

SKLAR, Robert. História Social do Cinema Americano. São Paulo: Editora Cultrix, 1975.

SPINDLOVE, Jeremy R.; SIMONSEN, Clifford E. **Terrorism Today: The Past, The Players, The Future**, 4a ed. New Jersey: PEARSON, 2010.

STANLEY, Alessandra. **Another Terrorist Plot, Another Very Long Day**. Television Review "24". 14 jan 2010. Disponível em: http://tv.nytimes.com/2010/01/15/arts/television/15twentyfour.html?_r=2&pagewanted=print. Acesso em: 22 fev. 2012.

THE FUTON CRITIC. **24: Day Eight Will Be the Award-Winning Series**. 23 mar 2010. Disponível em: <http://www.thefutoncritic.com/news.aspx?id=20100326fox02>. Acesso em: 22 fev. 2012.

THE Pew Research Center (PEW). **But Military Censorship Backed: TERROR COVERAGE BOOSTS NEWS MEDIA'S IMAGE.** NEWS Release. Washington, D.c. 28 nov. 2001. Disponível em: <<http://www.people-press.org/files/legacy-pdf/143.pdf>>. Acesso em: 16 fev. 2012.

THE Pew Research Center (PEW). **But Support for War Holds Steady: PUBLIC CONFIDENCE IN WAR EFFORT FALTERS.** NEWS Release. Washington, D.C. 25 mar. 2003. Disponível em: <<http://www.people-press.org/files/legacy-pdf/177.pdf>>. Acesso em: 16 fev. 2012.

TOTA, Antonio Pedro. **Os Americanos.** São Paulo: Contexto, 2009.

TOTMAN, Sally. **How Hollywood projects foreign policy.** New York: Palgrave Macmillan, 2009.

TURNER, Graeme. **Cinema como prática social.** São Paulo: Summus, 1997.

USA PATRIOT ACT, 2001. Disponível em: http://www.fincen.gov/statutes_regs/patriot/. Acesso em: 26/03/2012.

VIRALLY, Michel. **L'Organisation Mondiale.** Paris : Armand Colin, 1972. Introduction, pp. 11-33.

VIRILIO, Paul. **Guerra e Cinema: logística da percepção.** Tradução de Paulo Roberto Pires. São Paulo: Boitempo, 2005.

VIRILIO, Paul. Cold Panic. **Cultural Politics**, n. 1, p.27-30, 2005. Disponível em: <http://culturalpolitics.dukejournals.org/content/1/1/27.full.pdf>. Acesso em: 16/03/2012.

WOLF, Mauro. **Teorias da Comunicação.** 5 ed., Lisboa: Presença, 1999. Disponível em: [http://www.scribd.com/doc/6883835/TEORIAS-DA-COMUNICACAO.](http://www.scribd.com/doc/6883835/TEORIAS-DA-COMUNICACAO) Acesso em: 22/02/2011.

ZIRKER, Daniel. *“Estratégia de Segurança Nacional” dos EUA e pensamento brasileiro militar: imaginando o futuro próximo.* **Tensões Mundiais.** Fortaleza, v. 3, n. 4, jan/jun 2007.

IMAGENS EM MOVIMENTO

24 HORAS (*24 Twenty Four*). **The Complete Seasons.** Twentieth Century Fox Film Corporation. DVD, 2001 a 2010.